



Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

**Caracterização Agrícola do concelho de Moura entre 1933 e  
1974**

Mestrado em História, na especialidade em História Moderna e Contemporânea

Miguel Filipe Marina Santiago

2025

Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre, orientada pela  
Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes

## Resumo

O concelho de Moura, situado no Distrito de Beja, estende-se pela margem esquerda do rio Guadiana, fazendo fronteira com Espanha. A sua paisagem é marcada por extensos olivais, zonas de montado, arvores de frutos e gado. Na época a estudar nesta investigação, o concelho contava com 7 freguesias sendo cinco delas rurais: São João Batista e Santo Agostinho localizadas em Moura, Povoia de São Miguel, Amareleja, Safara, Santo Aleixo da Restauração e Sobral da Adiça.

A presente investigação apresenta como objeto de estudo o Concelho de Moura, durante os anos de 1933 a 1974, estando vigente em Portugal o Estado Novo, objetivando mostrar por quais razões o concelho em estudo seria caracterizado como um meio rural, não só baseado no principais pilares da economia do concelho que eram a agricultura e a olivicultura, mas também observar outros aspetos como as vias de comunicação, o ensino e a fraca urbanização do concelho, também serão analisados quais eram os problemas que o concelho enfrentava e se foi possível encontrar soluções para os mesmos

Palavras-Chaves: Agricultura, Cereais, Trigo, Oleicultura, Crise Rural, Desemprego, Melhoramentos, Vias de Comunicação

## Abstrat

The municipality of Moura, located in the district of Beja, stretches along the left bank of the Guadiana River, bordering Spain. Its landscape is marked by extensive olive groves, areas of montado (cork oak forest), fruit trees, and livestock. At the time of this research, the municipality had seven parishes, five of which were rural: São João Batista and Santo Agostinho located in Moura, Povia de São Miguel, Amareleja, Safara, Santo Aleixo da Restauração, and Sobral da Adiça.

This research focuses on the municipality of Moura between 1933 and 1974, during the Estado Novo regime in Portugal, with the aim of showing why the municipality under study would be characterized as rural, not only based on the main pillars of the municipality's economy, which were agriculture and olive growing, but also to observe other aspects such as communication routes, education, and the municipality's weak urbanization. The problems faced by the municipality will also be analyzed, as well as whether it was possible to find solutions to them.

Keywords: Agriculture, Cereals, Wheat, Olive growing, Rural crisis, Unemployment, Improvements, Communication routes

## Agradecimentos

Com a finalização deste percurso quero agradecer a quem esteve presente nele e que me ajudaram e motivaram para alcançar os meus objetivos.

Em primeiro lugar agradecer a professora Teresa Nunes que desempenhou o papel de minha orientadora, mostrou-se sempre disponível e dedicada. Obrigado, professora, por todos os conhecimentos que partilhou comigo, pela pessoa e profissional que demonstrou ser. Foi um privilégio ser orientado por si e espero que seja o início de uma longa caminhada

Em segundo lugar agradecer aos meus amigos, tanto de Safara como os que fiz no percurso universitário, que me ajudaram a integrar num “mundo” totalmente diferente ao que vivia na minha aldeia e serem um grande pilar para a minha adaptação a Lisboa, sem vocês este caminho teria sido mais difícil.

Agradecer a equipa do Arquivo Municipal de Moura e a equipa da Biblioteca Municipal de Moura por toda simpatia, paciência e disponibilidade para me ajudar com todo o material necessário para a elaboração desta investigação

Por último, e não menos importante, agradecer aos meus pais, por toda a ajuda e por fazer todos os possíveis para que tudo isto fosse possível, sem eles nada disto poderia ter sido realizado

# Índice

Introdução .....	6
Estado da Arte .....	8
O quotidiano alentejano .....	12
Capítulo I: Moura - Um mundo rural entre 1933 e 1945 .....	16
Uma terra de crise .....	20
A cultura do trigo e os seus problemas.....	27
O comércio .....	34
As vias de comunicação.....	39
O Ensino .....	44
Capítulo II: O mundo pós 2ª guerra Mundial.....	47
A lenta urbanização do concelho .....	51
A produção e a crise rural .....	52
As vias de comunicação.....	55
A importância do gado .....	58
O ensino .....	60
Capítulo III: As alterações nas décadas de 60 e 70.....	62
A Urbanização .....	65
A produção .....	67
Conclusão .....	75
Bibliografia .....	84
Anexos: Textos retirados do Jornal de Moura .....	87

## Introdução

A presente investigação surge no âmbito do Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ministrado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e visa, em termos gerais dar a conhecer a realidade vivida no concelho de Moura entre os anos de 1933 e 1974, mais conhecido por Estado Novo, procurando perceber âmbitos, dificuldades e como forma era gerida a vida de tal população.

A agricultura no concelho de Moura, entre 1933 e 1974, esteve fortemente ligada ao regime do Estado Novo e as políticas impostas por Salazar, a região agrícola era dominada por grandes latifúndios e pela monocultura de cereais, com destaque para o trigo. Os latifúndios eram extensas propriedades agrícolas e as mesmas estavam nas mãos de um pequeno número de proprietários, o que criou um sistema de exploração baseado na mão de obra assalariada, beneficiado os donos das terras dos apoios do estado e os trabalhadores rurais viviam na miséria e sujeitos a sazonalidade do trabalho. Os trabalhadores rurais enfrentavam condições de vida adversas, contratados por curtos períodos, sem estabilidade e sem direitos sujeitos aos baixos salários e as longas jornadas somado a fome e uma alimentação pouco variada baseada no pão e azeite piorava as condições de vida de tais sujeitos

Os focos de produção do concelho foi a pecuária, a oleicultura e a agricultura, sendo o destaque o trigo, Moura sempre teve um tradição de azeites, importante para as exportações, mas também para a produção e consumo local existindo vários lagares tradicionais. Na pecuária o gado Ovínio e suíno teve um grande papel, complementado a economia Agrícola. Porém a falta de investimento em infraestruturas e transportes dificultava o desenvolvimento económico, o mau estado das estradas rurais tornava o transporte dos produtos lento e caro, tornando a comercialização a longa escala impossível.

A investigação esta constituída pela presente introdução, um tópico introdutório que para dar a entender como eram os dias destas populações e em seguida três capítulos os quais estão divididos pelos seguintes anos: Capítulo I – 1933 e 1945, Capítulo II – 1945 e 1960 e por fim o Capítulo III – 1960 e 1974.

No tópico introdutório desta investigação abordamos temas como as casas, a alimentação e os diversos trabalhos que a população realizava ao longo do ano. Este tópico serve para iniciar o trabalho e como os temas abordados são travessais aos restantes capítulos, serve como uma forma de sintetizar tópicos que não tem uma grande extensão e que serão abordados no restante trabalho.

O Capítulo I: Moura – Um mundo rural, irão ser abordados temas como a crise rural que afeta a população e que também será transversal aos restantes capítulos, como esta afetava a vida e de que forma era superada. A questão da Campanha do trigo é também desenvolvida neste capítulo, implementada como forma de o dinheiro português não saísse para o exterior através das importações, o estado implementou esta medida que causou o aumento das áreas de produção de trigo, porém a mesma trairia um aumento da miséria e um desgastar dos campos alentejanos, devido ao esforço que esta plantação exigia – a cultura cerealífera era o principal pilar económico do Concelho de Moura e a Campanha do trigo viria trazer a pobreza a esta população, enquanto isto os proprietários eram incentivados a plantar trigo recebendo subsídios e proteção estatal. Outro tema é o comércio, ligado essencialmente aos trabalhos do campo e aos produtos que vinham do mesmo, como era o caso das farinhas, o pão, as azeitonas – este comércio na sua maioria era na habitação própria, sendo a produção caseira e de forma a alimentar a casa ou trazer o sustento da mesma. As vias de comunicação não serão apenas abordadas neste capítulo, mas é essencial perceber a sua evolução e de que forma a mesma ocorreu – quando falamos em vias de comunicação não é apenas as estradas que se referimos, mas também correios, linhas telefónicas e veículos. O melhoramento das estradas surgiam como uma fuga a crise do trabalho rural, o seu mau estado criava queixas e complicava a circulação entre as localidades do concelho, chegando a ser impossível fazer a mesma, quanto as linhas telefónicas – era um melhoramento importante, porém nem todas as freguesias beneficiaram do mesmo neste período, sendo um dos motivos de queixa, já que por vezes o isolamento complicava em questões de emergência. Por último neste capítulo é abordado o ensino, a falta de escolas e professores era um problema da região e devido a isto centenas de aulas não tinham como ir para a escola, sendo a única solução o trabalho do campo.

O Capítulo II: O mundo após a 2ª guerra mundial, engloba as alterações que a guerra trouxe consigo, mesmo Portugal não tendo atuado, sentiu as dificuldades deixadas pelo conflito. Um dos temas trabalhados é a urbanização, ou melhor a falta dela – as

condições básicas de saneamento, abastecimento de água e iluminação elétrica não existiam em vários locais do concelho, uns dos principais problemas já que dificultava a vida quotidiana, pois não existia água canalizada em eletricidade nas casas e as condições de higiene eram deploráveis. A produção e a crise são temas já recorrentes, porém vamos observar um agravar das dificuldades não só devido a guerra, mas também aos efeitos desastrosos da Campanha do trigo, já que os campos não consiga produzir para colmatar as necessidades da de uma população que vivia da cultura deste cereal. As vias de comunicação voltam a ser novamente um tema neste período e será importante perceber quais foram as alterações que existiram, assim como o ensino que já fora trabalhado no capítulo anterior. O tema do Gado surge aqui neste período devido a falta de meios tanto de transporte como de alimentação, surgindo como uma forma de colmatar dois problemas.

No Capítulo III: As alterações na década de 60 e 70, é o menor dos três capítulos, devido a falta de informação e de fontes que possam ser trabalhadas, já que este período será marcado pelo êxodo de população para as cidades, centros com indústria e onde podiam almejar melhores condições de vida; e a Guerra Colonial, que obrigou a muita da população ativa masculina foi para a guerra, causando falta de braços para os trabalhos ou a fuga destes para o exterior como forma de escapar ao serviço militar. A urbanização é abordada assim como a produção. Observando quais alterações os fatores anterior citados trouxeram e qual foi o impacto na vida das populações.

Por fim, iremos retirar as nossas conclusões comparando ao longo destes três capítulos quais foram as dificuldades, as soluções e as alterações que existiram e perceber se realmente o concelho de Moura tinha uma caracterização Agrícola.

## Estado da Arte

Esta investigação tem como tema “A caracterização Agrícola do Concelho de Moura, entre 1933 e 1974”, e como o próprio nome indica, o objeto de estudo vai ser o concelho de Moura – a população, a sua economia, as dificuldades existentes, a falta de meios tanto para o ensino como de condições básica.

A referência a caracterização agrícola, engloba também uma ruralidade, isto é, o concelho vivia do trabalho rural e toda a vida era a volta do mesmo, por isso as fontes existentes abordam o tema, mas não com a profundidade necessário – e isto foi o motivo que me levou a elaborar esta investigação, a falta de informações e de fontes com profundidade que abordem o tema, já que as obras sobre o concelho na sua maioria falam de outras épocas históricas, como é a época Medieval e as obras que abordam o Seculo XX, falam maioritariamente partir da década de 80, deixando o período da primeira metade do seculo XX e as décadas de 60 ate 80 com um vazio de informação.

A principal fonte utilizada para a realização da investigação foi o Jornal de Moura, fundado a 5 dezembro de 1920 e que saia semanalmente até a década de 60, quando a sua publicação começa a ser esporádica e com falta de informação, os motivos? Não se sabem quais são, mas podemos supor que seja a Guerra Colonial e os custos que a produção exigia, ou até mesmo a falta de informação – e digo isto porquê? Porque ao recorrer as informações do Arquivo Municipal de Moura, as quais são correspondências entre os órgãos locais e os órgãos de poder tanto do distrito como nacional, também existe uma falta de material que possa ser estudado, existindo até mesmo anos entre 1960 e 1974 onde não haja qualquer tipo de documentação.

As obras utilizadas na investigação, da autoria de João da Mouca, natural de Moura, são na sua essência uma compilação das noticias que saiam em jornais e que abordavam temas referentes as freguesias do Concelho de Moura, sejam noticias do Jornal de Moura, onde outros jornais como era o caso do Diário do Alentejo, de Beja – estas obras podem ajudar numa mais rápida recolção de informação, já que esta estão divididas por anos, porem nem todas as freguesias tem, tendo consigo encontrar apenas três: Safara<sup>1</sup>, Povia De São Miguel<sup>2</sup> e Santo Amador<sup>3</sup> por isso, considera-se que não seja assim de tamanha ajuda, já que será um trabalho mais elaborado se a investigação for feita através dos jornais, porque numa mesma edição de um jornal, saem varias informações das distintas freguesias.

---

<sup>1</sup> DA MOUCA, João

“Safara: Freguesia de Moura”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001

<sup>2</sup> DA MOUCA, João

“Povia de S. Miguel: Freguesia de Moura”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001

<sup>3</sup> DA MOUCA, João

“Sto. Amador: Freguesia de Moura”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001

A obra “Memórias de Santo Aleixo da Restauração”<sup>4</sup> apenas aborda esta localidades, porem, a realidade das restantes freguesias eram similar nos temas abordados – as casas, a alimentação e os diferentes tipos de trabalhos rurais. Salientemos que nem todas tinham as mesmas condições quando falamos de abastecimento de água ou eletricidade, as os temas referidos anteriormente são similares permitindo uma perceção, pouco aprofundada da realidade vivida pelas populações. Esta obra foi fundamental para a realização do tópico introdutório, já que como não aprofunda temas que serão trabalhados, serve como base para iniciar a investigação.

Aqui inclui-se a obra “Moura: Culturas e Mentalidades”<sup>5</sup>, uma coletânea de vários temas que são abordados por tópicos com uma extensão reduzida, sem uma profundidade, mas porem permite retirar algumas informações sobre instituições, datas ou trabalhos complementado alguma informação que consigamos em outras obras

A “Resenha Historia do concelho de Moura”<sup>6</sup>, “Concelho de Moura”<sup>7</sup> e “Concelho de Moura: Evolução e estrutura do Concelho”<sup>8</sup> são trabalhos elaborados em âmbito de licenciatura, mas que não aprofundam sobre os temas que são trabalhados nesta investigação – nestes trabalhos as autoras falam sobre a história de Moura, desde a sua fundação até a época em que foram elaborados, narram feitos, lendas e personagens e pouco falam sobre a população e agricultura, sendo estes dois os únicos tópicos abordados nas obras que seriam essenciais a investigação. Outra obra que podia ser aqui incluída seria “Moura e o seu Concelho antigo e moderno”<sup>9</sup>, o livro conta a história de Moura, fala de algumas figuras as passagens que faz sobre o tema que esta investigação se debruça são breves – ou seja, as obras citadas serviriam para conhecer a história de Moura, já que também pouco se fala das freguesias rurais

Assim sendo o problema que encontramos nas obras relacionadas ao concelho de Moura são: o limitado número de obras existentes e a dificuldade para as encontrar, a

---

<sup>4</sup> Camara Municipal de Moura

“*Memórias de Santo Aleixo da Restauração*”, Camara Municipal de Moura, 2013

<sup>5</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de

“*Moura: Culturas e Mentalidades*”, Camara Municipal de Moura, 1997

<sup>6</sup> RODRIGUES BARÃO, Sandra Maria

“*Resenha Historia do concelho de Moura*”, Instituto Superior de Ciências socais e políticas

<sup>7</sup> DE BASTOS NUNES, Rosa de Jesus Soares

“*Concelho de Moura, Moura*”, 1980

<sup>8</sup> QUINTALHA, Maria

“*Concelho de Moura: Evolução e estrutura do concelho*”

<sup>9</sup> LEAL, Pinho

“*Moura e o seu concelho no Portugal antigo e moderno*”, Biblioteca Municipal, Moura, 2011

limitação de tais obras no que toca aos temas estudados, especialmente os temas que esta investigação aborda, dificultando assim a investigação – as obras são semelhantes na sua génese, abordam a história da cidade, por vezes passando sem referir as freguesias rurais e as obras que falam sobre estas não passam de compilações de notícias presentes no jornais.

Ou seja, a intenção desta investigação passa por abordar um tema que não tem profundidade nas obras do Concelho, e penso que seja de grande importância falar não só sobre a agricultura, mas também os hábitos de uma população que vivia na pobreza e todos os dias lutava contra as más condições, procurando assim uma vida estável. A investigação vem assim realçar a importância da história local, perceber o quão é importante para perceber parâmetros existentes até aos dias de hoje, numa região onde os hábitos não mudaram assim tanto com o tempo e onde a agricultura segue gerindo a vida de grande parte da população.

E porque a história local é importante? Ora bem o primeiro ponto que podemos abordar é a preservação da identidade e da memória coletiva, já que permite que as tradições, costumes e práticas da região mantenham-se vivas, fortalecendo o sentimento de pertença; outro tópico é a educação já que ao estudar a história local, permite compreender melhor o espaço e a evolução da região, assim como os desafios que tiveram que ser ultrapassados; o desenvolvimento cultural e económico é também aqui incluído, já que ao se estudar a história local permite dinamizar museus, arquivos ou festividades gerindo turismo e promovendo a região. Porém, para que isso aconteça é preciso fazer-se pesquisa e trabalho, por isso o objetivo desta investigação é entender como o concelho se desenvolveu através do período entre 1933 e 1974 e chegar a conclusão se tal aconteceu.

É importante também referir que há uma grande falta de dados, sendo que existem temas onde os dados levam épocas sem ser observados ou apontados, isto também a muito se deve a que não existia um hábito de deixar tudo registado, exemplo disso são tabelas que veremos mais adiante onde num mesmo ano existem dados em falta.

Acreditamos ser esta investigação pertinente para assim abordar um período que foi pouco estudado numa determinada região.

## O quotidiano alentejano

O povo alentejano tinha uma vida simples, as poucas oportunidades de trabalho existentes e a escassez de recursos faziam com que a população para além de viver tinha de sobreviver, o que refletia em vários aspetos do quotidiano

O primeiro desses aspetos eram as casas, na sua maioria rasteiras, apenas com um piso com poucos compartimentos sendo constituída pela sala de entrada, entre um a três quartos, uma cozinha, algumas tinha corredor, despesa, um celeiro ou palheiro e uma cabana, onde ficavam os burros e machos<sup>10</sup>. Construídas em tapita ou “adobe” tijolo de barro, raramente sem janelas e a porta de entrada tinha um postigo que servia como janela e levava todo o dia aberto. As paredes eram todas caiadas de branco, para ajudar afastar o calor no verão, no interior também caiavam de branco até metade, já que a parte superior era caiada com óxido de ferro amarelo ou ocre<sup>11</sup>.

O seu interior era constituído por mobiliário simples e rustico , de má qualidade já que eram feitos de madeira de azinho, as camas eram de ferro, com enxergões de palha e por cima os colchoes de lã de ovelha e na cozinha tinham na sua maioria uma chaminé, local onde se reunia toda a família no inverno e onde se cozinhava com as panelas de barro<sup>12</sup>. Os quintais por vezes nem paredes tinham e nele semeavam temperos (salsa, coentros, poejos, hortelã, alhos, cebolas) utilizados no dia a dia nas refeições, flores e outras plantas como eram as oliveiras ou parreiras. Era também neste local que tinham animais, coelhos, galinhas, perus, patos e um pocilgo que servia para a engorda do porco<sup>13</sup>.

Outro aspeto era a alimentação, a qual era adaptada devido aos escasso recursos, sendo a sua base o pão e leguminosas como o grão e o feijão os quais eram cozidos nas panelas de barro ao lume, com bastante caldo para assim “migar sopas”. O pequeno – almoço era o tradicional café com pão, ou torradas feitas ao lume e raramente se bebia leite, no inverno muitos homens comiam migas com café devido ao valor calórico que esta refeição proporcionava ajudando a suportar o esforço do trabalho do campo<sup>14</sup>. A carne só se comprava em épocas de festas e o peixe fresco era ainda mais raro ser consumido, sendo os preferidos os carapaus e as sardinhas.

---

<sup>10</sup> Camara Municipal de Moura

“*Memorias de Santo Aleixo da Restauração*”, Camara Municipal de Moura, 2013, pag59

<sup>11</sup> Camara Municipal de Moura

“*Memorias de Santo Aleixo da Restauração*”, Camara Municipal de Moura, 2013, pag59

<sup>12</sup> Camara Municipal de Moura

“*Memorias de Santo Aleixo da Restauração*”, Camara Municipal de Moura, 2013, pag59

<sup>13</sup> Camara Municipal de Moura

“*Memorias de Santo Aleixo da Restauração*”, Camara Municipal de Moura, 2013, pag60

<sup>14</sup> Camara Municipal de Moura

Memorias de Santo Aleixo da Restauração, Camara Municipal de Moura, 2013, pag61

O bacalhau era apelidado “o alimento dos pobres” devido ao baixo preço, utilizado para fazer caldos. Outras comidas que faziam parte do quotidiano eram as açordas, subranfusas (ou caldo de toucinho) e as sopas fervidas, comidas que eram aromatizadas com os temperos cultivados nos seus quintais. As migas comiam-se com vários alimentos como café, sardinhas ou almece, o ensopado de borrego era feito nos casamentos e muito apreciado pelo povo<sup>15</sup>. No que toca a fruta, só se comia a da época, as bananas eram caras por isso só se compravam quando alguém estava doente. O açúcar muitas vezes escasseava devido a falta de tal produto nas mercearias pelo seu elevado preço, por isso era substituído pelo mel já que era barato, de fácil acesso e ainda proporcionava energia através de um sabor agradável<sup>16</sup>

Como a maioria das famílias eram pobres, comprava um porco pu um “bácoro” ainda pequeno e iam criando-o para no ano seguinte serem mortos e alimentarem a família<sup>17</sup>. Estes porcos ficavam na “adua”, locais na coutada com malhadas e corrais, pagando a população aos adueiros, que ao anoitecer soltavam os porcos regressando estes aos lares da família, comendo o animal e depois regressando a adua. Quando cresciam estes iam para as varas, onde engordavam até ao seu abate<sup>18</sup>. Este processo culminava na matança do porco, onde toda a família se reunia. Enquanto os homens matavam o porco, as mulheres faziam o pequeno-almoço e ajudavam noutras tarefas, como apanhar um sangue para um alguidar já com vinagre e sal para este não coalhar<sup>19</sup>. Este sangue serviria para o almoço da matança, a tradicional “surraburra” e também para a produção de chouriços. As épocas festivas tinham a própria gastronomia, no Natal faziam-se as “filhos”, e os “borracho” já na Pascoa as famílias faziam bolos para partilhar as refeições.

---

<sup>15</sup> Camara Municipal de Moura

Memorias de Santo Aleixo da Restauração, Camara Municipal de Moura, 2013, pag61

<sup>16</sup> Camara Municipal de Moura

Memorias de Santo Aleixo da Restauração, Camara Municipal de Moura, 2013, pag62

<sup>17</sup> Camara Municipal de Moura

Memorias de Santo Aleixo da Restauração, Camara Municipal de Moura, 2013, pag41

<sup>18</sup> Camara Municipal de Moura

Memorias de Santo Aleixo da Restauração, Camara Municipal de Moura, 2013, pag41

<sup>19</sup> Camara Municipal de Moura

Memorias de Santo Aleixo da Restauração, Camara Municipal de Moura, 2013, pag42



Imagens 1: Matança do Porco<sup>20</sup>



Imagem 2: Matança do Porco<sup>21</sup>

A maioria dos homens ganhavam a vida como seareiros, trabalhando na terras cedidas pelos grandes latifundiários, na maioria terras cheias de mato o qual era limpo e depois onde se lavrava a terra para a seguir semear, sendo que no fim pagava um quarto daquilo que colhia, desta maneira o dono da terra ficava com esta limpa e ainda tirava algum rendimento. Os seareiros tinham algumas cabras, ovelhas e porcos, guardados em rebanhos comuns pastando nas terras da aldeia, havendo um pastor, um cabreiro e um porqueiro para vigiar os animais.

As mulheres também eram essenciais, mas eram exploradas e mal remuneradas, trabalhando como:

- Ceifeiras – Colhiam o trigo a mão, um trabalho árduo;
- Mondadeiras - Faziam a limpeza das ervas daninhas no campos
- Trabalhadoras em lagares e olivais – ajudavam na apanha da azeitona, recebendo menos que os homens

Além destes trabalhos, cuidavam dos lares e dos seus filhos.

Porém a vida no campo era controlada por determinados trabalhos que tinham épocas específicas para se realizarem:

- A sementeira : Nos meses de outubro/novembro fazia-se a sementeira, preparando primeiro a terra para receber as sementes. Com a ajuda do gado a terra era

<sup>20</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de  
 “Moura: Culturas e Mentalidades”, Camara Municipal de Moura, 1997, pag197

<sup>21</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de  
 Moura: Culturas e Mentalidades, Camara Municipal de Moura, 1997, pag197

“revolta” com a charrua. Após isto as sementes eram lançadas a terra e depois cobrindo-as com terra e era esperar que chovesse<sup>22</sup>

- A monda: No fim de janeiro e inícios de fevereiro os grãos de trigo saiam a terra e cresciam. Era necessário arrancar a mão as ervas daninhas para que estas não prejudicassem o cereal<sup>23</sup>
- A ceifa e debulha: No mês de junho começava a recolha do trigo, com a ajuda da foice e os braços cobertos com manguitos. O trigo era todo junto e levando até ao ponto mais alto para o vento ajudar na sua limpeza para a seguir por animais sobre os mesmo para assim separar o grão da espiga, sendo necessário mexer o cereal para a sua melhor limpeza<sup>24</sup>.

É importante ressaltar a figura do pastor, com grande destaque nos campos alentejanos, guardava ovelhas com o seu cajado e sempre acompanhado pelo seu cão para que nenhum gado fosse deixado para trás, fiel ao seu dono sendo o seu melhor companheiro de trabalho.

## Capítulo I: Moura - Um mundo rural entre 1933 e 1945

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de  
“*Moura: Culturas e Mentalidades*”, Camara Municipal de Moura, 1997, pag203

<sup>23</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de  
“*Moura: Culturas e Mentalidades*”, Camara Municipal de Moura, 1997, pag204

<sup>24</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de  
“*Moura: Culturas e Mentalidades*”, Camara Municipal de Moura, 1997, pag206

Freguesias	Oliveiras em plena produção	Novas	Figueiras	Laranjeiras	Limoeiros	Tangerineiras	Amendoeiras	Nogueiras	Outras árvores de fruto	Total por freguesias
S. João.....	99.965	21.180	3.612	455	33	5	1.170	28	3.719	130.167
Santo Agostinho.....	213.142	44.415	58.429	336	81	83	1.143	55	2.830	320.542
Amareleja.....	30.162	17.064	9.675	928	14	8	270	17	4.077	62.215
Sobral d'Adiça.....	188.594	56.745	13.508	255	8	23	1.145	18	1.910	262.206
Safara ..	20.929	18.694	334	233	18	18	258	3	1.185	41.642
Santo Aleixo.....	5.012	1.687	192	224	15	4	14	3	179	7.330
Póvoa.....	45.072	24.873	12.764	441	30	16	377	10	3.641	87.124
Santo Amador.....	4.643	4.594	1.394	29	15	—	117	4	805	11.601
Total...	607.519	189.122	99.936	2.901	214	157	4.794	137	18.046	922.827

Imagem 3: Árvores de fruto no Concelho de Moura em 1933<sup>25</sup>

A margem esquerda do Guadiana era alvo de um grande turismo<sup>26</sup>, devido a beleza, a diversidade de rios, afluentes do Guadiana com potencial de irrigação para transformar os campos do concelho em pomares algo que não aconteceu como vamos poder observar<sup>27</sup> – não faltavam terrenos irrigáveis, mas careciam a vontade e os apoios. Um dos rios próximos da vila de Moura, o Brenhas, era um exemplo de como aproveitar os recursos hídricos para quebrar a hegemonia da cultura cerealífera nomeadamente o trigo como o olival. Este novo tipo de cultura poderia trazer a fixação de produtores do Norte e do Algarve, mais familiarizados com o cultivo hortícola e pomicultura, servindo como um corretivo para a superabundância de cereais excedentes das capacidades de consumo; assim sendo o concelho de Moura um grande produtor de cereais, tal poderia constituir uma solução para a crise de trabalho rural? Poderia ter sido, porém, apesar da existência de alguma cultura de árvores de fruto pelo concelho, a mesma tornava-se insignificante quando comparamos com a produção cerealífera e oleícola.

<sup>25</sup> Jornal de Moura de 22/4/1933, n°424

<sup>26</sup> LEAL, Pinho

“Moura e o seu concelho no Portugal antigo e moderno”, Biblioteca Municipal, Moura, 2011, pag21

<sup>27</sup> Jornal de Moura de 16/3/1933, n°419

Como visível na imagem 3<sup>28</sup>, a produção de oliveiras encontrava-se em destaque no concelho sendo 2/3 da produção das árvores de fruto. Encontrava-se outro tipo de árvores como a figueiras, laranjeiras, limoeiros, tangerineiras, amendoeiras e nogueiras as quais, não só abasteciam os mercados locais, como por vezes também eram vendidas para mercados fora do concelho.

Em 1939, Moura contava com cerca de 12mil habitantes - era uma vila de 2<sup>a</sup> categoria de ordem e de 2<sup>a</sup> categoria fiscal. Famosa pelos azeites, lacticínios, barro, carvão e cal, exportados pelo caminho de ferro com destaque para os carvões, cereais, gado e cortiça maioritariamente proveniente de Santo Aleixo. No mesmo ano, o concelho teria cerca de 25 mil pessoas, sobretudo dedicadas à agricultura, seguida da oleicultura com destaque para a Herdade dos Machados, considerada, na época, a maior do mundo em extensão e riqueza<sup>29</sup>

Porém, tal prosperidade não era transversal: pelo contrário, o concelho estava marcado pelo abandono, especialmente as freguesias rurais caracterizadas pela falta de eletricidade, das calçadas e a falta de subsídios e trabalho.

Vejamos o caso da Amareleja: a localidade contava com inúmeras vinhas, olivais jovens a dar os seus primeiros frutos. Os casais<sup>30</sup> vieram substituir as choças<sup>31</sup> e o desbravamento das terras, as azinheiras derrubadas transformam-se em carvão, nesta que seria a *“maior aldeia do Alentejo e maior freguesia de Portugal”*<sup>32</sup>, palavras de Joaquim Nunes Franco, presidente da comissão administrativa da junta de freguesia caracterizada por cerca de 10000 hectares de terreno, os quais eram escassos para uma população com 9 mil habitantes, criando um excedente de braços em busca de trabalho.

A Amareleja esperava uma reforma administrativa: aspirava alargar a área para as freguesias vizinhas como a Povoia, Granja, Estrela e Santo Amador,; mais, pretendiam uma linha férrea de ligação a Mourão e a Espanha, para a exportação menos onerosa de cereais, azeite e gado<sup>33</sup> sendo, também uma forma de atrair produtores espanhóis para aproveitar os baldios, designados de Contendas, as quais ocupavam uma área de 5300

---

<sup>28</sup> Jornal de Moura de 22/4/1933, n°424

<sup>29</sup> Jornal de Moura de 20/5/1939, n°603

<sup>30</sup> Casas de paredes grossas de piso térreo pintadas de branco, contruídas com tijolo ou taipa, tornam-se umas das principais características do povo alentejano

<sup>31</sup> Pequenas cabanas construídas rusticamente com materiais como ramos e colmo

<sup>32</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, n°426

<sup>33</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, n°426

hectares de terreno de 1ª classe para cereais – tais parcelas poderiam ser aproveitadas para o cultivo e assim oferecer trabalho aos braços da Amareleja, mas a falta de apoio e de subsídios eram novamente o obstáculo ao progresso. Outro dos problemas resultava da falta de serviços como uma delegação de finanças e um notário privativo<sup>34</sup> já que os imóveis eram negociados verbalmente e transitavam por vários donos sem pagarem os contributos de registo. Para tal, era necessária a viagem até Moura para conseguir uma assinatura – existiam várias transações, com uma população trabalhadora a rondar os 7000 habitantes e as quais possuíam exigências fiscais a cumprir.

A riqueza desta freguesia provinha da grande propriedade transformada em olival, figueiral e pereiral numa área a rondar os 7500 hectares. O olival encontrava-se no início da produção, ocupando uma quarta parte da área e produzindo anualmente 250000L de azeite. A vinha ocupava a maior parte da produção, com um contingente anual de 8000L de vinho e uma exportação de 900000 kgs de uva de mesa<sup>35</sup> destinados aos mercados do concelho, como localidades fora dele (Serpa, Pias, Baleizão e até mesmo Mértola e Mina de São Domingos). Também havia a produção de figo com grande importância por sustentar cerca de 100 cabeças de gado suíno além do comércio fora do concelho<sup>36</sup>. A pereira também tinha importância; na sua maioria, tratava-se de uma produção espontânea e o fruto usado para a exportação e engorda de cevões. Ainda existia o meloal, cultivado em grande área e destinado a exportação a larga escala para mercados mais distantes. Quanto as áreas de consumo do concelho, Moura constituía o principal destino das mercadorias vindas da Amareleja. A cultura cerealífera o trigo ocupava uma área de cerca de 8000 hectares e uma produção média anual de 5 milhões de kgs; demais cereais e legumes mobilizavam uma área de 4000 hectares e correspondia a uma produção anual de 4 milhões de kgs (cevada, aveia, fava e grão-de-bico)<sup>37</sup>. No entanto, estes géneros não tinham escoamento devido a ausência de boas vias de comunicação.

Assim, a Amareleja desempenhava uma importância comercial e agrícola, mas sem monumentos, era entendida apenas como um centro de trabalho e não atraía o turismo; caracterizava-se por cerca 20 herdades e um despacho aduaneiro assaz rentável

---

<sup>34</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, nº426

<sup>35</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, nº426

<sup>36</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, nº426

<sup>37</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, nº426

ao estado bastante receita - tal como as herdades, mas estas não tinham o devido investimento.

A Amareleja esperou anos por melhoramentos, como a água canalizada, esgotos, vias de comunicação e escola. O subsolo amarelejense era rico em água, mas a mesma não foi aproveitada, os esgotos aguardaram meio século pela sua conclusão e apenas contava com uma estrada de ligação a sede do concelho, degradada devido ao tráfego intenso<sup>38</sup>. Este caso era demonstrativo de como uma aldeia tão rica no que tocava a produção agrícola era tão pobre devido a falta de apoios e aos diversos problemas prevaletentes em todo o concelho devido ao abandono dos órgãos locais e do governo, tópico a analisar com mais detalhe.

O concelho de Moura confrontou-se com vários problemas: as crises rurais, os efeitos da Campanha do Trigo, as inexistentes vias de comunicação e o problema da instrução escolar a abordar pela respetiva ordem.

## Uma terra de crise

A classe rural vivia em constante crise e a existência respetiva condenada a miséria, não havendo garantias de trabalho certos e com salários baixos. Os lares não tinham conforto e não contavam com instrução.

A administração do concelho procurou forma de combater a crise através das feiras. A feira de maio foi criada para estimular as transações com o objetivo de ocorrer

---

<sup>38</sup> José de Bernardo in Jornal de Moura de 23/9/1944, n°858

as despesas agrícolas, porque devido a escassez de transportes nem sempre quem vivia nas freguesias rurais podia deslocar-se até a sede do concelho. Assim a feira de maio permitia à lavoura vender gado e transacionar os produtos previamente para angariação de capital posteriormente usado na ceifa<sup>39</sup>. Inicialmente, a feira era menosprezada pela população e não contou com o grande desenvolvimento por ser comparada com a congénere de setembro, mais antiga e que marcava o início do ano de atividades agrícolas, no decurso do qual se procurava adquirir alfaias, maquinaria, transporte e acessórios<sup>40</sup>. A feira de setembro constituía uma das mais importantes do Alentejo, com a presença de milhares de forasteiros e negociantes; fazia-se o comércio de gado cavalar e suíno, regulavam-se preços do gado e do azeite, vendiam-se lãs, cortiças e cereais. Esta época marcava a compra de calçado, roupa, mobílias e ferramentas.<sup>41</sup> Sublinhe-se ainda a importância dos mercados de gado mensais, como local de reunião de lavradores, comerciantes e indústria

Além da crise na agricultura em 1933, somava-se a oleicultura, por ter sido permitida a importação de azeite. Tal decisão gerou mau estar nos produtores; não obstante, a exportação manteve-se por constituir um dos pilares da economia nacional e do concelho de Moura.

O decreto-lei nº 24.410<sup>42</sup> proibia a importação de óleos que não fossem produzidos a partir da azeitona; tal supunha a possibilidade da importação de azeites estrangeiros, com dano interno para o escoamento dos nacionais.

A Casa do Povo de Moura foi inaugurada a 1 de maio de 1934, instituição relevante para o combate a crise do trabalho rural. Tal desiderato era alcançado através de uma cota mensal de 1\$00 e os sócios garantiam os rendimentos do trabalho na época de crise, pois todos aqueles que fossem sócios e com as cotas em dia seriam chamados para trabalhos de melhoramentos ruais como calçetar ruas ou obras públicas, recebendo menos do que no campo, porém tinham trabalho<sup>43</sup>. Posteriormente as freguesias rurais também inauguraram as suas casas do povo: Safara fundada a 17 de setembro de 1937 sendo que em 10 de outubro de 1945 albergaria a área de Santo Amador, freguesia que

---

<sup>39</sup> Jornal de Moura de 18/5/1933, nº428

<sup>40</sup> Jornal de Moura de 8/9/1933, nº442

<sup>41</sup> Jornal de Moura de 8/9/1933, nº442

<sup>42</sup> Jornal de Moura de 6/1/1934 nº458

<sup>43</sup> Jornal de Moura de 20/4/1940, nº644

só teria a sua própria casa do povo em 1976<sup>44</sup>, em 1941 no dia 1 de outubro<sup>45</sup> foi a vez da Amareleja a qual albergava a freguesia da Póvoa de São Miguel até 1944<sup>46</sup>, tendo a Povoá conseguido nesse ano inaugurar a própria casa do povo, tendo também o Sobral inaugurado a sua no mesmo ano<sup>47</sup>. Já o caso de Santo Aleixo remonta ao ano de 1935, a proposta da Comissão da União Nacional para a criação desta casa do povo, porém só em 1942 e com a possibilidade de a freguesia ter de se unir a casa do povo mais próxima é que tal foi inaugurada<sup>48</sup>

Porém, movimento associativo também teve a sua marca, em st amador através da Sociedade Recreativa 9 de abril, fundada em 1938, quando o poder central aumenta o controlo a nível local. Esta sociedade foi criada por aqueles que estavam no poder da junta, homens abastados e que sabiam ler e escrever<sup>49</sup>, já que os analfabetos na sua maioria eram os pobres trabalhadores rurais

O ano de 1936 caracterizou-se pela escassez de trabalho severa no concelho de Moura. Como forma de apoio,<sup>50</sup> a Sociedade de Moagens Serpense remeteu farinhas para o consumo da populações das freguesias rurais (três sacas para Moura, duas para a Amareleja, uma para Safara, uma para Povoá e uma para Santo Aleixo)<sup>51</sup>; enviou ainda 301 pães destinados os mais necessitados. As populações rurais confrontam-se com grandes necessidades; foi um mau ano agrícola, tanto no trigo, como na azeitona,<sup>52</sup>. Foram ainda distribuídos por todo o concelho cobertores para ajudar no combate ao rigoroso frio do inverno, também patente na redução da procura de trabalho e acréscimo da miséria.<sup>53</sup>

No caso da Amareleja a crise apreciava-se na composição socio-económica na demografia: 10 mil habitantes, na maioria seareiros e trabalhadores rurais, mas a área

---

<sup>44</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de

“*Moura: Culturas e Mentalidades, Camara Municipal de Moura*”, 1997, pag72

<sup>45</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de

“*Moura: Culturas e Mentalidades, Camara Municipal de Moura*”, 1997, pag68

<sup>46</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de

“*Moura: Culturas e Mentalidades, Camara Municipal de Moura*”, 1997, pag71

<sup>47</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de

“*Moura: Culturas e Mentalidades, Camara Municipal de Moura*”, 1997, pag75

<sup>48</sup> OLIVEIRA CORREIA, José António de

“*Moura: Culturas e Mentalidades, Camara Municipal de Moura*”, 1997, pag73

<sup>49</sup> ESPADEIRO RAMOS, João Augusto

“*Santo Amador e a revolução*”, Cooperativa Cultural Alentejana, 2009, pag37

<sup>50</sup> Instituição que reunia todos os moageiros de Serpa num só órgão

<sup>51</sup> Jornal de Moura de 16/5/1936, nº539

<sup>52</sup> Jornal de Moura de 6/1/1937, nº559

<sup>53</sup> Correspondência entre a Administração do concelho e o Governador Civil de Beja, 21/2/1936, Arquivo Municipal de Moura

reduzida motivava os amarelejenses a procurar trabalho em outras localidades como a Granja e canalizando verbas para tais localidades. Uma terça parte dos amarelejenses, viu-se forçada a deixar a terra natal; cerca de 400 trabalhadores rurais sem trabalho, com famílias respetivas, instalaram-se em outros contextos porque o único trabalho era a construção da estrada Amareleja – Barrancos. Os lavradores, em pequeno número, agravaram a situação por remeterem os assalariados para estes trabalhos públicos. Entre 40 e 50 homens, empregados desses lavradores, acolhidos nas Obras Públicas por se encontrarem inscritos como desempregados<sup>54</sup>. Muitas famílias viviam também do comércio com Espanha; porém, no início da Guerra Civil Espanhola, as fronteiras foram encerradas e as dificuldades agudizavam-se. Em 1939, o número de desempregados rondava entre 400 e 500<sup>55</sup>; conseqüentemente, foram abertos trabalhos públicos como calcetamento de ruas, estradas, a construção de um mercado e ainda eletrificação publica.

A situação delicada do concelho levou o administrador do concelho em funções no ano de 1937, Manuel Rodrigues de Andrade, a reunir com lavradores e proprietários para distribuir os homens sem trabalho; estabelecia-se dois desempregados por cada empregador. Foram abertos também trabalhos pelo município e pela Casa do Povo de Moura para oferecer possibilidade de obtenção de rendimento até a época das mondas. Estas soluções não resolveram o problema; mais tarde, os próprios trabalhadores rurais pediram à Câmara a abertura de mais obras – então, o salário mínimo estava entre os 7\$00 e 8\$00 escudos<sup>56</sup>.

Uma das obras inauguradas foi a conclusão da ligação entre Moura e Brinches, para encurtar distâncias e melhorar a comunicação, fomentar a agricultura como o comércio. Porém, a crise seguia sem dar tréguas e os temporais pioraram a situação<sup>57</sup>; neste contexto, os dirigentes da Casa do Povo de Moura deslocaram-se a Beja para reunir com o delegado dos Instituto Nacional do Trabalho e o Governador do Distrito. Dessa iniciativa resultou a entrega de 10000\$00 do fundo de contribuição da F.N.P.T<sup>58</sup>. Fialho Pinto, presidente do município de Moura, marcou um encontro com os proprietários e lavradores para o investimento das verbas atribuídas.

---

<sup>54</sup> Jornal de Moura de 16/1/1937, n° 560

<sup>55</sup> Jornal de Moura de 16/9/1939, n°619

<sup>56</sup> Jornal de Moura de 9/4/1938, n° 580

<sup>57</sup> Jornal de Moura de 21/1/1939, n°592

<sup>58</sup> Jornal de Moura de 11/2/1939, n°593

Os latifúndios, atendendo às opções de exploração, contribuíam para o agravamento da crise: os proprietários não cultivavam a terra sistematicamente e o aumento do uso de maquinaria na agricultura dificultavam a existência da população<sup>59</sup>.

Em 1940 o número de desempregados era 1150 (Moura – 350; Amareleja – 250; Safara – 150; Santo Aleixo – 150; Povia – 100; Sobral – 100 e Santo Amador – 50) sendo os períodos de crise entre 1 de fevereiro a 30 de abril (89 dias) e 15 de agosto a 20 de novembro (97 dias) , e os períodos de mais trabalho eram de 1 de maio a 15 de agosto (ceifas e debulhas) e de 20 de novembro a 1 de fevereiro (época onde homens e mulheres trabalham no varejo e apanha da azeitona) assim durante 1 ano a crise no concelho de Moura durou 186 dias , ou seja, metade do ano. Entre os 2 períodos houve um deficit diário de 162.725 salários aproximadamente, salários pagos a 7\$00 o que se revela em 1.139.075\$00 escudos - quantia indispensável para a solução total da crise neste concelho durante os períodos de crise.<sup>60</sup> O número de desempregados aumentou durante todo este período e em junho de 1945 este número era de 1391 e com previsões que duplicavam o número de pessoas sem trabalho e com vagas de crise bastante maiores.

	Nº de desempregados		Duração da crise
	Nesta data	Nº máximo previsto	
Moura	139	500	
Safara	76	150	Janeiro de 1946
St Aleixo	100	300	Fevereiro de 1946
St Amador	50	70	Maio de 1946
Sobral	330	500	Maio de 1946

<sup>59</sup> Jornal de Moura de 22/6/1939, nº612

<sup>60</sup> Relatório sobre a crise da classe rural no concelho de Moura, 6/8/1940, Arquivo Municipal de Moura

Povoa	96	300	Maior de 1946
Amareleja	600	1200	Maior de 1946

Tabela nº 1 Pessoal rural desempregado em junho de 1945<sup>61</sup>

Após as ceifas e as debulhas (fins de agosto), começava o período difícil até a campanha da azeitona (fins de outubro) durante o qual as populações debatiam-se com o desemprego. Com o início da 2ª guerra mundial, surgia o racionamento de géneros; no caso da gasolina, a agricultura afetava os trabalhos com máquinas, apenas realizados se absolutamente, especialmente os de mobilização. As noras, moinhos e outros engenhos para elevação de água para rega de hortas e pomares esperavam beneficiações para maior otimização dos recursos. O fornecimento de combustível ocorria unicamente em situações de necessidade verificada e através dos órgãos locais como os Grémios e as Delegações da F.N.P.T<sup>62</sup>. Em conformidade, acrescia o preço das lenhas, transformadas em combustível mais comum – o carvão. Os grémios começaram a ser responsabilizados pela falta de combustível

O contexto de guerra suscitou a implementação da iniciativa governamental “Poupar e Produzir”, de incentivo à criação de coelhos e galinhas como à plantação de batatas. No concelho de Moura, o trânsito de géneros necessários à alimentação realizava-se mediante uma guia de autorização de circulação; tal procurava evitar a escassez de géneros e operações ilícitas<sup>63</sup>, apesar de Portugal se encontrar numa situação mais favorável em comparação a outros países da Europa. Ainda assim, escasseavam géneros por falta de importação – os mercados abastecedores fecharam, verificavam-se restrições ao transporte, ataques à marinha mercante e a cada dia tornava-se mais notável as necessidades da economia e da sociedade portuguesas<sup>64</sup>.

Um dos poucos momentos de felicidade para os seareiros era a colheita das searas, uma época de muito trabalho. Os trabalhadores rurais sentiam-se abandonados e com poucos recursos porque lhes incumbia apenas 1/3 ou ¼ da produção enquanto os donos da terra ficavam com a maioria. Sublinhe-se, o êxodo rural propiciou um momento de alargamento dos latifúndios através de novas aquisições de terras e acréscimo das áreas de produção. A vida do seareiro baseava-se no crédito para a compra de sementes, adubos,

<sup>61</sup> Arquivo Municipal de Moura

<sup>62</sup> Jornal de Moura de 31/1/1942, nº731

<sup>63</sup> Jornal de Moura de 7/3/1942, nº736

<sup>64</sup> Jornal de Moura de 18/7/1942, nº753

ferragens, seguros e pagar as mondas, as ceifas e as debulhas; se, por acaso, ocorresse um mau ano agrícola, novo crédito surgia como fórmula de liquidar o anterior – a vida deste segmento ficava hipotecada às Caixas de Crédito Mútuo<sup>65</sup> porque os bons anos agrícolas eram escassos. Muitos refugiam-se no gado para tentar abater as dívidas, mas sem sucesso o que não retirava a importância dos mercados mensais de gado.

Em 1943, a comissão arbitral do concelho reunia-se e definia os salários<sup>66</sup>:

- Salário diário sexo masculino: classe A homens (mais de 18 anos): mínimo 9\$00; máximo 21\$00 / Classe B rapazes (de 15 a 18 anos): mínimo 6\$00; máximo 18\$00
- Salário diário sexo feminino: Classe A mulheres (mais de 18 anos): mínimo 5\$00; máximo 12\$00/ Classe B raparigas (de 15 a 18 anos): mínimo 4\$50; máximo 10\$00
- Empreitadas por cada alqueire de sementeira: mínimo 15\$00; máximo 20\$00

Entre 30 de maio a 12 de junho, os salários máximos eram alterados para 23\$00, 20\$00, 14\$00 e 12\$00 respetivamente; e 22\$00 nas empreitadas, por constituir de elevada procura de mão de obra.

Outra forma de contornar a crise rural residia nas árvores de fruto, como figueiras cujo fruto era de qualidade equiparável ao algarvio, porém, transacionados a preços irrisórios. O concelho produzia fruta em grandes quantidades e com boa qualidade, mas de escasso valor no mercado. Existiam também chaparros, sobreiros e azinheiras, em vasta área e com produção de bolota para alimentar o gado suíno<sup>67</sup>.

Às más colheitas de azeitona e subsequente falta de azeite, juntava-se a escassez da carne suína para abastecer o comércio local, com redução das matanças nas casas agrícolas. A acumulação de stocks na indústria de Moura suscitava o desenvolvimento da vila e a subida dos preços dos enchidos (produtos manufacturados); na falta do poder de compra da população local, a produção era canalizada para outros mercados – o concelho era produtor de suínos e tornava-se importante estabelecer um preço para a população local e outro para a exportação<sup>68</sup>. A Sociedade Comercial de Moura Lda revelou-se importante para a indústria local: comprava cereais e legumes aos produtores e colocava-

---

<sup>65</sup> Jornal de Moura de 18/7/1942, n°753

<sup>66</sup> Jornal de Moura de 5/6/1943, n°797

<sup>67</sup> Jornal de Moura de 8/9/1943, n°809

<sup>68</sup> Jornal de Moura de 24/2/1945, n°871

os nos mercados, promovendo o comércio local como ajudando-o na exportação em larga escala porque já possuía uma vasta rede de mercados. O concelho possuía extensas áreas de olivais, montados e terras de trigo, porém não existiam vinhos, aguardentes, licores e xaropes. A Sociedade dedicava-se à importação destes produtos – era distribuidora e armazenista de vários produtos<sup>69</sup>

Moura era um centro com certa importância, com campos férteis e produção de trigo, fava, aveia, grão e cevada, pousios com pasto para o gado – a alternância de culturas entre as leguminosas e a gramíneas trazia o equilíbrio e a regeneração. O acréscimo das forragens permitia a elevação do número de cabeças de gado<sup>70</sup>, , mas as crises de trabalho continuavam e a câmara como as juntas não dispunham de meios; aguardavam aprovação e participação para as obras públicas. As precárias colheitas cerealíferas e oleícolas aumentavam as despesas e os proprietários não possuíam meios para aumentar os postos de trabalho; tratava-se da maior crise verificada até então.

## A cultura do trigo e os seus problemas

Em 1929, o concelho de Moura ficava sujeito à Campanha do trigo, com o objetivo de tornar Portugal autossuficiente e impedir a saída de divisas do país. O concelho era caracterizado pelos latifúndios, os quais eram os alvos preferenciais da campanha, a qual não obteve os resultados esperados e comportou problemas a população rural.

No início do ano de 1933, o governo publicou uma portaria “*para estudar e propor as bases necessárias para a construção, localização e instalação dos celeiros nacionais de produção e consumo*”<sup>71</sup> – Esta medida destinava-se a prestar auxílio à lavoura e às classes proletárias pela garantia de compra de trigo através do sistema de “warrantagem” aplicável a quem semeasse trigo, isto é, um título emitido por uma entidade que comprava o cereal e representativo de valor. Nesta perspetiva, a criação dos

---

<sup>69</sup> Jornal de Moura de maio de 1944, n°842

<sup>70</sup> Jornal de Moura de 25/3/1944, n°835

<sup>71</sup> Jornal de Moura de 23/2/1933, n°416

celeiros constituía o primeiro passo para a sindicalização da produção e garantia dos direitos a uma classe classificada de “*inculta e egoísta*”<sup>72</sup>

A campanha confrontou-se com vários problemas, como a colocação do cereal no mercado – os trigos distribuídos não eram recebidos porque as moagens não seguiam as leis. Estes trigos eram destinados ao pagamento de débitos à Caixa Nacional de Crédito e Caixas Agrícolas; assim, as Execuções fiscais penhoravam e executavam trigos manifestados não recebidos e os empréstimos continuavam vencendo os juro<sup>73</sup>.

Algumas moagens foram responsabilizadas pelo incumprimento do decreto regulador da distribuição e escoamento de trigo em regime de manifesto<sup>74</sup>. As moagens não levantavam o trigo e criaram um desequilíbrio aos agentes que tinham manifestado o trigo, porque não podiam vender os géneros.

As moagens financiadas pelo Estado deram ordem aos agentes para receberem os trigos que lhe foram distribuídos<sup>75</sup>- esta ação foi fundamentada pela concorrência da pequena moagem e por não conseguirem vender as farinhas pelo baixo preço a que podiam comprar o trigo no mercado livre, inferior ao da tabela. O trigo no mercado livre era vendido por 1\$00 por kg<sup>76</sup> e mesmo assim escasseavam os compradores.

Esta situação levou a lavoura a pronunciar-se através do sindicato de Beja<sup>77</sup>, solicitavam o restabelecimento do ministério da Agricultura e a tutela desse por quem fosse conhecedor das necessidades provocadas pela falta de organização causada pelas leis de carácter associativo e protecionista. O distrito de Beja, incluindo o concelho de Moura, era diferente dos restantes porque a cultura predominante era o trigo, acumulado nos celeiros e em deterioração enquanto aguardava pela colocação nos mercados. Como forma de solucionar o problema do trigo no concelho os corpos administrativos, sindicatos, lavradores e seareiros entregaram uma representação ao presidente do ministério e ao subsecretario do estado da agricultura<sup>78</sup>.

---

<sup>72</sup> Jornal de Moura de 23/2/1933, n°416

<sup>73</sup> Jornal de Moura de 9/3/1933, n°418

<sup>74</sup> Jornal de Moura de 16/3/1933, N°419

<sup>75</sup> Jornal de Moura de 15/4/1933, n°423

<sup>76</sup> Jornal de Moura de 15/4/1933, n°423

<sup>77</sup> Jornal de Moura de 15/4/1933, n°423

<sup>78</sup> Correspondência entre a Comissão Administrativa do Município de Moura para Presidente da Comissão Administrativa do Município de Beja, 24/5/1933, Arquivo Municipal de Moura

Em 1933, era elevado o stock de trigo; as moagens recebiam o cereal com demoras e a lavoura já não tinha esperança de escoar o produto antes da nova colheita. O trigo encontrava-se enceleirado em péssimas condições, com dano para os produtores os quais recorrer a créditos para conseguir elaborar a nova colheita. A esses, acresciam os empréstimos contraídos nos anos agrícolas anteriores<sup>79</sup>. Assim, a colheita de 1932 ainda estava por distribuir e o ano agrícola de 1933 fora de bons resultados; tais premissas constituíam um novo problema para a crise rural – a abundância. O protecionismo condenou a lavoura alentejana, faltavam os celeiros e os diplomas reguladores avultavam em promessas, para desmoralização dos agricultores, compelidos a vender os géneros a troco de qualquer quantia adiantada para conseguir realizar as colheitas. Consequentemente, resultava o crescente abandono da cultura do trigo<sup>80</sup>

Então foi publicado o decreto fundador da Federação Nacional de Produtores de Trigo; a novel entidade pretendia impor “*as regras para a produção e comercio de trigo, contendo o documento a organização, atribuição e fins da F.N.P.T, direção e administração, celeiros concelhios e as suas delegações, recenseamento, fundos e balanços, créditos, armazéns gerais, “Warrant”, penalidades, disposições gerais e disposições transitórias*”.<sup>81</sup> Os trigos estavam a ser colocados com alguma rapidez através da federação, para ânimo dos produtores.

Na delegação do concelho de Moura, até 30 de setembro de 1933, realizaram-se 460 manifestos de trigo para venda, 2516645 kgs de trigo mole e 2145655 kgs de trigo rijo, totalizando 4662300 kgs. Nos celeiros da delegação, deram entrada 634185 kgs de trigo mole e 615450 kgs de trigo rijo, num total de 1249635 kgs, adquirido a pequenos produtores ao preço medio de 1\$50 por kg, ou 1874452\$50 escudos no cômputo total. Da F.N.P.T, a delegação de Moura recebeu 2331784\$00 escudos, distribuídos pelos produtores; a venda decorreu com normalidade, tendo a produção do concelho rondado os 800 vagões de trigo . Até dezembro foram enceleirados 695668 kgs de trigo mole e 751111 kgs de trigo rijo e manifestados 4655456 kgs de trigo.<sup>82</sup>

Em 1934, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moura canalizou 185575\$00 escudos para a lavoura, capitais do Estado e próprios, distribuídos por 40 empréstimos

---

<sup>79</sup> Jornal de Moura de 22/4/1933, n°424

<sup>80</sup> Jornal de Moura de 27/5/1933, n°429

<sup>81</sup> Jornal de Moura de 8/7/1933, n°434

<sup>82</sup> Jornal de Moura de 13/1/1934 n°459

para a colheita por a Caixa Nacional de Crédito não ter concedido os créditos solicitados para sementeiras e mondas em tempo útil<sup>83</sup>. Por seu turno, a F.N.P.T repartiu cerca de 2000000\$00 escudos por centenas de pequenos produtores concelhios que tinham vendido os trigos até ao fim do mês de agosto<sup>84</sup>. Os pequenos produtores receberam 5252492\$55 escudos e os grandes produtores 3854811\$55 escudos, através da F.N.P.T, faltava liquidar 4468583\$15 escudos a pequenos produtores e 5924122\$75 a grandes produtores, respeitantes à campanha do ano de 1934<sup>85</sup>.

Em termos nacionais, a colheita de 1935 somava-se aos 300 milhões de kgs de trigo do ano anterior; voltava o problema da falta de armazenamento assim como a falta de liquidez para novas colheitas por o trigo não ser vendido. Os meios de comunicação alijavam as responsabilidades do ministério da agricultura enquanto António de Oliveira Salazar, justificava as causas do problema com a alusão aos mais de 100000 produtores de trigo. Quais seriam as soluções? Certamente a construção de celeiros ou o aumento do contingente recebido pelas moagens para os campos e produtores ficarem livres para a próxima colheita. A primeira hipótese levaria a lavoura a gastar muito capital, parte do qual não possuía; logo, seria mais fácil utilizar os celeiros da moagem sem uso. Avultava, porém, uma opção mais realista, a de substituir culturas, mas essas não tinham os mesmos mercados devido à propaganda a Cultura do Trigo<sup>86</sup>.

Moura possuía uma grande produção de trigo, conforme os montantes previamente apresentado; assim construir-se-iam nove celeiros da F.N.P.T, localizados

Freguesias	Especie de Produtores	Quilias		Áreas das Freguesias em Decares
		Mais	Bija	
S. João Baptista	G. Produtores	1.860.430	1.504.352	3.365.282
	P. Produtores	802.571	725.781	1.528.352
	Maquias	99.331	86.441	185.772
				5.179.406
Santo Agostinho	G. Produtores	134.300	2.000	136.300
	P. Produtores	2.190.283	69.420	2.659.653
				2.695.953
				14.194,84
Amareleja	G. Produtores	424.179	160.538	584.717
	P. Produtores	1.489.928	370.886	1.860.814
	Maquias	48.032	10.065	58.097
				2.443.598
				9.840,37
Safara	G. Produtores	149.550	161.875	311.425
	P. Produtores	878.039	281.095	1.159.134
	Maquias	64.183	16.942	81.125
				1.546.586
				5.618,21
Santo Amador	G. Produtores	227.020	862.970	1.089.990
	P. Produtores	264.196	73.050	337.286
	Maquias	15.111	3.542	18.653
				1.445.929
				7,784
Fovoa	G. Produtores	188.698	109.110	297.808
	P. Produtores	297.954	315.192	613.056
				910.864
				9.231,30
Sobral d'Adiça	G. Produtores	150.038	86.311	236.349
	P. Produtores	384.976	45.691	430.666
				667.015
				8.508,99

<sup>83</sup> Jornal de Moura de 4/8/1934, n°482

<sup>84</sup> Jornal de Moura de 22/9/1934, n°486

<sup>85</sup> Jornal de Moura de 26/1/1935, n°502

<sup>86</sup> Jornal de Moura de 23/3/1935, n°506

junto a estação de caminho de ferro<sup>87</sup>, para facilitar o trânsito respetivo. Esta previsão seria alterada posteriormente e a Moura reservavam-se seis celeiros (perto das habitações do pessoal, da estação do caminho de ferro, com acessos pelas estradas de Pias, Safara e sobral)<sup>88</sup> dois na Amareleja, um em Santo Aleixo e outro em Safara. A povoação de Santo Aleixo reagia com descontentamento por o celeiro a desenvolver ficava estabelecido em Safara – Santo Aleixo caracterizava-se pelo mais elevado número de pequenos produtores de todo o concelho e considerava-se menosprezada<sup>89</sup>

Imagem nº4: Relação dos trigos produzidos no Concelho de Moura, colheita de 1934/35<sup>90</sup>

A imagem<sup>91</sup> confirma-nos a configuração do perfil fundiário de Santo Aleixo; os pequenos agricultores debatiam-se com as dificuldades em deslocar os trigos até Safara, tal seria o celeiro mais próximo, devido à falta de meios de transporte. E por que motivo deveria Safara ter dois celeiros? A resposta residia na centralidade de Safara, entre Santo Aleixo, Santo Amador e Sobral, podendo as últimas duas localidades escolher o local mais adequado para os trigos respetivos – tanto podiam levá-los para Safara como para a sede do concelho. A F.N.P.T, a qual possuía três celeiros<sup>92</sup>. A construção dos celeiros não representou o fim dos problemas; exemplo disso, na Amareleja, os celeiros destinados à recolha dos trigos dos pequenos produtores não funcionavam porque os pavimentos não foram alcatroados, com prejuízos para a população, na maioria, seareiros assim incapacitados de entregar os cereais.<sup>93</sup>

Em 1936, o fundo social da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moura foi elevado a 224882\$18 escudos, contado com um lucro líquido de 9517\$00 escudos, para fomento do concelho e ajuda de cerca de 2000 agricultores<sup>94</sup>; porém, tal não se concretizou – em 1938, muitos pequenos proprietários ainda esperavam pelos empréstimos, motivo da impossibilidade de realizar os trabalhos da monda. A verba concedida por hectare (6 alqueires em sementeira de trigo) era de 50\$00<sup>95</sup>; essa quantia era reduzida em monda da seara. Considerando os atrasos na disponibilização da verba assim como o crescimento das ervas daninhas, a monda ficava mais dispendiosa. A Caixa

---

<sup>87</sup> Jornal de Moura de 2/3/1935, nº504

<sup>88</sup> Jornal de Moura de 25/5/1935, nº514

<sup>89</sup> Jornal de Moura de 13/7/1935, nº517

<sup>90</sup> Jornal de Moura de 10/8/1935, nº520

<sup>91</sup> Jornal de Moura de 10/8/1935, nº520

<sup>92</sup> Jornal de Moura de 21/9/1935, nº524

<sup>93</sup> Jornal de Moura de 18/4/1936, nº536

<sup>94</sup> Jornal de Moura de 21/3/1936, nº533

<sup>95</sup> Jornal de Moura de 26/3/1938, nº 578

de Crédito Agrícola Mútuo de Moura não se responsabilizou pela demora nos empréstimos, justificada pelos procedimentos do organismo central. Na campanha desse ano foram concedidos 363 empréstimos com capital do Estado, avultados em 971690\$00 escudos, e 64 com capital próprio, no valor de 105155\$00. Foram liquidados ao Estado 261 empréstimos, no montante de 876689\$55, e 63 empréstimos de capital próprio, em 112128\$50 totalizando 988818\$05. Por pagar restavam 307 empréstimos de capital do Estado, em 1215344\$00, e 103 empréstimos de capital próprio, no valor de 2110\$20 (total de 410 empréstimos no valor de 1426364\$00). A 31 de dezembro de 1937, existiam 526 sócios – no ano anterior, eram 466.<sup>96</sup>

A cultura do trigo estava sujeita a muitos riscos e o dinheiro da sua venda não cobria as necessidades, as oscilações das produções não permitiam aos produtores terem a confiança necessária para seguirem com este tipo de cultura, o preço do trigo e os salários não aumentavam, a taxa de desemprego era alta e os cereais secundários eram vendidos ao preço do trigo porem tinham menos custos de produção<sup>97</sup>

Em 1940, o problema dos empréstimos persistia e os sócios da Caixa de Crédito Agrícola não recebiam os empréstimos <sup>98</sup>; a modernização dos equipamentos, a aquisição dos adubos, as sementeiras e a necessidade de elevar salários para fazer face aos custos de vida tornavam a cultura mais dispendiosa <sup>99</sup>. O capital era canalizado para os grandes centros urbanos; as áreas rurais, como o concelho de Moura, o auxílio da Caixa Nacional de Crédito eram insuficientes e os sindicatos e os créditos agrícolas mútuos encontravam-se centralizados nos grémios, sem capacidade para obtenção de financiamento.

Do decurso da 2ª Guerra Mundial, o governo português promoveu a produção de cereais panificáveis, com aproveitamento da área cultivável. Os adubos estavam caros e a utilização respetiva onerava o preço do produto; acresciam os casos de falsificação. Consequentemente, processava-se a substituição de culturas por cereais menos dispendiosos. A economia portuguesa baseava-se na agricultura e pecuária – o Alentejo constituía o principal produtor, mas esses sectores estavam dependentes dos mercados externos. Quais eram as pretensões do executivo português? Mais produção e maior poupança para salvaguarda da economia portuguesa dos efeitos do conflito mundial; sem

---

<sup>96</sup> Jornal de Moura de 2/4/1938, nº 579

<sup>97</sup> Correspondência entre o Sindicato Agrícola de Beja e a administração do concelho de Moura, 14/2/1938, Arquivo Municipal de Moura

<sup>98</sup> Jornal de Moura de 23/3/1940, nº640

<sup>99</sup> Jornal de Moura de 20/9/1941, nº713

transportes para o trânsito dos produtos exóticos, era ainda mais necessária a autossuficiência. Porém, não se podia cultivar sem disciplina, a saber, sem a fixação dos preços do trigo e sem o recurso a outros cereais nas folhas destinadas ao trigo porque a abundância do género causaria a diminuição do preço.

A guerra trouxe um grande impacto já que não havia combustível líquido suficiente para os trabalhos agrícolas como era o caso das debulhas, por isso era racionado e apenas usado com este fim<sup>100</sup>. Esta situação levou a que no ano de 1942 fosse proibida a circulação das máquinas agrícolas e tratores nas estradas entre as 11h e as 19h, sendo que as debulhadoras eram transportadas por locomoveis alugados.<sup>101</sup> A somar a isto Moura viria a ficar com o seu posto de gasolina fechado e assim sendo o posto mais perto ficava em Beja

A cultura do trigo deixou uma grande marca na região; no início do séc. XX, em Santo Aleixo, a maior produtora de trigo do concelho, as terras eram charnecas, posteriormente desbravadas e tornavam-se produtivas . Apesar de grande produtora, não possuía capital, gasto nas searas e assim os agricultores tiveram de contrair empréstimos. Na maioria, o trigo colhido era remetido ao proprietário, o qual cedia a terra por 25%; o restante, era canalizado para a Caixa de Crédito. O seareiro fazia do comerciante um pilar porque lhe comprava os géneros e até emprestava dinheiro sem juros, muitos nem o devolviam.

---

<sup>100</sup> Correspondência entre o Ministério da Economia e a administração do concelho de Moura, 22/6/1942, Arquivo Municipal de Moura

<sup>101</sup> Correspondência entre o Governador Civil de Beja e a administração do concelho de Moura, 24/8/1942, Arquivo Municipal de Moura

## O comércio

O comércio também era afetado pela crise e tentava esquivar as leis o que gerou frustração naqueles que cumpriam tais leis pedindo através de uma carta a administração do concelho a uniformização dos horários e fossem encerrados os comércios daqueles que não respeitavam as leis, já que muitos abriam fora do horário estipulado e ao dia de descanso semanal (domingo)<sup>102</sup>, porém em 1935 os comerciantes unem-se através de um abaixo assinado para ampliar o horário de fecho das 19 para as 22h, já que quem comprava os seus produtos era a classe rural trabalhadora, a qual só fazia tais compras ao regressar do trabalho e a essa hora os estabelecimentos já estavam fechados, tendo sucesso apenas em 1937 conseguindo que o horário fosse alargado ate as 21h. Domingos Rodrigues

---

<sup>102</sup> Correspondência entre os comerciantes e a administração do concelho, 21/8/1933, Arquivo Municipal de Moura

Acabado comerciante safarense, fala que a maioria das transações se faziam apos a época das colheitas, mas também na época das ceifas e mondas<sup>103</sup>.

	Moura	Amareleja	Povoa	Sobral	St. Aleixo	Safara	St. Amador
Deposito de vinho	4						
Lagar	7	4	1	6		1	
Balança peixe/gado	1						
Bombas Gasolina	3						
Cafés	11	4	2			1	
Depósitos Carvão	3						
Drogaria	1						
Fazenda	8	4	3	6	2	2	1
Deposito Farinha	6	4	2		2		
Mercearia	35	31	9	12	22	8	6
Farmácia	4	2			1	1	

Tabela nº 2: Estabelecimento físicos e ambulantes, março 1941<sup>104</sup>

	Moura	Amareleja	Povoa	Sobral	St. Aleixo	Safara	St. Amador
Fabrica de Moagem	2	1		2	2		
Ourivesaria	2	1					
Padaria	1	2					
Pastelaria	1						
Salsicharia	2						
Oficina Serreiro	1						
Tabernas	26	15	4	4	4	4	5

<sup>103</sup> DA MOUCA, João

“Safara: Freguesia de Moura”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001, pag48

<sup>104</sup> Arquivo Municipal de Moura, março 1941

Talhos	2	8	4	2	2	3	1
Compra de cereais		1					
Fundição						1	
Loja de desporto	1						

Tabela nº 3: Estabelecimento físicos e ambulantes, março 1941<sup>105</sup>

	Moura	Amareleja	Povoa	Sobral	St Aleixo	Safara	St Amador
Ambulante fruta	4						
Ambulante hortaliças	12	1	1				
Ambulante leite	20	1		1			
Ambulante petróleo	1						
Ambulante fazenda	1						
Ambulante diversos artigos	1						
Ambulante peixe do rio	1			1		3	
Ambulante de cal	2						
Ambulante de carvão	1						
Venda de peixe do rio	8					1	
Venda de pão	15	1					
Venda de diversos artigos	2						
Venda de hortaliças	47	5		1	1	3	1

<sup>105</sup> Arquivo Municipal de Moura, março 1941

Tabela nº 4: Estabelecimento físicos e ambulantes, março 1941<sup>106</sup>

Como visível nas tabelas 2, 3 e 4<sup>107</sup> as principais atividades comerciais eram as mercearias (123) e as tabernas (62), porem podemos observar que a maioria do comercio esta diretamente relacionado aos produtos agrícolas e aos produtos básicos para a sobrevivência da população rural, sem que exista uma industrialização, estes estabelecimento encontravam-se na sua maioria nas próprias residências, sendo um comercio tradicional e focado nas necessidades da população.

Uma importante parte do comercio era dedicado ao gado, sendo o mesmo abatido no matadouro municipal, com destaque para o abate de gado ovino como é visível na seguinte tabela. A carne servia para o consumo da população através da carne em si ou até mesmo de enchido, sendo que a partir deste gado ainda se poderiam aproveitar outros produtos como as peles, lã, couro etc.

	BOVINOS	OVINOS	CAPRINO
1937	6367	51275	16268
1938	11219	60213	25497
1939	10648	65367	26400
1940	12544	42797	20187
1941	9915	36499	9451

Tabela nº 5: Gado abatido no matadouro municipal entre 1937 e 1941<sup>108</sup>

A carne apos o seu abate era trabalhada e seria dividia pelos talhos espalhados pelo concelho para assim proceder a sua venda. Em 1942 houvesse escassez de carne bovinas nos talhos do concelho, já que nos concelho vizinhos poderia ser comprada por preços mais baratos fazendo com que os produtores do concelho de Moura não conseguissem escoar os produtos levando assim a proibição de circulação de tal género<sup>109</sup>

O comercio também era muito prejudicado pela venda clandestina de produtos, como a farinha. Santo Aleixo como já referido, era uma terra de pequenos produtores e como forma de ganhar algum dinheiro a mais vendiam farinha clandestinamente para o

<sup>106</sup> Arquivo Municipal de Moura, março 1941

<sup>107</sup> Arquivo Municipal de Moura, março 1941

<sup>108</sup> Arquivo Municipal de Moura

<sup>109</sup> Correspondência entre o Governador Civil de Beja e a administração do concelho de Moura, 14/7/1942, Arquivo Municipal de Moura

território espanhol, escondendo o trigo nos manifestos aquando da entrega dos mesmo.<sup>110</sup> A falta de produtos também era um obstáculo e que veio a piorar com o início da 2ª guerra mundial e por isso tinham que ser racionados, exemplo disso foi a farinha, azeite, arroz, açúcar e muitos mais que eram de necessidade básica a população e com o aumento da população as necessidades aumentavam. Um exemplo disto foi o pão e a farinha já que cada pessoa no concelho apenas tinha direito a 500 gramas e o concelho tinha em 1943 cerca de 32 mil habitantes dos quais 12 mil não tinham como se abastecer<sup>111</sup>

A oleicultura vinha a ganhar algum destaque, e se em 1941 existiam 19 lagares, em 1944 havia 30, mostrando que o azeite tem vindo a ganhar destaque no comercio mesmo com todas as adversidades.

Localidade	Nº de lagares
Amareleja	4
Safara	2
Sobral	10
Moura	12
Povoa	2

Tabela nº 6: Número de lagares a funcionar em janeiro de 1944<sup>112</sup>

<sup>110</sup> Correspondência entre o Governador Civil de Beja e a administração do concelho de Moura, 6/5/1943, Arquivo Municipal de Moura

<sup>111</sup> Correspondência entre a F.N.P.T e a administração do concelho de Moura, 14/12/1943, Arquivo Municipal de Moura

<sup>112</sup> Arquivo Municipal de Moura

## As vias de comunicação

Por vias de comunicação, referimo-nos não são apenas as estradas e caminhos, mas também a rede telefónica e os transportes os quais permitiam a circulação de pessoas e bens por todas as freguesias do concelho

Quanto à rede telefónica, existia uma ligação entre Beja, Serpa, Moura e Barrancos, um melhoramento importante. Porém, Santo Amador como Santo Aleixo <sup>113</sup>ressentiam-se por não usufruírem de tal rede. Esta última queixava-se da falta de assistência médica, motivo da maior necessidade da rede telefónica para casos graves de doença ou urgências – a freguesia encontrava-se a 28km da sede do concelho. Em 1933, Safara e Amareleja já dispunham de rede telefónica, satisfazendo as populações; porém, não se entendia os motivos de as restantes freguesias serem preteridas porque eram importantes focos populacionais e agrícolas. Por outro lado, esperava-se a prioridade às

---

<sup>113</sup> Jornal de Moura de 2/3/1933, nº417

localidades distantes da sede do concelho. Essas localidades já tinham os postes elétricos, mas não usufruíam de uma cabine telefónica pública<sup>114</sup>, o povo sentia-se injustiçado.

Por ora, não foi possível apurar os fundamentos de Safara e Amareleja serem as únicas freguesias rurais com rede telefónica; no entanto, atendendo à geografia do concelho podemos encontrar uma resposta simples – a Amareleja era a maior freguesia, em termos demográficos, além da importância enquanto centro comercial e agrícola. Contudo, encontrava-se ligada à sede do concelho por uma estrada muito danificada e a freguesia era fronteira com localidades do distrito de Évora. No caso de Safara, a localidade encontrava-se situada entre três freguesias rurais, Santo Amador a 10 km, Santo Aleixo – a 7 km e Sobral da Adiça a 15 km – podendo qualquer pessoa dessas freguesias deslocar-se a Safara, em caso de necessidade. Contudo, tal possibilidade era complicada devido à falta de estradas e de meios de transporte.

Em 1936, a Póvoa de São Miguel e Santo Aleixo mantinham-se sem rede telefónica<sup>115</sup>. As estruturas de ligação entre Moura e Amareleja passavam junto a Póvoa, mas a localidade possuía apenas Correio; já Santo Aleixo, a maior produtora de trigo, também se encontrava próximo da ligação de Moura a Safara e Barrancos, mas também não possuía cabine<sup>116</sup>. A situação revoltava as populações interessadas em custear a instalação de tais cabines. Em 1938, era construída uma estação de telefone - postal em Santo Aleixo, a qual foi inaugurada pelo presidente do município de Moura, Francisco Garcia y Garcia<sup>117</sup>; a Póvoa mantinha-se sem rede telefónica, a única freguesia nessas circunstâncias, apesar da população avultar em cerca de 3000 habitantes<sup>118</sup>

Quanto a estradas, Moura encontrava-se ligada às freguesias por estradas, mas entre freguesias<sup>119</sup> não havia tais estruturas devido a topografia, o que complicava o desenvolvimento das localidades. Prejudicava especialmente no âmbito agrícola, a principal atividade das mesmas. Por exemplo, entre Safara e Sobral existia um caminho vicinal que, durante o inverno, tornava-se intransitável, usado para o tráfego agrícola; as

---

<sup>114</sup> Jornal de Moura de 23/9/1933 n°444

<sup>115</sup> Jornal de Moura de 18/4/1936, n°536

<sup>116</sup> Jornal de Moura de 18/4/1936, n°536

<sup>117</sup> Jornal de Moura de 19/3/1938, n° 577

<sup>118</sup> Jornal de Moura de 25/5/1939, n°649

<sup>119</sup> Jornal de Moura de 23/9/1933 n°444

populações das duas localidades uniram-se para solicitar às entidades competentes o respetivo arranjo por se tratar da ligação dessas à sede do concelho<sup>120</sup>.

Santo Amador queixava-se em 1933 que o seu ramal precisava de melhoramentos, já que o mesmo servia para a importação e exportação de géneros, porem este encontrava-se num estado lastimável, sendo intransitável no inverno<sup>121</sup>. Três anos depois saía a notícia que o ramal iria ser reparado<sup>122</sup>, porem só em 1937 é que este melhoramento se realizou, já que serviu para atenuar o desemprego causado pela crise do trabalho rural<sup>123</sup>

O concelho não dispunha de vias de comunicação com o distrito de Évora<sup>124</sup>, sublinhe-se, a Amareleja situa-se a um quilómetro da Granja, desse concelho, e Moura encontra-se a 37 km de Portel. Existia vontade de ambas as localidades em ter uma estrada de ligação. Atente-se no facto de algumas das localidades de Portel pertencerem à comarca de Moura<sup>125</sup>. Atente-se no facto de algumas das localidades de Portel pertencerem à comarca de Moura devido a proximidade, mas também devido a falta de estradas. A criação de tais infraestruturas melhoraria o tráfego e, concomitantemente, suscitaria a criação de postos de trabalho. Moura também não contava com uma estrada até Pedrogão, uma das paragens da carreira entre Évora e Beja – faltavam 18km de via para ligar as localidades referidas; contavam apenas com 13km de estrada velha. Não faltava a vontade das populações e os donos dos terrenos doaram os troços necessários para a respetiva criação<sup>126</sup>

Moura era uma terra fértil, cobertas de oliveiras, mas tinham estradas intercetadas e péssimos horários ferroviários<sup>127</sup>. Apenas a rede de estradas de ligação a Barrancos e às suas freguesias rurais estava completa; esta travessia dispunha de uma carreira entre Barrancos e Moura, com paragem em Santo Aleixo e Safara. Quanto ao exterior, possuía ligação com Beja, através de Pias, Serpa e Baleizão<sup>128</sup>. Em 1935, foi inaugurada uma

---

<sup>120</sup> Jornal de Moura de 15/4/1933, nº423

<sup>121</sup> DA MOUCA, João

“*Sto. Amador: Freguesia de Moura*”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001, pag12

<sup>122</sup> DA MOUCA, João

“*Sto. Amador: Freguesia de Moura*”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001, pag21

<sup>123</sup> DA MOUCA, João

“*Sto. Amador: Freguesia de Moura*”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001, pag22

<sup>124</sup> Jornal de Moura de 30/9/1933 nº445

<sup>125</sup> Jornal de Moura de 23/3/1935, nº506

<sup>126</sup> Jornal de Moura de 16/4/1935, nº509

<sup>127</sup> Jornal de Moura de 27/4/1935, nº511

<sup>128</sup> Jornal de Moura de 23/9/1939, Nº620

carreira até à Amareleja, através da Povoia<sup>129</sup>. O trajeto com Brinches tardou 50 anos; conferiu um novo alcance económico e turístico a Moura, em especial para os proprietários de olivais, por melhorar o transporte de azeite. Já Moura adquiriria outra ligação com Serpa<sup>130</sup>

É importante referir a existência do ramal de Moura era um dos troços de ferrovia nacional, ligando Moura a Beja e que servia os concelhos de Moura, Serpa e Beja, com uma extensão aproximada de 59km<sup>131</sup>. A construção desta linha permitia escoar o trigo mais rápido e também o crescimento da Vila de Moura, atraindo pessoas que abriam tabernas, mercearias e estalagens, sendo também importante os carros de parrelha do correio já que ligava a vila as restantes aldeias<sup>132</sup>, já que as empresas de viação como a Barranquense apenas começam a operar nos anos 30/40. Esta linha ligava Moura as herdades onde muitos trabalham como era o caso dos machados. A estação de Moura viveu momentos importantes como foi no dia 8 de outubro de 1936, onde houve um grande desembarque de foragidos da Guerra Civil de Espanha<sup>133</sup>, 1020 refugiados que estavam escondidos foram encaminhados para Moura, dormindo na praça de Touros, a qual foi convertida em prisão - devido a proximidade com a fronteira de Espanha a prática do contrabando era recorrente, especialmente durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), produtos como café eram trocados no meio do campos, sendo que a Guarda Fiscal estava sempre vigiando para que não houvesse tais trocas, já que os Portugueses saíam beneficiados vendendo os produtos que os Espanhóis não tinham devido a escassez causada pela Guerra<sup>134</sup>. Os produtos mais contrabandeados eram a farinha, o pão e o café pois permitiam uma alimentação básica.

No que tocava aos transportes, o concelho não contava com um grande número dos mesmo e como podemos observar na tabela seguinte havia apenas um total de 90 veículos em 1942 sendo a maioria ligeiros (63) numa população que rondava cerca dos 25mil habitantes.

---

<sup>129</sup> Jornal de Moura de 30/3/1935, nº507

<sup>130</sup> Jornal de Moura de 12/10/1939, nº668

<sup>131</sup> VALERIO, Ivan

“*Memoria soltas do Ramal de Moura*”, Biblioteca Municipal de Moura, 2021, pag7

<sup>132</sup> VALERIO, Ivan

Memoria soltas do Ramal de Moura, Biblioteca Municipal de Moura, 2021, pag12

<sup>133</sup> VALERIO, Ivan

Memoria soltas do Ramal de Moura, Biblioteca Municipal de Moura, 2021, pag15

<sup>134</sup> Camara Municipal de Moura

Memorias de Santo Aleixo da Restauração, Camara Municipal de Moura, 2013, pag81

TIPOS	EM SERVIÇO	EM REPARAÇÃO	PARA VENDA	Inutilizados	TOTAL
LIGEIROS	58	4		1	63
CAMIONETAS	14	3			17
CAMIÕES	4				4
MOTOCICLOS	5	1			6
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>	<b>8</b>		<b>1</b>	<b>90</b>

Tabela nº 7: Resumo dos veículos automóveis registados na secretaria da camara de 1 a 15 de janeiro de 1942<sup>135</sup>

Este número viria a reduzir no seguinte ano podendo ter como causa a crise dos combustíveis que se vivia devido a 2ª guerra Mundial, como podemos ver na tabela ?, o número total de veículos desce de 90 para 58, ou seja, num espaço de um ano havia menos 32 veículos. A crise dos combustíveis ou até mesmo os custos de manutenção do veículo são fatores que podem ter levado a redução do número dos mesmo, num concelho que não era rico em boas vias de comunicação levando a que os veículos perdessem adeptos para os animais de tração e carroças que saiam mais em conta e que eram assim também utilizados em trabalhos agrícolas.

TIPOS	Em serviço	Em reparação	Para Venda	inutilizados	TOTAL
Auto ligeiros	44	1			45
Caminhetas	7	1			8
Caminhões	2				2
Motociclos	2	1			3
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>3</b>			<b>58</b>

Tabela nº 8: Resumo dos veículos registados na secretaria da camara entre 1 e 15 de janeiro de 1943<sup>136</sup>

<sup>135</sup> Arquivo Municipal de Moura, janeiro 1942

<sup>136</sup> Arquivo Municipal de Moura, janeiro 1943

## O Ensino

O concelho de Moura encontrava-se muito atrasado no que tocava a educação, devido a dois fatores importantes, a falta de professores e a inexistência de condições para a lecionação das aulas; por exemplo, em Moura existiam quatro escolas e quatro professores<sup>137</sup>

Nas freguesias rurais, o mesmo problema era notável; em 1933, no Sobral da Adiça, iniciou-se a construção de um edifício para uma escola do sexo masculino. O inspetor Chefe do Círculo Escolar de Beja queria fechar a escola devido as péssimas condições da mesma<sup>138</sup>. Este melhoramento era necessário, fosse para promover a instrução na freguesia, fosse por ajudar a combater a crise de trabalho – as crianças, entre os 15 e os 18 anos, auferiam salários mais baixos do que os adultos e os proprietários pela mão de obra mais barata, com impacto na falta de trabalho para muitos chefes de família. A construção do edifício foi promovida por membros da junta de freguesia; esses procuraram fundos através de uma subscrição pública bem acolhida pelo povo<sup>139</sup>. Os órgãos de poder local não tinham quaisquer preocupações com tal problema e esta junta tinha escassez de recursos financeiros devido a outros problemas como as ruas

---

<sup>137</sup> Jornal de Moura de 15/4/1933, nº423

<sup>138</sup> Jornal de Moura de 30/3/1933, nº421

<sup>139</sup> Jornal de Moura de 30/3/1933, nº421

intransitáveis e a falta de iluminação pública<sup>140</sup>. O horário prolongado das tabernas constituía uma dificuldade adicional conduzia muitos jovens ao vício, deixando a leitura e a escrita de lado.

A instrução primária na Amareleja também era precária; dispunha de quatro funcionários e cada aula tinha cerca de 40 crianças, sem material didático. Uma carteira para dois alunos acomodava quatro e o edifício debatia-se com falta de mobiliário<sup>141</sup>. A freguesia recebia cerca de 300 crianças não matriculadas – entre 1928 e 1933, acolheu 448 alunos do sexo masculino e 368 do sexo feminino; em 1933, foram matriculados 107 alunos do sexo masculino e mais 107 do sexo feminino<sup>142</sup>. A escola era frequentada por cerca de 300 crianças, atendendo às matriculadas em estabelecimentos particulares; cerca de 500 crianças ficavam sem acesso a educação<sup>143</sup>. Eram necessários mais professores, mais salas – a escola possuía quatro salas – e melhores condições pois o edifício não tinha vidraças, logo, no inverno, as crianças ficavam ao frio e, por vezes, sem luz.

Em outras freguesias, como Safara e Santo Aleixo, também surgiam projetos para construir edifícios escolares modernos, através de donativos de particulares<sup>144</sup>. Moura também se caracterizava pela falta de edifícios e de professores; as poucas escolas existentes não possuíam condições de higiene e pedagógicas. Não escasseavam os locais para a construção de novas escolas, antes o apoio e vontade dos órgãos locais. O interesse da população era fundamental, os chefes de família faziam esforços para a instrução dos filhos e tentavam afastá-los dos trabalhos agrícolas.

Esta conjuntura conduziu à criação da liga contra o Analfabetismo em Moura, encarregue de todos os assuntos relacionados, como abertura de escolas no concelho, o alargamento do quadro dos professores, o acompanhamento de crianças de uma escola técnica agrícola e industrial e a criação de cursos noturnos de instrução primária para adultos ou menores impossibilitados de frequentar as aulas diurnas devido aos trabalhos rurais<sup>145</sup>. Esta liga também serviu como elo com os poderes públicos, de forma a formular os pedidos para todos os melhoramentos necessários. Os pais exasperavam por os filhos não serem colocados e, de ano para ano, a população escolar aumentava. Restava a

---

<sup>140</sup> Jornal de Moura de 30/3/1933, n°421

<sup>141</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, n°426

<sup>142</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, n°426

<sup>143</sup> Jornal de Moura de 6/5/1933, n°426

<sup>144</sup> Jornal de Moura de 18/5/1933, n°428

<sup>145</sup> Jornal de Moura de 8/9/1933 n°442

esperança de que a falta de escolas fosse resolvida através do desdobramento das aulas pelos estabelecimentos oficiais<sup>146</sup>.

Em outras localidades, como Évora, Beja e Elvas, estudava-se a ideia de criar escolas agrícolas como forma de “*preparar vaqueiros, maiorais, pastores, feitores e tratadores, sendo a aprendizagem feita em Postos agrários, parques de material agrícola e intendências de pecuária*”<sup>147</sup> . Procurava-se a difusão do ensino agrícola, desde o ensino primário; em Moura, o debate separava a comissão administrativa do concelho e o Jornal de Moura. A comissão defendia-se das críticas do periódico; conforme afirmava, havia-se verificado o aumento do número de lugares de professores para oito e dois novos locais para ensino – dois aguardavam autorização <sup>148</sup>. Aludia ainda às reparações das escolas de Safara e da Póvoa de São Miguel; quanto a essa última, evitava-se até o encerro respetivo. Efetivamente, em Moura, haviam sido criados oito lugares de professor, quatro para cada sexo, contando agora com 8 lugares masculinos e 6 femininos<sup>149</sup>. Porém, na Póvoa, às más condições da escola somava-se a inexistência de professor, para estudantes do masculino. Funcionavam as duas escolas do sexo feminino, ou seja, desde 1934, só as alunas tinham aulas<sup>150</sup>.

Tal realidade concita-nos a seguinte pergunta: Será que a comissão administrativa do concelho procurava iludir a população? Parecia ocultar a existência de uma carência através da resolução de algum problema. Porém, importaria o edifício escolar desprovido de docentes? A Casa do Povo de Moura procurou uma solução – durante o dia, o edifício servia de escola para os filhos dos trabalhadores e, à noite, prestava instrução dos adultos<sup>151</sup> ; porém, persistia a falta de professores.

Em 1936, muitas crianças mantinham-se sem educação; Moura não tinha edifícios próprios nem professores. Na Escola N°2 de Moura, não existia docente na sala masculina e os alunos da 3ª classe não tinham aulas<sup>152</sup>. Seria então construída uma nova escola primária com quatro salas – tratava-se da única com um edifício digno para lecionar, a escola Conde de Ferreira, batizada com o nome de quem a custeou <sup>153</sup>, as restantes

---

<sup>146</sup> Jornal de Moura de 21/10/1933 n°448

<sup>147</sup> Jornal de Moura de 6/1/1934 n°458

<sup>148</sup> Jornal de Moura de 27/10/1934, n°491

<sup>149</sup> Jornal de Moura de 25/5/1935, n°514

<sup>150</sup> Jornal de Moura de 13/7/1935, n°517

<sup>151</sup> Jornal de Moura de 14/12/1935, n°528

<sup>152</sup> Jornal de Moura de 26/12/1936, n°558

<sup>153</sup> Jornal de Moura de 23/5/1936, n°540

localizavam-se em edifícios degradados e sem condições. A nova escola iniciaria os trabalhos em 1940, mas até lá Moura continuou a sofrer bastante com a falta de escola por ser “*mais populosa que muitas cidades*”<sup>154</sup>

## Capítulo II: O mundo pós 2ª guerra Mundial

A província alentejana abastecia Portugal com carnes e trigo. Eram raros bons anos agrícolas, como 1946, e observava-se cada vez o abandono de uma região que tanto contribuía para os cofres do estado, porém, não recebia os devidos apoios. As estradas e caminhos vicinais eram um forte sinal deste abandono.

Após o conflito mundial, a população retomava a normalidade e voltava aos trabalhos, agora canalizados para as necessidades numa Europa faminta devido ao desvio da produção para a guerra e onde faltava o pão como a mão de obra<sup>155</sup>. . O mundo permanecia em desordem, com impacto na atividade agrícola. Por esse motivo, impunha-se a cooperação com as autoridades competentes através de manifestos verdadeiros para conhecimento da produção e combate ao mercado negro, em destaque neste período.<sup>156</sup>. O mercado nacional precisava de se abastecer, porém não havia matérias-primas nos mercados, com repercussões para os estratos mais desfavorecidos da população, vítima da especulação.

Neste período, as Casas do Povo constituíram um elo de cooperação entre sócios, em interajuda, quando necessário, uma espécie de segunda casa onde dirigentes e membros eram uma família. A Casa do Povo servia como centro de assistência e providência para os doentes e pobres; também estava ligada a vida agrícola e cultural,

---

<sup>154</sup> Jornal de Moura de 27/2/1937, nº 562

<sup>155</sup> Jornal de Moura de 11/5/1946 nº917

<sup>156</sup> Jornal de Moura de 12/10/1946 nº931

atendendo às valências de biblioteca, usada como escola<sup>157</sup>, tendo cursos noturnos. Promoviam melhoramentos locais através de subsídios de Melhoramentos rurais e da Comissão de Desemprego<sup>158</sup>. Nas freguesias, as Casas do Povo desenvolviam trabalho de planeamento entre os sócios, fornecedores de mão de obra, e os lavradores ou proprietários. Os associados adquiriam conhecimento técnicos, profissionais e administrativos, os quais permitiam posteriormente assumir funções nas cooperativas. Em 1958, a Casa do Povo de Moura possuía 1475 sócios efetivos, 363 contribuintes e 574 beneficiários, responsáveis por uma receita de 223222\$20 e uma despesa de 214660\$60, em serviços clínicos, subsídios de doença, invalidez, morte, nascimento de filhos, subsídios de cantina escolar, medicamentos e estudos<sup>159</sup>.

Em Moura, a caridade realizava-se através de instituições como a Sopa do Santo Condestável, sucessora da Sopa dos Pobres – porém, a instituição apresentava um saldo deficitário e solicitava constantemente apoio a população para ajudar os mais necessitados.<sup>160</sup> A população rural procurava melhores condições de vida, para se estabilizar, através do emprego da força de trabalho. O concelho de Moura tinha falta de indústrias e o regime de exploração agrícola prejudicava a população: as culturas ocupavam os braços quando havia um grande número de trabalhos como eram as épocas das sementeiras, mondas, ceifas e debulhas. As duas primeiras mobilizavam muita gente já desnecessários na época das ceifas – não existia garantia de trabalho para tantos braços, motivo do recurso às obras públicas.<sup>161</sup>

O concelho não vivia apenas uma crise rural recorrente – tão habitual que o povo de Santo Aleixo não contava o mês de abril devido as péssimas condições meteorológicas – mas também monetária devido a má gestão do concelho, especialmente em 1952, deficitária. Os salários dos trabalhadores rurais eram baixos, o que não lhes permitia ter poder de compra; no Alentejo, os salários eram mais baixos e contava também com um grande número de desempregados na maioria do ano.

A situação piorava de ano para ano, com esgotamento da classe rural. A abertura de obras públicas não configurava uma melhoria substantiva e a atividade agrícola ocupava a população durante quatro meses, aproximadamente entre sementeiras, mondas,

---

<sup>157</sup> Jornal de Moura de 7/2/1948 nº974

<sup>158</sup> Jornal de Moura de 5/2/1949 nº1004

<sup>159</sup> Jornal de Moura de 4/4/1959 nº1353

<sup>160</sup> Jornal de Moura de 11/12/1948 nº999

<sup>161</sup> Jornal de Moura de 3/7/1954 nº1186

ceifas, limpeza de arvores e apanha de azeitona; piorou com a mecanização da agricultura. As poucas crianças habilitadas à frequência do ensino, chegavam à escola descalças, com roupas rasgadas e mal alimentadas<sup>162</sup>. No final do dia, muitos trabalhadores rurais não recebiam os salários e, como não tinham seguros, ficavam sem receber por vários dias.

O concelho tinha excelentes terras, boas searas, arboricultura e pecuária, mas não era o suficiente para combater as crises, como era o caso da Amareleja, com produção elevada de frutos, em especial as peras, muito vendidas no mercado de Moura<sup>163</sup>. No entanto, nem essa população conseguia fugir as crises de trabalho; além dos assalariados, os quais deixavam de ganhar 20\$00 ou 25\$00 no campo, para se empregarem nas estradas, por 10\$00, mas não havia outra solução e era preciso cuidar da casa e alimentar a família<sup>164</sup>. Outro problema incidia na habitação rural, devido à escassez de casas ou ao valor da renda. Tratava-se de garantir conforto e estabilidade, além da fixação da população<sup>165</sup>, como de obstar ao despovoamento. O concelho possuía ainda falta de recursos e não conseguia a valorização dos meios rurais em infraestruturas como o abastecimento de água e de eletricidade<sup>166</sup>.

Neste período a fertilidade do solo baixou<sup>167</sup>, devido a monocultura que era esgotante já que reduziu-se o período de pousio dos terrenos e o alargamento da área de cultura. A baixa produtividade foi resultado da baixa fertilidade e do clima incerto<sup>168</sup> que somados a Campanha do trigo tornaram a vida dos produtores num verdadeiro sofrimento. O aproveitamento das terras de charneca as quais eram catalogadas como incultas que serviam como áreas de pastagem e de cultivos temporários com grandes períodos de pousio viram-se no período anterior a ser exploradas até a sua exaustão<sup>169</sup>

Os anos de 1940 e 1950 foram de uma rápida disseminação dos fertilizantes químicos, na década de 50 a área cultivada atinge recordes<sup>170</sup>. o solo tinha falta de nutrientes

---

<sup>162</sup> Jornal de Moura de 10/3/1957 n°1278

<sup>163</sup> Jornal de Moura de 10/8/1957 n°1298

<sup>164</sup> Jornal de Moura de 10/8/1957 n°1298

<sup>165</sup> Jornal de Moura de 15/3/1958 n°1315

<sup>166</sup> Jornal de Moura de 18/10/1958 n°1333

<sup>167</sup> ALMEIDA ALVES, José

“O problema da manutenção da fertilidade na agricultura do Sul”, 1961, pag21

<sup>168</sup> ALMEIDA ALVES, José

“O problema da manutenção da fertilidade na agricultura do Sul”, 1961, pag415

<sup>169</sup> DO CARMO, Miguel Costa

“Solo e agricultura no século XX português, Um problema ambiental”, histórico e epistemológico, Instituto superior de agronomia, Lisboa, 2018, pag15

<sup>170</sup> DO CARMO, Miguel Costa

os quais se tentavam repor com o uso de adubos, porem esta ação não foi bem-sucedida. O uso de fertilizantes e o progresso técnico permitiram que área cultivada fosse cada vez maior, mas os solos cada vez mais tinham pior qualidade<sup>171</sup>. Este período será caracterizado pelo “*desaparecimento quase total das terras não cultivadas, a concentração das culturas arvenses no trigo em detrimento do centeio, a intensificação das rotações pela redução do período de pousio, a introdução gradual dos adubos químicos, ao aumento da produção nacional e estabilização da produtividade da terra.*”<sup>172</sup>”

O uso de fertilizantes cresceu durante o século xx, intensificando-se após a 2ª guerra mundial, já que a fertilização dos solos através da transferência de nutrientes causada pelo gado foi enfraquecida pelo alargamento da área cultivada que atingiu as áreas de pastoreio e mato<sup>173</sup>, tendo os adubos causado a desarticulação entre a pecuária e a agricultura. A área em estudo sofreu com o aumento do preço dos trigos aos produtores e a baixa dos preços dos adubos aparecem como causas do aumento da área de cultivo<sup>174</sup>

O aumento da área de cultivo foi acompanhado pela motorização do trabalho agrícola, havia mais área de produção, porem o mesmo não equivalia a existência de mais postos de trabalho. O trabalho das lavras, debulhas e transporte é substituído por máquinas motorizadas<sup>175</sup> como tratores, ceifeiras e debulhadoras promovendo o êxodo rural, diminuindo a população ativa Agrícola em 8% entre as décadas de 50 e 60<sup>176</sup>- Este abandono das áreas agrícola fez com que progressivamente fossem aumentando as áreas de charneca.

---

“*Solo e agricultura no século XX português, Um problema ambiental*”, histórico e epistemológico, Instituto superior de agronomia, Lisboa, 2018, pag16

<sup>171</sup> Reis, Jaime,

“*A Lei da Fome: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914)*”, *Análise Social*, XV, 1979, pag784

<sup>172</sup> DO CARMO, Miguel Costa

“*Solo e agricultura no século XX português, Um problema ambiental*”, histórico e epistemológico, Instituto superior de agronomia, Lisboa, 2018, pag21

<sup>173</sup> DO CARMO, Miguel Costa

“*Solo e agricultura no século XX português, Um problema ambiental*”, histórico e epistemológico, Instituto superior de agronomia, Lisboa, 2018, pag22

<sup>174</sup> Reis, Jaime,

“*A Lei da Fome: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914)*”, *Análise Social*, XV, 1979, pag786

<sup>175</sup> QUINTALHA, Maria

“*Concelho de Moura: Evolução e estrutura do concelho*”, pag7

<sup>176</sup> BAGANHA, Maria Ioannis,

“*As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*”, *Análise social*, XXIX, 1994, p. 959-980

## A lenta urbanização do concelho

Um dos problemas do concelho residia na eletrificação; esse poderia ser resolvido através do aproveitamento dos afluentes do Rio Guadiana, como o Rio Ardila, o qual ajudaria também nos regadios <sup>177</sup>, porém tal não se verificou. A urbanização nas freguesias rurais era quase inexistente; gradualmente, Moura transformou-se em vila com áreas verdes, arte e tradição. José Godinho Cunha <sup>178</sup>, dirigente do concelho em 1947, considerava ser o progresso visível por todo o concelho, atendendo ao plano de abastecimento de água para Safara, Amareleja, Moura e Sobral. As obras nas duas primeiras localidades encontravam-se em curso e, no ano seguinte, seria a vez de Santo Aleixo, Póvoa de São Miguel e Santo Amador – mais tarde veremos que isto não se iria concretizar. Quanto às infraestruturas de transportes, também existia um plano concelhio de estradas municipais e caminhos vicinais para ligar as freguesias entre si, problema já referido, e de comunicação ao Alto Alentejo, através de Moura. <sup>179</sup> Se os meios rurais fossem eletrificados, transformar-se-ia a vida rural. A indústria, a higiene, o conforto do lar, a cultura melhorariam e a existência ficava facilitada, como o trabalho árduo mais suportável.

Em 1949, assinalava-se conclusão do Bairro Dr. Oliveira Salazar, constituído por 60 moradias para as classes pobres, para minorar o problema da habitação rural <sup>180</sup>. No ano seguinte, em Safara, finalizava-se a obra de abastecimento de água, inaugurada em 1951, tornando-se a primeira freguesia rural <sup>181</sup>, com tal melhoramento; a Amareleja, por seu turno, ainda não superado a fase de pesquisas. As obras nas freguesias rurais demoravam muito tempo, ao contrário das realizadas em Moura, provida de mais

---

<sup>177</sup> Jornal de Moura de 17/5/1947 n°950

<sup>178</sup> José Godinho Cunha foi Presidente da Camara Municipal de Moura e fundador do Jornal de Moura

<sup>179</sup> Jornal de Moura de 21/6/1947 n°955

<sup>180</sup> Jornal de Moura de 4/3/1950 n°1033

<sup>181</sup> Jornal de Moura de 7/7/1951 n°1086

financiamento, mais força de trabalho e maior visibilidade. Nas aldeias, muitos dos melhoramentos eram lentos ou nem chegavam a ser concretizados, como ocorreu na Amareleja, com a Santo Amador e com abastecimento de água, apesar das pesquisas efetuadas em 1951<sup>182</sup>

Os rendimentos concelhios não permitiam intervenções em todas as localidades ao mesmo tempo. Em 1952, um dos problemas da urbanização ocorreu devido a gastos elevados e a adoção de um plano desajustado às necessidades: em Moura, várias obras não foram feitas, como escolas primárias e de ensino técnico. Nem Moura conseguia albergar os 11000 habitantes, nem a Amareleja podia acomodar a população de 8000 habitantes. Em Moura, faziam-se arruamentos sem planificação, casas sem condições higiénicas, não havia rede de esgotos<sup>183</sup> o concelho continuava sem eletrificação – Moura era a exceção – porque a câmara municipal não tinha os fundos necessários<sup>184</sup>, mas também não pediu um empréstimo de longo prazo, o qual poderia ser uma solução e seria liquidado pela população e pelas indústrias que consumiriam a luz.

## A produção e a crise rural

As colheitas cerealíferas continuavam precárias, a baixa dos preços dos produtos agrícolas e a dificuldade de colocação nos mercados conduziam ao desemprego de muitos e ao abandono da atividade agrícola, compensada com o recurso a outros trabalhos como a construção de estradas.<sup>185</sup> O regime cerealífero não satisfazia, mas o governo canalizava as responsabilidades para as condições climáticas adversas. Porém, a lavoura continuava numa posição difícil devido aos maus anos agrícolas, provocados pelo clima, como pela exploração da terra. Para atenuar a crise, foi atribuído um bónus aos pequenos seareiros pela área cultivada e o preço do pão de ramas não seria aumentado, por ser a base da alimentação da classe rural.<sup>186</sup> A qualidade e quantidade do trigo era insuficiente para o consumo nacional e recorria-se ao trigo exótico. Em 1948, para reduzir a dependência, o governo aumentou o subsídio da cultura de 2\$85 escudos para 3\$00 por cada kg de trigo<sup>187</sup>.

---

<sup>182</sup> Jornal de Moura de 28/3/1953 n°1144

<sup>183</sup> Jornal de Moura de 21/4/1956 n°1247

<sup>184</sup> Jornal de Moura de 28/2/1959 n°1348

<sup>185</sup> Jornal de Moura de 21/8/1947 n°961

<sup>186</sup> Jornal de Moura de 14/8/1948 n°991

<sup>187</sup> Jornal de Moura de 14/8/1948 n°991

Existiam outros problemas na região – a ausência de armazéns frigoríficos para as carnes de porco e borrego e, sem a resolução desse problema, não se podiam regular preços e armazenar excessos de produção<sup>188</sup>.

Moura era rica em olivais, montados, terras de sementeira e pastagens, uma abundância de água que fertilizava hortas e várias nascentes de água potável; porém, não tinha acesso a auxílios do estado. A agricultura propiciava a criação de indústrias correlacionadas: em 1948, Moura contava com oito fabricas de moagem para fabrico de farinha em rama; 50 lagares de azeite por todo o concelho, reveladores da importância da oleicultura na região; Safara possuía uma fundição de ferro para artigos de lavoura e Moura detinha três serralharias onde as alfaías, tratores, ceifeiras e debulhadoras eram separadas. Existia ainda indústria de cerâmica, devido à riqueza da região em cal.<sup>189</sup>

Ao longo deste período, a crise persistia, os apoios do estado eram insuficientes e impunha-se a mudança no sistema de culturas, a valorização dos produtos agropecuários em relação aos importados e a fixação dos preços dos cereais. Por seu turno, aferia-se a necessidade de obrigar os proprietários a explorar as terras, canalizar os braços de trabalho para melhorar o mercado, criar cooperativas de produção e consumo, fundar escolas industriais e desenvolver a exploração hidroelétrica. A crise piorou devido ao aumento da população e à monocultura – o trigo nacional era caro face ao importado porque os produtores encontravam-se endividados.<sup>190</sup> Os invernos rigorosos, típicos da região, impediam o desempenho agrícola e até mesmo dos trabalhos públicos, com impacto no acréscimo do número de desempregados, já elevado no concelho.<sup>191</sup>

A produção de trigo não era encaminhada na totalidade para a F.N.P.T, apenas a destinada para venda; todavia, todo o trigo deveria ser manifestado bem como a respectiva finalidade, sob pena de os produtores serem sujeitos a multa.<sup>192</sup> Esta produção era descontínua e indeterminada devido as condições climáticas, ao condicionalismo do tipo de cultura e a rotação das mesmas. O concelho debatia-se com a falta de celeiros; o Grémio da Lavoura procurava contrariar essa carência com o arrendamento de armazéns de particulares.<sup>193</sup> O trigo sofria de um mal passado, não era valorizado o que tornava a

---

<sup>188</sup> Jornal de Moura de 14/8/1948 n°991

<sup>189</sup> Jornal de Moura de 11/12/1948 n°999

<sup>190</sup> Jornal de Moura de 4/3/1950 n°1033

<sup>191</sup> Jornal de Moura de 24/2/1951 n°1072

<sup>192</sup> Jornal de Moura de 23/6/1951 n°1085

<sup>193</sup> Jornal de Moura de 13/6/1953 n°1152

sua produção um grande perigo para o agricultor, porem o seu valor manteve-se estável e mais alto que outros cereais como o caso da cevada para assim atenuar prejuízos.

Ano	Preço
1945	16\$00
1946	16\$00
1947	13\$00

Tabela nº 8: Preço da Cevada (13,16 quantidade) de 1945 a 1947<sup>194</sup>

Ano	Preço
1945	16\$30
1946	16\$30
1947	16\$30

Tabela nº 9: Preço do trigo (13,6L quantidade) de 1945 a 1947<sup>195</sup>

Como podemos observar nas tabelas ? e ? no mesmo período o trigo manteve o seu preço e sempre mais alto que a cevada que em 1947 desvalorizou, permitindo assim ao produtor de trigo conseguir combater algumas das dificuldades, porem esta desvalorização criava outro problema – ao ser a cevada mais barata que o trigo, iriam os compradores optar pela sua compra o que levaria

Quanto à oleicultura, em 1954, surgiu a ideia de fundar um lagar cooperativo de azeite em Safara, o qual serviria também para os olivicultores de Santo Aleixo e Santo Amador; foi inaugurado a 20 de dezembro<sup>196</sup>. Nesse ano, em Moura e após um convite do Grémio, surgia a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, sob a liderança de Francisco de Barros. Em atividade desde 12 de novembro, apresentava uma vertente

<sup>194</sup> Arquivo Municipal de Moura

<sup>195</sup> Arquivo Municipal de Moura

<sup>196</sup> Jornal de Moura de 29/1/1955 nº1205

comercial, agrícola e pecuária.<sup>197</sup> Em 1959, nas instalações definitivas, obteve uma safra de 2000000kgs, aproximadamente.<sup>198</sup>

A cultura oleícola não subtraiu o destaque do trigo, o qual mantinha centralidade nas vivências da população do concelho de Moura, com expressão religiosa – por exemplo, as procissões a Santo Isidoro, para bênção do trigo<sup>199</sup>

## As vias de comunicação

O problema com as vias de comunicação persistia: Safara e Sobral da Adiça mantinham-se uma única ligação através de um caminho vicinal, o qual ficava intransitável com a chuva.<sup>200</sup> Em 1947, surgia o plano para ligar as freguesias rurais entre si, por estradas municipais. Tal projeto tardaria longo tempo de concretização devido às modestas receitas: o sistema planeado concebia as vias entre Sobral e Santo Aleixo; Santo Amador e Amareleja; Póvoa e Mourão. Projetava ainda uma outra Estrada Nacional (nº 385), de Mourão a Ficalho, por Granja, Amareleja, Safara e Sobral<sup>201</sup>

Quanto à ligação entre concelhos, os lavradores mobilizavam-se para a edificação da via entre Moura e Alqueva – se integrada no concelho de Portel, encontrava-se na Comarca de Moura; acresciam os fluxos de população, a trabalhar em Moura, e de produtos até a Vila<sup>202</sup>

Em 1949, a Câmara Municipal de Moura recebia a verba de 40000\$00 para a construção de estradas municipais entre a vila a Herdade dos Machados, para atenuar a crise de trabalho; essa via, fora iniciada pela Casa do Povo de Moura, porém, a falta de meios ditou a interrupção das obras. Os trabalhos foram retomados em 1951<sup>203</sup>. À Junta de Freguesia da Amareleja foram concedidos 35500\$00 para construir o caminho municipal até Santo Amador, o qual estava terminado antes de 1953. A Câmara Municipal

---

<sup>197</sup> Jornal de Moura de 20/11/1954 nº1199

<sup>198</sup> Jornal de Moura de 5/12/1959 nº1387

<sup>199</sup> Jornal de Moura de 29/6/1957 nº1289

<sup>200</sup> Jornal de Moura de 21/9/1946 nº929

<sup>201</sup> Jornal de Moura de 25/1/1947 nº941

<sup>202</sup> Jornal de Moura de 11/10/1947 nº965

<sup>203</sup> Jornal de Moura de 7/2/1953 nº1139

de Moura beneficiou ainda de 45000\$00, destinados ao caminho municipal entre Estrela e Póvoa; além de 29000\$00, para o arranjo da estrada municipal entre Santo Aleixo e Sobral (ainda por concluir em 1953)<sup>204</sup>

Em 1950, a Póvoa<sup>205</sup> a estação regional dos C. T. T e, no ano seguinte, Santo Amador abria o posto telefónico – concluía-se assim a ligação telefónica no concelho <sup>206</sup>. O lugar da Estrela em 1953 após 2 anos de terraplanagem finalmente esta ligada a povoia através de um caminho municipal que fazia parte da estrada de Mourão - Povoia a qual não estava terminada<sup>207</sup>

No que aos veículos toca, é visível que há um aumento do número em comparação com o período do capítulo anterior

	Em serviço	Em reparação	Inutilizados	SOMA
Autos ligeiros	101	8		139
Autos pesados (caminhões e camionetas)	22	3	1	
Motociclos	3	1		
Total	126	12	1	

Tabela nº 10 Veículos manifestados na Câmara entre 1 e 15 de janeiro de 1950 <sup>208</sup>

	Em serviço	Em reparação	Inutilizados	Para venda	Soma
Autos ligeiros	129	3		2	134

<sup>204</sup> Jornal de Moura de 7/2/1953 nº1139

<sup>205</sup> Jornal de Moura de 9/12/1950 nº1063

<sup>206</sup> Jornal de Moura de 20/10/1951 nº1096

<sup>207</sup> DA MOUCA, João

Povoia de S. Miguel: Freguesia de Moura, Biblioteca Municipal de Moura, 2001, pag51

<sup>208</sup> Arquivo Municipal de Moura, janeiro 1950

Auto pesados (camiões e caminhetas)	33	2	1		36
Tratores	24	1	1		26
Motociclos	2				2
TOTAL	188	6	2	2	198

Tabela nº 11: Veículos manifestados na Câmara entre 1 e 15 de janeiro de 1952<sup>209</sup>

	Em serviço	Em reparação	TOTAL
Auto ligeiros	166	5	171
Autos pesados (caminhões, caminhetas, tratores não agrícolas)	32	1	33
motociclos	2		2
Tratores agrícolas	44		44
TOTAL	244	6	250

Tabela nº 12: Veículos manifestados na Câmara entre 1 e 15 de janeiro de 1953<sup>210</sup>

Como podemos observar nas tabelas 10, 11 e 12 o número de veículos existentes no concelho aumentou gradualmente, chegando em 1953 aos 250, mostrando que as condições financeiras podem ser melhores do que as do período do capítulo 1, mas especialmente revela-nos a mecanização da agricultura e o aumento de tratores usados para os diversos trabalhos agrícolas, poupando tempo e dinheiro

<sup>209</sup> Arquivo Municipal de Moura, janeiro 1952

<sup>210</sup> Arquivo Municipal de Moura, janeiro 1953

## A importância do gado

O gado não era apenas importante para os trabalhos agrícolas ou como meios de transporte, mas também para o consumo das populações, já que a carne era um alimento que aportava energia e depende do animal o seu custo de manutenção era baixo já que quem tivesse terrenos podia por os animais a pastar la, ajudando assim estrumar a terra para as seguintes culturas.

	1948	1949	1950
Vaca	7176 kgs	8752 kgs	7194 kgs
Vitela		2655 kgs	1178 kgs
Ovinos	43506 kgs	55673 kgs	50882 kgs
Caprinos	23554 kgs	14421 kgs	25098 kgs
Suínos	935300 kgs	993788 kgs	512081 kgs

Tabela nº 13: Movimento dos talhos e salsicharias em Moura de 1948 e 1950<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup> Arquivo Municipal de Moura

	1949		1950		1951	
	Ovino	Caprino	Ovino	Caprino	Ovino	Caprino
Janeiro			121	23	547	26
Fevereiro			449	46	415	18
Março	1144	34	580	47		
Abril	1204	89	718	387	902	161
Maio	791	349	524	580	541	302
Junho	955	204	552	360		
Julho	892	107	473	512		
Agosto	518	229	342	279		
Setembro	340	143	466	123	442	265
Outubro			232	151	359	186
Novembro	212	71	293	27		
Dezembro	237	19	211	8		

Tabela nº 14: Gado abatido no matadouro entre 1949 e 1951<sup>212</sup>

Pelas tabelas ? e ? conseguimos perceber que o gado suíno, ovino e caprino tinham o lugar de destaque. O gado suíno servi tanto para vender a sua carne como para fazer enchidos, marca do concelho e das populações locais, já que era uma forma bastante pratica de conservar a carne através de especiarias e assim conseguir ter tal produto para vários meses e lembrando que tornam o seu transporte mais simples e rápido. O gado ovino e caprino como é herbívoro permita que fossem colocados nas pastagens sem custos adicionais com a sua alimentação e ainda forneciam outros produtos como peles, lãs que mais tarde serviriam para a produção têxtil.

Também havia gado bovino, porem em menor número, muito devido ao seu grande porte o que não permitia as populações ter tais animais nos seus quintais, usados recorrentemente para guardar o gado. Nesta época era do mais normal encontrar currais construídos nos quintais para que ali fosse guardado o gado durante a noite, estando perto dos seus donos para evitar roubos e fugas.

<sup>212</sup> Arquivo Municipal de Moura, dezembro de 1951

## O ensino

O vício constituía um dos entraves a educação porque muitas das crianças, ao invés de irem para a escola, frequentavam tabernas

O decreto-lei nº36.409, de 11 de julho de 1947, previa a construção de uma escola técnica na vila, para valorizar a evolução industrial e a importância comercial e agrícola de Moura. A câmara municipal disponibilizou o edifício, enquanto um proprietário, também contabilista do concelho chamado José Caeiro Carvalho Rico, daria 50000\$00 escudos se a instituição fosse designada de António Caeiro Rico, seu pai, natural do concelho e importante engenheiro de obras públicas<sup>213</sup>. Em 1957, a escola técnica ainda não era uma realidade, apesar da população com cerca de 12000 habitantes em carência de instrução. A escola encontrava-se no plano da reforma de 1948; porém, volvida uma década, não tinha passado do papel. Aguardava pelo apoio financeiro do governo.<sup>214</sup>

A Associação dos Bombeiros Voluntários de Moura também ministrava um curso destinado a adultos <sup>215</sup>. Em Moura, existiam seis cursos femininos e dois masculinos; no entanto, alguns não podiam funcionar devido a falta de instalação elétrica. Então a Casa do Povo não oferecia qualquer formação embora tivesse ótimas instalações<sup>216</sup>.

Foi construída uma escola na Amareleja, com quatro salas, em 1951; foram edificadas cantinas escolares, tanto em Moura como na Amareleja, através da iniciativa dos professores de ensino primário <sup>217</sup>. No primeiro caso, entre 1955 até 1958, a cantina escolar forneceu 55320 refeições a 330 alunos pobres e dispensaram 74920\$00<sup>218</sup>. A natalidade aumentava, especialmente em lares pobres e nas famílias trabalhadoras; por esse motivo, a cantina escolar de Moura exercia uma função muito importante, mas não conseguia satisfazer as necessidades da população. Por outro lado, tinha dificuldade em acompanhar a população estudantil porque as escolas estavam distantes. No Sobral, desde

---

<sup>213</sup> Jornal de Moura de 11/10/1947 nº965

<sup>214</sup> Jornal de Moura de 29/6/1957 nº1289

<sup>215</sup> Jornal de Moura de 15/5/1954 nº1181

<sup>216</sup> Jornal de Moura de 11/12/1954 nº1201

<sup>217</sup> Jornal de Moura de 6/2/1954 nº1173

<sup>218</sup> Jornal de Moura de 7/11/1959 nº1383

1951, existia o curso noturno para adultos, na Casa do Povo<sup>219</sup> ; acrescia ainda a inauguração de uma biblioteca na escola masculina.<sup>220</sup>

A Herdade dos Machados dispunha de uma escola e cantina para os filhos dos empregados da casa agrícola, liderada por Samuel Lupi dos Santos Jorge e Maria Cândida Santos Jorge. Demonstrava a preocupação dos proprietários da herdade com os filhos dos assalariados, mas também a forma de os educar para o desempenho futuro na herdade<sup>221</sup>



Imagem nº 5: Maria Cândida Santos Jorge



Imagem nº 6: Samuel Lupi dos Santos Jorge



Imagem nº 7: Escola Santos Jorge, Herdade dos Machados

---

<sup>219</sup> Jornal de Moura de 11/4/1953 nº1146

<sup>220</sup> Jornal de Moura de 9/7/1955 nº1216

<sup>221</sup> Jornal de Moura de 5/9/1953 nº1159

### Capítulo III: As alterações nas décadas de 60 e 70

No concelho, havia escassez de carne de abate; tal circunstância em muito foi tributária da evolução dos talhos, providos de câmara frigoríficas e grandes reservas. Criar gado constituía uma vertente importante para a agricultura; tratava-se de rentabilizar melhor as terras e ter gado era sinónimo de o produtor ter prado e forragem, assaz relevantes para a rotação das culturas e a recuperação da fertilidade<sup>222</sup>.

Porém, o velho problema da crise rural persistia: somavam-se os créditos e os investimentos encareciam devido a mecanização da agricultura. Por extensão, as culturas eram oneradas pela aplicação de máquinas modernas, adubos químicos, sementes, subida dos salários e a deficiência oferta de capital no interior. Condicionada pelos solos e pelo clima, a agricultura ressentia-se. Por outro lado, o crédito agrícola não lograva absorver todos os encargos<sup>223</sup>, agricultura ressentia-se. Por outro lado, o crédito agrícola não lograva absorver todos os encargos, antes contribuía para aumentar as dificuldades devido às taxas de juro cobradas. As propriedades não tinham segurança e, caso os proprietários a quisessem, acresciam as despesas com licenças de armas ou de animais

A oleicultura ressentia-se da crise resultante da fusão de azeites e óleos; sublinhe-se, tratava-se de um dos pilares da economia nacional e da região de Moura. A indústria das conservas ajudou, mas não foi o suficiente, porque faltavam mão de obra e meios para a produção<sup>224</sup>. Aos poucos, a produção de azeite foi abandonada porque a venda de óleos não permitia o escoamento do azeite. A população interiorizou ser o óleo mais barato, porém tinha menor qualidade. No entanto, na falta de poder de compra recorria-se aos óleos para complementar a alimentação. Também a falta de mão de obra e a valorização dos salários contribuía para o acréscimo do preço do azeite, cuja concorrência com os óleos, induzia à criação de excedentes. Para a cooperativa de Moura, a situação era calamitosa.

Outro problema era a emigração, resposta à falta de condições das famílias. A procura por uma vida melhor conduzia à falta de mão de obra e à desertificação. Em 1970, saíram famílias inteiras que abandonavam a região, clandestinamente ou não. Observe-se, neste período verificou-se uma diminuição do número de jornais publicados e assuntos

---

<sup>222</sup> Jornal de Moura de 17/5/1960 n°1407

<sup>223</sup> Jornal de Moura de 28/10/1961 n°1472

<sup>224</sup> Jornal de Moura de 29/2/1968 n°1717

como a Guerra Colonial nem eram referidos, apesar da relevância atendendo ao impacto da mobilização na diminuição da mão de obra disponível.

Na década de 60 a migração para as cidades intensifica-se, tanto no território nacional como para o estrangeiro, procurando a população trabalho na área da indústria, a qual era inexistente no interior do país, incluído o concelho de Moura que vê a sua população decrescer, ao contrário das décadas anteriores já que não existia tanta mecanização no trabalho rural<sup>225</sup>. A taxa de natalidade fraca, a fuga de população para as cidades e o envelhecimento da população são características que marcam a população do concelho partir deste período<sup>226</sup> - o envelhecimento da população muito se deve a falta de dinâmicas locais<sup>227</sup> que mantenham as populações fixas na região, como é as oportunidades de trabalho ou de estudos.

A proteção dada pelo estado para quem usava adubos fez com que estes fossem usado em grande número, especialmente nos cultivos de trigo, aumentando inicialmente os postos de trabalho porem com a mecanização aumentou o desemprego<sup>228</sup>. Se o concelho era caracterizado pelo trabalho agrícola, com o passar do tempo, na década de 70, vamos ver uma repulsa ao mesmo devido a falta de tecnologia e de outras necessidades que não se viam colmatadas pelo mesmo<sup>229</sup>

A campanha do trigo conseguiu fixar ao início a população no concelho, através da fixação dos preços do trigo e dos subsídios dados aos produtores<sup>230</sup>. Na décadas de 30 e 40 permitiram uma evolução populacional no concelho<sup>231</sup> já que fez expandir-se. Porem o cenário altera-se na década de 50 já que os latifundiários vão mecanizar, porem sendo insuficiente, mas causando alterações significativas que somando a sazonalidade do

---

<sup>225</sup> QUINTALHA, Maria

“*Concelho de Moura: Evolução e estrutura do concelho*”, pag7

<sup>226</sup> QUINTALHA, Maria

“*Concelho de Moura: Evolução e estrutura do concelho*”, pag8

<sup>227</sup> NAZARETH, João Manuel

“*O envelhecimento da população portuguesa*”, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pag142

<sup>228</sup> QUINTALHA, Maria

“*Concelho de Moura: Evolução e estrutura do concelho*”, pag9

<sup>229</sup> NAZARETH, João Manuel

“*O envelhecimento da população portuguesa*”, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pag142

<sup>230</sup> NAZARETH, João Manuel

“*O envelhecimento da população portuguesa*”, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pag143

<sup>231</sup> QUINTALHA, Maria

“*Concelho de Moura: Evolução e estrutura do concelho*”, pag21

trabalho o que fez que fosse registado uma diminuição da população do concelho, especialmente nas freguesias rurais. O decréscimo da população iniciou-se na década de 50 porem só na década de 60 é que começam a sentir-se os seus efeitos como podemos observar na seguinte tabela:

	1940	1950	1960	1970
Amareleja	5490	6447	4876	3925
Povoa	3191	2563	2921	1565
Safara	2079	2139	2207	1865
St Agostinho	4314	5638	5980	4695
St Aleixo	3013	3021	2629	1765
St Amador	1369	1492	1387	995
S. João Batista	5296	5872	6146	5055
Sobral	2830	3412	3020	2350
Total concelho	27582	30584	29106	22215

Tabela nº15 :Número de habitantes por freguesia entre 1940 e 1970<sup>232</sup>

Para combater esta fuga, o estado tentou uma colonização interna que não resultou devido a sazonalidade do trabalho e a escassez do mesmo<sup>233</sup>. As cidades e a sua indústria eram polos atrativos para a população, principalmente para a idade adulta.

Na década de 70 a população do concelho trabalhava, 70% agricultura, 30% indústria<sup>234</sup>. Os principais trabalhos no setor industrial encontravam-se ligados a agricultura, como eram os largares de azeite, fabricas de conservas de azeitonas e de outros legumes<sup>235</sup>.

No que toca a educação, na década de 70 não faltavam escolas, porem as mesmas não estavam preparadas para albergar o número de alunos que tinham necessidade, principalmente por causa da alimentação<sup>236</sup>. Porem no fim da década de 60 e inícios de

<sup>232</sup> RODRIGUES BARÃO, Sandra Maria

“Resenha Historia do concelho de Moura”, Instituto Superior de Ciências socais e políticas

<sup>233</sup> NAZARETH, João Manuel

“O envelhecimento da população portuguesa”, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pag145

<sup>234</sup> DE BASTOS NUNES, Rosa de Jesus Soares

“Concelho de Moura”, Moura, 1980, pag4

<sup>235</sup> DE BASTOS NUNES, Rosa de Jesus Soares

“Concelho de Moura”, Moura, 1980, pag13

<sup>236</sup> DE BASTOS NUNES, Rosa de Jesus Soares

“Concelho de Moura”, Moura, 1980, pag12

70 é visível que o número de leitores aumenta gradualmente, havendo uma procura pelo saber

Ano	Leitores atendidos	Livros emprestados
1968	8703	26755
1969	7753	22356
1970	9928	27759
1971	9975	28859
1972	9134	25730
1973	10234	28610
1974	12394	31980

Tabela nº16 : Número de Leitores e livros emprestados entre 1968 e 1974<sup>237</sup>

## A Urbanização

---

<sup>237</sup> DE BASTOS NUNES, Rosa de Jesus Soares  
“*Concelho de Moura*”, Moura, 1980, pag24

A Amareleja, a Póvoa, Santo Aleixo, Santo Amador e o lugar da Estrela mantinham-se sem abastecimento de água. Os caudais existentes nesses locais não eram suficientes e as localidades ficavam condicionadas às barragens da bacia do Guadiana projetadas no Murtigão, ribeira de Safareja e rio Ardila; no entanto, essas obras arrastaram-se e as populações continuaram a servir-se através dos poços<sup>238</sup>. O Sobral logrou o abastecimento de água, porque a câmara municipal pediu um empréstimo no valor de 428042\$00 para proceder a este melhoramento<sup>239</sup>

A eletrificação rural manteve-se um dos problemas do concelho. A solução seria deixar alguma empresa explorar este serviço uma vez que as entidades autárquicas não dispunham de robustez financeira. Em 1961, as freguesias rurais continuam sem eletrificação, mas a Câmara Municipal queria proceder à respetiva eletrificação, na expectativa de ter fundos suficientes para instalar cabos de baixa tensão. Moura recebia eletricidade através de alta tensão; porém, a Câmara Municipal não conseguia custear a extensão dessa às freguesias e não faziam tenção de pedir empréstimos ao estado o qual poderia ser pago através das receitas municipais que a eletricidade geraria nas freguesias.<sup>240</sup>

A falta de habitações rurais mantinha-se como um problema. Em Santo Aleixo, a Casa do Povo procedeu à construção de moradias de renda económica para os associados<sup>241</sup>. Em Moura, os membros da Casa do Povo e o comando da GNR estavam empenhados também na construção de habitação de renda acessível, mas o problema era a falta de fundos disponíveis<sup>242</sup>, acrescida do aumento demográfico. As 60 casas do bairro Dr. Oliveira Salazar eram insuficientes; foram construídas mais 44 casas em dois bairros, mas o problema prevalecia<sup>243</sup>

Em Sobral da Adiça, surgiam melhoramentos como escolas primárias e abastecimento de água; no entanto, eram necessários mercados, calcetamento de ruas, reparação do edificado e conservação de estradas.<sup>244</sup> Em 1965, foi concluído o posto da GNR e edificada uma nova sede da Casa do Povo. Esperava-se o abastecimento de

---

<sup>238</sup> Jornal de Moura de 20/2/1960 n°1397

<sup>239</sup> Jornal de Moura de 5/11/1960 n°1430

<sup>240</sup> Jornal de Moura de 27/5/1961 n°1454

<sup>241</sup> Jornal de Moura de 5/11/1960 n°1430

<sup>242</sup> Jornal de Moura de 26/11/1960 n°1433

<sup>243</sup> Jornal de Moura de 3/2/1962 n°1483

<sup>244</sup> Jornal de Moura de 1/4/1964 n°1576

eletricidade, através da empresa CEAL<sup>245</sup>, a qual serviria a mina da Preguiça, a qual, desejavelmente se prestaria a ponto turístico. Enquanto Sobral já tinha água nas residências, Póvoa, Estrela, Santo Amador e Santo Aleixo aguardavam pelo aproveitamento das barragens no rio Ardila.<sup>246</sup> Porém, Sobral não possuía rede de esgotos e a obra não seria dispendiosa porque a drenagem seria canalizada para a ribeira da Perna Seca, mas a Câmara Municipal não dispunha de verbas. Já a Amareleja continuava sem abastecimento de água ao domicílio e Safara, Póvoa, Santo Aleixo e Santo Amador aguardavam pela energia de baixa tensão da CEAL (destas apenas Safara tinha abastecimento de água)<sup>247</sup>

Santo Aleixo, mesmo sem abastecimento de água, preparava os ramais para a rede de esgotos; a pesquisa da água efetuou-se em 1950, como nas outras localidades, porém, sem água, a localidade não conseguia chegar ao saneamento básico<sup>248</sup>. Em abril de 1971, Santo Aleixo inaugurou a rede de iluminação elétrica, enquanto esperava pelo abastecimento de água e pela ponte de ligação ao Sobral.<sup>249</sup>

Em 1971, foi concedida uma participação de 332.100\$00 escudos à Câmara Municipal para a eletrificação de Santo Amador. A CEAL beneficiaria deste apoio, por se encontrar responsável pela instalação da rede elétrica. Por eletrificar ficava o lugar da Estrela, com poucos habitantes, mas com uma boa igreja e escola<sup>250</sup>.

Subsistiam vários problemas, mas não havia verbas, como o caso da rede de esgotos do Sobral. O problema do abastecimento de água era exemplar e mencionado no Jornal de Moura há mais de 20 anos, pois a pesquisa fora feita nos inícios da década de 50, volvidas duas décadas, a maioria das localidades ainda não contava com este melhoramento.

## A produção

---

<sup>245</sup> Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve, criada a 4 de novembro de 1954

<sup>246</sup> Jornal de Moura de 16/5/1965 nº1613

<sup>247</sup> Jornal de Moura de 24/3/1966 nº1646

<sup>248</sup> Jornal de Moura de 21/7/1966 nº1660

<sup>249</sup> Jornal de Moura de 1/5/1971 nº1805

<sup>250</sup> Jornal de Moura de 10/7/1971 nº1809

Em 1960, a CAMB celebrou o 6º aniversário e enfrentava o problema de irregularidade no número de produtores, por extensão, do volume da safra. Em 1958/59, 137 produtores canalizaram a azeitona para a cooperativa, uma cifra acrescida em 1959/60: 208 produtores e 2340705 kgs de azeitona. No entanto, em 1960/61, o número de produtores descia para 164 com 1449737 kgs de azeitona, os quais estavam distribuídos por<sup>251</sup>:

- Produtores até 10000 kgs: 130 – 369991 kgs
- De 10000 até 30000 kgs: 23 – 378502 kgs
- Mais de 30000 kgs: 11 – 700244 kgs

.Segundo estes números, a maioria da azeitona entregue à cooperativa resultava da actividade de pequenos produtores; porém, a descida do número de oleicultores constituía motivo de fragilidade da cooperativa, forçada a contrair empréstimos a caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moura. A cooperativa pediu um empréstimo de 1200 contos à Junta de Colonização interna para a aquisição de equipamentos como transportadores de azeitona e prensas hidráulicas<sup>252</sup>. Um melhoramento necessário nos olivais era a rega, especialmente no verão, a realizar por regadio para combater a secura podendo o Enxoé ou o Ardila ser utilizados para o efeito<sup>253</sup>.

Na safra de 1962/63, a cooperativa de Moura recebeu dos 784.295kg de azeitona dos associados; após moída, produziu 153.459L de azeite e 238.588 de bagaço. Procurava-se exportar o azeite, em vez da venda aos armazenistas, para ter um maior rendimento<sup>254</sup>.

A CAMB ajudou ao incremento do setor agrícola que, mesmo frágil, era a principal atividade do concelho - transformavam o azeite, moíam bolota para criar alimento para os animais, tendo na safra de 1965/66 os lagares da cooperativa recebido quase 1 milhão de quilos só em Moura os quais foram pagos a 3\$00 cada e o azeite vendido rendeu cerca de 1.400.000\$00 de escudos, cerca de 63,5 toneladas<sup>255</sup>. A safra oleícola de 1966/67 rendeu 123819L de azeite e 171475L de bagaço vendido a \$68 – o ano oleícola foi fraco, permitindo a cooperativa de Moura escoar os azeites a preços

---

<sup>251</sup> Jornal de Moura de 8/4/1961 nº1449

<sup>252</sup> Jornal de Moura de 5/8/1961 nº1463

<sup>253</sup> Boletim informativo do Grémio da Lavoura de Serpa, 26/12/1960

<sup>254</sup> Jornal de Moura de 6/1/1964 nº1564

<sup>255</sup> Jornal de Moura de setembro de 1967 nº1701

satisfatórios. Moura e Santo Aleixo possuíam moinhos para secar as bolotas e produzir farinhas (Moura produzia 980448 kgs de bolota e 496150 kgs de farinha; Santo Aleixo, 10563137 kgs e 549250 kgs de farinha).<sup>256</sup> Os produtores oleícolas preocupavam-se com a venda de óleo (80%) com 20% de azeite, porque a safra anterior fora péssima e este produto acautelava as necessidades do mercado.

Na campanha de 1970/1971, foram moídos 1767554 kgs de azeitona dos quais 1437980kgs eram de 94 produtores de Moura e 329574 kgs de 39 produtores do Sobral. A Cooperativa de Moura e Barrancos contava com depósitos para azeitona em todas as freguesias rurais do concelho, mas apenas o Sobral possuía lagar de azeite para engarrafar o produto com a marca “CAMB”<sup>257</sup>

Um dos principais focos de produção eram as herdades e o concelho tinha algumas com diferentes características quanto à produção e ao aproveitamento da área; exemplo disso eram:

- A Herdade dos Lobeiros, de Mário Piçarra Garcia - Tinha cultivo de sequeiro com trigo e forragem, prado onde o gado pastoreava também servindo para estrumar a terra. Recorriam ao roteamento de terras e de culturas, de cevada e aveia para forragem. A herdade já dispunha de cercas elétricas para o gado bovino não fugir da pastagem e desenvolvia o laranjal<sup>258</sup>
- A Herdade dos Lameirões e Borrazeiros, com 617 hectares, situada nas freguesias de Safara e Sobral adestrava pessoal preparando-o e educando para o trabalho rural.
- A Herdade e Olival Rasos da Preguiça no Sobral tinham a maior plantação de vinha do país, com cerca de 70 hectares e 300000 videiras, para a produção de uva de mesa.<sup>259</sup> Esta herdade foi adquirida pela Sociedade dos Azeites de Moura a qual investiu na agricultura pomológica – vinha para uva de mesa, também tinham cerca de 17.000 oliveiras. Foram construídos vários caminhos vicinais de acesso para a população do Sobral. A uva de mesa era exportada para o estrangeiro (Alemanha, Inglaterra), Ultramar português.<sup>260</sup>

---

<sup>256</sup> Jornal de Moura de 25/4/1968 n°1722

<sup>257</sup> Jornal de Moura de 7/5/ 1973 n°1856

<sup>258</sup> Jornal de Moura de maio de 1962 n°1494

<sup>259</sup> Jornal de Moura de 26/5/1962 n°1495

<sup>260</sup> Jornal de Moura de setembro n°1550

- A Herdade dos Machados tinha uma área de 61028325 hectares, em 1968, desde Moura até ao sobral<sup>261</sup>:
  - A ocupação agrícola: Os pilares eram as culturas permanentes como o olival, o figueiral e as culturas anuais com predominância das arvenses e forragens, em regime de sequeiro, dividida em olival (1500 hectares), figueiral (400 hectares), culturas arvenses (3500 hectares), culturas forrageiras de regadio (100 hectares) e pomar e horta (5 hectares). Entre 1967 e 1971, as culturas tiveram as seguintes áreas: trigo 280 hectares, aveia 200 hectares, cevada 200 hectares, grão 200 hectares e forragem 760 hectares (totalizando 1640 hectares).
  - Pecuária: o gado estava dividido por bovino (921 cabeças), ovino (5800 cabeças), caprino (280 cabeças), cavalar (36 cabeças) e muar (10 cabeças).
  - Ocupação florestal: A maioria era montado de azinho com uma área de 1200 hectares aproveitado em regime silvo-pastoril, e de 50 hectares de montado de sobreiro em produção.
  - Produção: Possuíam padaria, lagar de azeite, destilação de figo, secagem e moagem de bolota, moagem de cereais, queijaria, compota de frutas, conserva de azeitonas e de outros frutos.
  - Instalações sociais: Davam abonos de família, pensões de reforma, assistência médica, ensino primário (escola primária entre os 7 e os 15 anos, oferecendo refeições e o material necessário e onde se ensinavam os ofícios da herdade)

Outra área de produção importante eram os Coutos de Moura, então abandonados. Eram constituídos por um grande número de pequenos olivais e algumas courelas de sementeira entre milhares de agricultores. A Comissão Administrativa tinha de zelar pela propriedade individual comum, através de guardas privados, custeados pela receita da venda de pastagens; incumbia-lhe ainda a conservação dos caminhos vicinais. A guarda privada foi extinta e a vigilância passou a ser feita pela Guarda Rural, a qual se debatia com número insuficiente de efetivos para o policiamento das freguesias rurais. Em todas as colheitas, havia roubos, deturpações de arvoredo, roubo de gado e destruição dos

---

<sup>261</sup> Jornal de Moura de setembro de 1968 nº1734

caminhos vicinais; nem o Grémio nem a Cooperativa ligavam para esta situação. No limite, o Grémio assumiu a administração dos coutos<sup>262</sup>

Quanto à indústria correlacionada, existia a Noudar Limitada, um estabelecimento fabril fundado por lavradores, em 1941; em 1962, dispunha de 90 empregadas dedicadas à conserva de vegetais (azeitonas). Possuía um matadouro industrial e conservavam carne. Equipada com amplas camaras frigorificas, exportavam para a América do Norte<sup>263</sup>

As colheitas mantinham-se precárias; então, não só o trigo sofria, mas também a cevada e os legumes. As terras estavam cansadas e careciam de matéria orgânica (estrume), os adubos químicos causaram estragos, as ribeiras, como o Brenhas, estavam repletas de resíduos, devido a drenagem dos esgotos. Este período ficou marcado pela oleicultura a qual destronou a cerealicultura como principal atividade do concelho, em muito devido as causas referidas, mas também pela falta de apoios do estado e por uma exploração agrícola causadora de prejuízos e de crise para as populações rurais. O concelho continuava sem grande indústria, sobrevivía da agricultura e o êxodo da população tendia a aumentar por não ser possível a satisfação das necessidades

Neste período, assim como nos que já foram falados a Oleicultura e o Trigo senguem sendo o foco da população

Ano	Preço
1963	16\$30
1964	16\$30
1965	16\$30
1966	16\$30
1967	16\$30
1968	16\$30
1969	16\$30
1970	-
1971	18\$30

<sup>262</sup> Jornal de Moura de 15/6/1967 n°1695

<sup>263</sup> Jornal de Moura de 26/5/1962 n°1495

1972	18\$30
1973	18\$30

Tabela nº 17: Preço do trigo entre 1963 e 1973 (quantidade de 13,6L)

Ano	Preço
1966	152\$03
1967	152\$10
1968	159\$00
1969	163\$40
1970	163\$40

Tabela nº 18: Decalitre do azeite entre 1966 e 1970

As tabelas 17 e 18 comprovam que tanto o trigo como o azeite foram valorizados a medida que o tempo passava, podendo ter contribuído fatores como a guerra colonial o que faria que não fosse possível exportar trigo das colónias e devido ao esforço de guerra o estado precisava de dinheiro e sendo estes dois produtos básicos e imprescindíveis a vida das populações, podiam servir para extrair dinheiro necessário para a compra de armas e equipamentos.

Outro dos problemas eram os salários, em 1961 o salário mínimo de um trabalhador rural eram 18\$00, porem este só se aplicava para os homens maiores de 18 anos. As mulheres raramente recebiam o salário mínimo ou acima do mesmo, e conforme a época do ano e

	J		F		M		A		M		J		J		A		S		O		N		D		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Monda	20\$00	13\$00	22\$00	16\$00																					
Fabrico de azeite	30\$00																								30\$00
Ceifa							25\$00	15\$00	45\$00	23\$00	35\$00	23\$00			25\$00	15\$00									
Colheita																									
Sementeira																							25\$00		
Apanha azeitona																								25\$00	17\$00

Tabela nº 19: Salários em 1961 <sup>264</sup>

o trabalho que existissem, já que sabemos que o mesmo era escasso e por isso os valores dos salários variavam e nem sempre existia trabalho para os dois sexos.

A tabela 19, mostra que os salários para o sexo masculino estavam sempre acima do salários mínimo em épocas de elevado trabalho, as quais estão representadas na tabela, ao contrário das mulheres que apenas tinham um salário acima do mínimo quando havia muito trabalho, sinonimo que eram necessários braços para o trabalho, porem quando já não eram necessários eram as primeiras a ser descartadas.

Quanto ao gado, os ovinos, suínos e caprinos seguem sendo o destaque, como já referimos devido aos seus custos baixos e a fácil colocação nos quintais para a sua segurança

	Bovina		Bovinos adultos		Ovina		Caprina		Suína	
	Adolescentes (até 18 meses)		Nº de cabeças	Peso kgs	Nº de cabeças	Peso kgs	Nº de cabeças	Peso kgs	Nº de cabeças	Peso kgs
Janeiro	1	194	2	320	252	3507	67	822	116	28036
Fevereiro	1	49	2	288	453	4910	141	1004	352	23860
Março	5	385	1	195	964	8344	94	626	209	11938
Abril	3	275	1	122	1016	9452	221	1709	53	3868
Maio	1	87	2	317	971	10063	266	2214	31	2224
Junho	3	444	-	-	1106	11037	180	1525	27	2090
Julho	9	891	3	435	979	10252	175	1756	30	2520
Agosto	3	170	12	2138	776	9065	181	2054	40	2775
Setembro	2	340	9	1578	573	7795	173	2086	151	10803

<sup>264</sup> Arquivo Municipal de Moura, janeiro 1962

Outubro	8	862	9	1404	496	6560	85	965	282	18643
Novembro	6	1223	3	467	318	4291	119	1251	464	35106

Tabela nº 20: Gado abatido no ano de 1968<sup>265</sup>

Podemos observar na tabela 20 que o gado suíno era mais abatido nos meses mais frio, aquando das matanças já que a sua carne precisa de temperaturas mais frias para o seu manuseio. Nestas matanças eram abatidos vários animais para assim as famílias terem suficiente carne e enchidos para o restante do ano. Os enchidos eram feitos principalmente nas próprias casas, ficando a secar nas caves das famílias para assim se conservarem. Nos meses de calor o gado abatido era o ovino e caprino, já que se retirava a la e peles para outros produtos e como são animais com menos carne que os suínos, o seu consumo serve mais para o imediato, não necessitando um grande grau de conservação.

---

<sup>265</sup> Arquivo Municipal de Moura, janeiro 1969

## Conclusão

O primeiro capítulo começa por nos revelar das árvores de frutos, já que a maioria eram oliveiras, não que este seja o problema, mas sim a pouca importância que as restantes árvores de fruto tinham para a população, podendo ser uma solução quando as Campanhas de Azeitona eram fracas, recorrendo as árvores de frutos como as figueiras, laranjeiras entre outras presentes na imagem 3 – a solução passaria pela colheita dos frutos e a sua exportação, somando a isto, nem todas as árvores dão frutos na mesma época, o que poderia reduzir a crise de trabalho rural.

O abandono visível principalmente nas freguesias rurais não permitia a sua evolução, a falta de eletricidade, água canalizada e trabalho complicavam a vida dos moradores destas localidades, vivendo estes com baixos salários. No concelho tentou-se combater esta crises, uma opção foi as feiras de maio e setembro que se realizavam em Moura, como forma de transacionar produtos, angariando o capital suficiente para iniciar os trabalhos no campos ou conseguir ter as condições básicas para tais trabalhos – a solução podia ser uma boa alternativa, porém como vimos a inexistência de transportes e má qualidade das estradas complicavam a locomoção até Moura, por parte daqueles que viviam nas freguesias rurais.

É por esta altura, entre os anos 30 e 40 que aparecem as Casas do Povo, servindo estas de ajuda a população rural, combatente a crise do trabalho rural, o analfabetismo nas crianças como nos adultos. Estas instituições do estado serviam para coletivizar o trabalho, através de uma cota mensal, os sócios conseguiam ir para obras de melhoramentos quando o trabalho escasseava nos campos. Mas as crises fizeram se sentir por toda a década de 30 e 40, a fome aumentava, o trabalho escasseava e os campos não conseguiam produzir mais devido a Campanha do Trigo que explorou os campos do concelho até a exaustão.

Tentou-se dividir a mão de obra pelos vários proprietários de terras do concelho, mas o trabalho não deixava de ser sazonal, levando a longos períodos de desemprego.

Para piorar a situação, rebenta a 2ª guerra mundial, foi necessário produzir e poupar, mas como se poderia produzir em terras desgastadas e poupar o que era

inexistente, a situação tendeu para piorar. As fracas colheitas de azeitona levaram a falta de azeite, um dos principais alimentos da população do concelho de Moura e base da economia local, a isto somou-se a falta de carne, e com isto a subida dos preços destes produtos, numa região onde o poder de compra já era baixo, estes produtos deixam de ser consumidos criando stock que não era vendido, tendo que recorrer a exportação.

O pior dos problemas foi causado pela Campanha do trigo, num concelho caracterizado pelos latifúndios, poucos são os proprietários, porem precisam de mão de obra assalariada. Os salários eram baixos e as condições eram inexistentes, não havia seguros e o trabalhador não estava protegido por nenhuma lei, ao contrário do proprietário que contava com o apoio do estado. Os anos de superprodução criam um excedente to grande que não existia mercados para vendê-los e a falta de condições para conservar o trigo fez com que os proprietários perdessem dinheiro – os trabalhadores deixaram de ser pagos e como não havia uma entidade que protegesse os seus direitos, ficavam sem o salário, logo não conseguiram levar alimento para casa. Quanto aos proprietários, a falta de dinheiro levou-os a contrair empréstimos atras de empréstimos já que não conseguiram colmatar as despesas levando muitos deles a miséria ou a ter de vender as suas terras para conseguir pagar os empréstimos contraídos.

Muita da culpa da culpa desta situação era das moagens, que tentavam fugir aos preços tabelados, e como o desespero dos produtores era tanto, vendiam os trigos a um preço abaixo do tabelado, conseguindo assim algum dinheiro para pagar as despesas. As colheitas ficam por distribuir de ano para ano, o trigo acumulava assim como as despesas. Foram construídos celeiros por todo o concelho para guardar os trigo, mas aparece outro problemas – nem todas as terras do concelho tinham celeiros como era o caso de Santo Aleixo criando o descontentamento de uma população constituída na sua maioria por pequenos produtores. Os celeiros foram contruídos, mas os problemas não acabaram.

Os campos exaustos deixavam de produzir, levando ao uso de adubos o que danificou as terras, mas havia a necessidade de produção já que a 2ª guerra mundial fechou muitos mercados e era preciso matéria-prima. A falta de combustíveis tornou a produção mais complicada, pois as máquinas agrícolas nem sempre podiam funcionar porque o combustível escasseava e era racionado.

O comércio viu-se afetado, pois na sua maioria era ligado a produção proveniente dos campos, e ou, eram exportados, porém como os combustíveis eram na maioria direcionados para os trabalhos rurais, muitos estabelecimentos deixaram de receber certos géneros de necessidade básica.

Somava a isto, a falta de vias de comunicações, faltava rede telefónica em algumas partes do concelho e por vezes a mesma seria necessária em caso de emergências, aumentando o descontentamento da população e deixando visível mais uma vez o abandono vivido na freguesias rurais. As estradas estavam numa situação deplorável, sendo intraváveis muitas vezes; não existiam ligações entre as localidades do concelho o que complicava a troca de produtos e a circulação da população,

O concelho estava isolado, Moura estava ligada às suas freguesias porém não estava ligada ao distrito de Évora, perdendo assim grandes mercados, produtos e até mesmo pessoas que poderiam contribuir para a economia local – estavam ligados apenas ao distrito de Beja, seja por estradas como caminhos de ferro, mas os quais tinham horários bastante limitados. Faltavam as estradas e as infraestruturas para a circulação de pessoas e de bens, seja dentro do concelho como para fora deste.

No ensino o problema era a falta de escolas e de professores – por vezes havia escolas e as mesmas não reuniam as condições necessárias para que fossem lecionadas aulas. O problema era transversal a Vila de Moura como nas freguesias rurais, muitas escolas demoraram anos a ser construídas, outras sofriam com a falta de mobiliário e condições de higiene e por isso muitas crianças não tinham acesso ao ensino, sendo o trabalho rural a única solução. Algumas escolas foram construídas com apoio da população e de particulares, mostra alguma falta de apoio por parte do estado ou até mesmo da administração do concelho que demorava a resolver tal situação. Aqui é importante salientar o papel das casas do povo que serviram como escolas para os sócios e os seus filhos.

Com o fim da 2ª guerra mundial, as condições não melhoraram, e a crise agrícola teimava a continuar, os géneros escasseavam. As casas do povo seguiram com o seu papel de ajudar os sócios, aqueles que eram pobres e os doentes, aumentando o número de sócios já que aumentavam as necessidades.

O concelho seguia sem indústrias, o que já antecedia das décadas de 30 e 40, e a exploração agrícola apenas ocupava os braços de trabalho numa pequena parte do ano,

os salários eram baixos e os maus anos agrícolas sucediam-se – podendo ser a industria uma fuga a crise rural, porem não havia os apoios necessários ou a vontade de investir nesse ramo, a industria que existia era pequena e ligada ao meio rural, logo se o ano agrícola fosse mau, a industria também não tinha capacidade para contornar a situação – o que podia ser um dos motivos pela falta de aposta neste setor. Tentava-se combater as crises rurais através de obras publicas, mas era insuficiente e os trabalhadores rurais que seguiam nos campos muitas vezes nem recebiam – o problema mantinha-se, faltavam os direitos e algo que protegesse a classe rural e por isso preferiam ir para as obras publicas, recebendo menos que no campo, porem com a certeza que traziam algum dinheiro ao fim do dia para o seu lar. A falta de habitações também foi um problema e as casas existentes não tinham o conforto nem permitiam estabilidade a população.

Os solos continuavam com um baixo rendimento, as monoculturas eram desgastantes – este mal era proveniente da década de 30, com a Campanha do trigo, fazendo assim com que áreas de charneca e de pastagens fossem usadas para a produção, juntando a isto, havendo uma grande propaganda para o uso de fertilizantes – o preço dos trigos aumentaram, porem os custos de produção também, acompanhados pela motorização levou a que o desemprego aumenta-se e levando a que muitas famílias fossem em busca de melhores condições para outras regiões. Porem nem tudo era culpa do ser humano, já que as condições climáticas adversas pioravam a situação, complicando ainda mais a vida da classe rural.

Os problemas de eletrificação prosseguia nas freguesias rurais, enquanto Moura tinha obras para embelezar a vila, algumas das aldeias seguiam sem eletricidade e abastecimento de água – era notável o abandono que as freguesias rurais viviam, Moura progredia a par que as aldeias pareciam paradas no tempo, sem luz nas casas e nas suas, sem água em casa e tendo de usar os meios fluviais para se abastecer e lavar as roupas. A falta de verbas, ou de vontade por parte da camara podiam ser as causas, porem verbas que deviam ser usadas nas freguesias rurais, foram usufruídas pela vila para o embelezamento da mesma e melhorar as condições do povo mourense.

As estradas seguiam sem evolução, as aldeias não tinham ligações entre si, e as que existiam eram caminhos em terra intransitáveis durante o inverno. Porem a vontade do povo sobrepunha-se por vezes ao desleixo da camara, e através de apoios de particulares em dinheiro e terras, foram levadas a cabo a construção de estradas que ligariam Moura a Alqueva (Concelho de Portel, Distrito de Évora). Quanto a ligação

telefónica foi finalizada , importante melhoramento já que combatia o isolamento das aldeias, criado pela falta de estradas e de transportes. Nos veículos já se vem um aumento do número dos mesmo comparado as décadas de 30 e 40, já tendo ultrapassado a crise dos combustíveis e com a mecanização do trabalho rural, e ao longo de toda a década de 50 este número foi aumentando constantemente.

Quanto ao gado, muito ligado também ao comercio local, o destaque seguia para a carne suína e ovina – a carne suína não era apenas consumida a carne em si, os enchidos também seriam uma importante indústria local e uma forma de conservar as carne, com a falta de meios de conservação modernos, através da defumação a carne era conservada e consumida ao longo do ano

No ensino persistia a o problema habitual – faltavam as escolas e os professores, mas já havia sinais de melhoras, com a futura construção da escola técnica e indústria a qual foi paga por um proprietário de Moura – levando-nos assim a problemática - seria falta de empenho do concelho para melhorar as condições do ensino? Por vezes sim, desculpando-se que estavam a espera do apoio do estado e se houve evolução nesta temática foi muito graças a iniciativa de particulares que apoiavam o ensino numa região onde a natalidade tendia a aumentar.

As décadas de 60 e 70 foram caracterizadas pelas crises rurais piorado pela falta de investimento, os créditos em dividia que vinham de décadas anteriores e a mecanização do trabalho – esta conjuntura levou a que tais décadas sejam recordadas pela emigração, famílias inteiras saiam do concelho de Moura para as cidades, onde existia indústria e para o estrangeiro.

A guerra colonial também marcaria este período, muitos fugiram para não serem chamados a servir o país, outros não tiveram a mesma sorte – o problema que resulta disto é a falta de homens nos campos, assim como a redução da taxa de natalidade, sendo observável que a população do concelho começou a descer, restante apenas poucas crianças, as mulheres e uma grande população envelhecida – faltavam assim braços de trabalho que levassem dinheiro para o lar, aumentando a miséria, a desertificação do concelho travava a sua evolução e os trabalhos por vezes não eram realizados já que não existia mão de obra

Tentou-se uma colonização interna para que esta fuga de população fosse travada, porem a sazonalidade do trabalho, a falta de oportunidades e condições para viver

travaram esta ideia – se para os locais a adaptação a este modo de viver era difícil e por isso saíam para áreas industrializadas, dificilmente população de outras áreas viria viver para a região. O concelho seguia sendo maioritariamente rural, 70% da população trabalhava nos campos e os restantes 30% trabalhavam na indústria, a qual era ligada a agricultura, porem a cultura e a educação tiveram melhoras significativas, havia uma procura pelo saber – podemos pressupor que devido a redução do número de população, as escolas e professores existentes na região eram suficientes para conseguirem passarem os saberes as crianças o que levaria a este aumento pelo saber através dos livros.

O problema da urbanização persistia nas freguesias rurais, nem todas tinham direito ao abastecimento de água, porem contavam bons caudais próximos as localidades, no que toca a eletrificação a mesma teve de ser resolvida por entidades exteriores já que a camara afirmava não ter verbas nem capacidade para tal melhoramento. A falta de habitação também persistia, tendo de ser as casas do povos locais a levar a cabo a construção de casas para os associados

Assim sendo quais são os principais problemas que podemos apontar com a elaboração da investigação:

- As crises rurais
- Os impactos da Campanha do trigo
- A falta de condições de trabalho
- A lenta urbanização do concelho, especialmente os melhoramentos nas freguesias rurais
- A miséria e a fome
- A fraca qualidade de ensino
- O estado das vias de comunicações

Posto isto em causa, a principal culpa de todos estes problemas provinha da administração do concelho? No que toca a parte da urbanização sim, como já referido a administração do concelho optava por melhorar as condições da vila, deixando ao abandono as freguesias rurais, na parte da melhoria de infraestruturas como as estradas também podemos culpabiliza a camara, já que as obras levavam décadas a serem levadas a campo o que prejudicava a circulação de pessoas, mercadorias e atrasava a evolução da região, aumentando o isolamento na aldeias, que estavam limitadas a sua área

Quanto ao tema que levou a origem desta investigação: o concelho de Moura é caracterizado pela agricultura? Quais são as razões que nos levam a esta conclusão?

Respondendo a primeira pergunta é óbvio, como observarmos ao longo de 4 décadas a principal atividade económica era a agricultura, em especial o trigo e a oleicultura. Com todas as problemáticas que existiram ao redor tanto da cultura do trigo como da oleicultura, estas não deixaram de se as atividades que empregavam a maioria da população do concelho, e até mesmo como já referido, a indústria existente no concelho era ligada as práticas agrícolas e pastoris.

Quanto a segunda pergunta temos algumas razões:

O concelho não contava com grandes áreas urbanizadas, apenas a vila de Moura reunia certas condições, as freguesias rurais, como o próprio nome indica, não passam de áreas rurais, onde a população se dedicava a vida no campo, seja na agricultura, oleicultura ou na pastorícia, e durante as décadas que a investigação aborda a vida destas populações pouco muda, faltava-lhes a eletricidade, a água, as condições de higiene, o ensino

A baixa densidade populacional e a população envelhecida – mesmo que durante as décadas de 30 e 50 houvesse um progressivo aumento da população, a mesma não deixava de ser reduzida comparada a outras áreas, sendo que esta população estava dispersa pela vila e as aldeias, estas segundas de pequena dimensão. Quanto a população como referido a mesma teve tendência a cresce até a década de 50, porem as décadas de 60 e 70, com a emigração e a guerra colonial, a maioria de população que sobrou na região era já de idade mais avançada e que já não eram empregáveis

A economia local – como já referido bastante vezes nesta investigação, a região basicamente vivia da agricultura (com destaque para o trigo) e da oleicultura. Porem a pecuária também tinha o seu destaque já que não servia apenas para a alimentação da população, ajudavam na agricultura ao deixar o seu esterco, que atuava como um adubo natural, nas terras que iriam produzir, aumentando a capacidade. A indústria existente era em pequeno número e ligada as anteriormente citadas, já que era transformadora de produtos agroalimentares como queijos, enchidos, conserva de azeitonas, lagares de azeites e moagens.

A sociedade – a vida social do concelho estava intimamente ligada ao ciclo agrícola, ou seja, os trabalhos tinham determinadas épocas para serem realizados, e quando estes não existiam a população ficava desempregada; como já referido a alimentação, a base de pão e azeite, logo de produtos provenientes dos campos; e as festividades, algumas das quais eram feitas em honra de santos ligados a agricultura ou as feiras que serviam para transacionar os produtos agropastoris.

As infraestruturas – a região não tinha serviços essenciais como escolas ou comércio; a rede de transportes era quase inexistente e as estradas estavam degradadas ou nem eram construídas isolando assim mais as populações.

Quanto as limitações sentidas para a elaboração desta investigação, a principal foi o número reduzido de fontes e a temática que abordavam – sendo tão importante o período explorado neste trabalho, já que até ao dias de hoje são visíveis as marcas que deixou, como por exemplos as escolas existentes, as casas do povo ou até mesmo as estradas, é um período que não foi explorado e a sua temática é deixada de lado.

Sendo esta uma região tão abandonada do resto do país, creio que seria importante dar a mostrar as diversas temáticas e períodos da história, para que gerações vendedoras tenham um rápido acesso a esta informação, não tendo de perder vários meses de exaustivas investigações para ter acesso a estes dados.

Esta investigação não se teria realizado sem a existência do Jornal de Moura, que graças a Biblioteca Municipal de Moura encontra-se bem conservado e de rápido acesso. O jornal permite-nos retirar várias informações, não apenas da temática deste trabalho, como do país e até no mundo. Quanto ao Arquivo Municipal, a informação é mais difícil de obter já que exige um trabalho existente, porém a correspondência existente nele, permite conhecer a realidade de como atuavam os órgãos locais.

Realço novamente a importância de estudar a história local, em especial a da região onde vivemos, não só pelo prazer de ficar com alguns conhecimentos, como para promover o conhecimento dando a conhecer a outras regiões a realidade aqui vivida. É importante preservar os costumes e tradições locais já que são eles que nos moldam e caracterizam, porém para isso é necessário a história local para assim conhecer, respeitar e transmitir para aqueles que virão.

Assim, finaliza-se com referência ao trabalho destas instituições, como os arquivos municipais, as bibliotecas e as camaras municipais que tem uma preocupação em preservar os documentos para que quem queira possa aceder, falar também no seu contributo ao publicar obras, como as que foram utilizados nesta investigação, a maioria delas publicadas ou pela camara ou pela biblioteca, sem elas o trabalho de investigação tornar-se-ia ainda mais difícil e limitado.

## Bibliografia

### Arquivos

Arquivo Municipal de Moura

### Imprensa Periódica

Jornal de Moura

Boletim informativo do Grémio da Lavoura de Serpa

### Bibliografia Geral

AMIGUINHO, Abílio

*“Aí, Alentejo... Memórias Rurais”*, Edições Colibri, 3ª edição, 2024

BAPTISTA, Fernando Oliveira

*“A Política Agrária do Estado Novo”*, Edições Afrontamento, 1993

CUTILIERO, José

*“A portuguese Rural Society”*, Universidade de Oxford, 1971

CUTILIERO, José

*“Ricos e Pobres no Alentejo”* Livros Horizonte, 2004

DE LUCENA, Manuel

*“Cereais em Portugal no século XX”*, Vol. I, MADRP, D.L, Lisboa, 2001

DE LUCENA, Manuel

*“Cereais em Portugal no século XX”*, Vol. II, MADRP, D.L, Lisboa, 2001

DOS SANTOS, Henrique Pereira

*“Portugal: Paisagem Rural”*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017

FAISCA, Carlos Manuel

*“A produção agrícola no Alentejo (1929-2018)”*, Revista de Estudos económicos y empresariales nº31, 2019

FEIO, Mariano

*“A evolução da agricultura do Alentejo Meridional”*, Edições Colibri, 1998

FREIRE, Dulce

*“Entre sequeiro e regadio: Políticas e modernização da agricultura em Portugal (seculo XX)”*, Universidade de Badajoz, 2014

MAGALHÃES, Paulo Eduardo

*“Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)”*, Edições Colibri, 2006

POTES, José Mira

*“Agro-Silvo-Pastorícia, bases para um código de boas praticas”*, Edições Colibri, 2023

POTES, José Mira

*“O montado no Portugal Mediterrânico”*, Edições Colibri, 2011

RIBEIRO, Orlando

*“A evolução agraria no Portugal Mediterrâneo”*, Centros de estudos geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1970

Estudos monográficos

ALMEIDA ALVES, José

*“O problema da manutenção da fertilidade na agricultura do Sul”*, 1961

BAGANHA, Maria Ioannis,

*“As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”*, Análise social, XXIX, 1994

Camara Municipal de Moura

*“Memorias de Santo Aleixo da Restauração”*, Camara Municipal de Moura, 2013

DA MOUCA, João

“*Povoa de S. Miguel: Freguesia de Moura*”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001

DA MOUCA, João

“*Safara: Freguesia de Moura*”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001

DA MOUCA, João

“*Sto. Amador: Freguesia de Moura*”, Biblioteca Municipal de Moura, 2001

DE BASTOS NUNES, Rosa de Jesus Soares

“*Concelho de Moura*”, Moura, 1980

DO CARMO, Miguel Costa

“*Solo e agricultura no século XX português: Um problema ambiental, histórico e epistemológico*”, Instituto superior de agronomia, Lisboa, 2018

ESPADEIRO RAMOS, João Augusto

“*Santo Amador e a revolução*”, Cooperativa Cultural Alentejana, 2009

LEAL, Pinho

“*Moura e o seu concelho no Portugal antigo e moderno*”, Biblioteca Municipal, Moura, 2011

OLIVEIRA CORREIA, José António de

“*Moura: Culturas e Mentalidades*”, Camara Municipal de Moura, 1997

NAZARETH, João Manuel

“*O envelhecimento da população portuguesa*”, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979,

QUINTALHA, Maria

“*Concelho de Moura: Evolução e estrutura do concelho*”

REIS, Jaime,

“*A Lei da Fome: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914)*”, Análise Social, XV, 1979

RODRIGUES BARÃO, Sandra Maria

*“Resenha Historia do concelho de Moura”*, Instituto Superior de Ciências sociais e políticas

VALERIO, Ivan

*“Memoria soltas do Ramal de Moura”*, Biblioteca Municipal de Moura, 2021

Anexos: Textos retirados do Jornal de Moura

*“São constantes as queixas que nos são dirigidas por individualidades das freguesias do concelho, verberando o estado de abandono em que essas freguesias se encontram e pedindo-nos para que reclamemos do Município o deferimento das suas justas pretensões, que a pouco se resumem: Não tem luz; não tem calçadas e não lhes concedem o mais pequeno subsídio para quais queres despesas ou trabalhos a empreender. No entanto era justo que atendessem as suas petições mais urgentes, o que, estamos certos, facilmente se conseguiria com um pouco de boa vontade e algum dinheiro” – 10/2/1933, n°415*

*“ **INFORMAMOS**, de que já se encontram colocados até junto da estrada desta vila, os postes para instalação da rede telefónica Beja – Serpa – Moura, e que ligará com a vizinha vila de Barrancos. Melhoramento importantíssimo para a nossa região, que bem o merece, pela sua importância, tem provocado justíssimas petições de algumas localidades, que passando-lhe a projetada rede telefónica, a distância de metros, receiam que não dotem com tão utilíssima ligação. Tem feito neste sentido, as suas petições, que achamos justíssimas as freguesias de Santo Aleixo e Santo Amador. Os habitantes desta última freguesia fundamentam-se no facto de não ter a referida localidade, assistência médica, tornando-se oportunas as chamadas telefónicas, em casos graves, de doenças, dos seus habitantes. Estamos certos de que se as entidades que superintendem no assunto não deixarão de providenciar, para que sejam atendidos os legítimos interesses destas localidades” – 2/3/1933, n°417*

*“**Assistência ao trabalhador** – As classes proletárias, nestes calamitosos tempos, de crise económica, vivem uma vida de cruciante miséria. Sem garantia de um trabalho certo, com maus salários, a sua existência, se não representa milagre, pode bem considerar-se de completas abstinências. Lares sem conforto; cérebros sem luz da instrução; estômagos vazios. O governo tem o dever de encarar a sério a melhoria das suas condições de existência providenciando para que se lhes garanta trabalho condignamente remunerado...” – 16/3/1933, n°419*

*“**Trigos e rateios** – Nesta questão dos trigos, como é sabido, além da morosidade no recebimento, por parte de certas empresas mogareiras, houve um mal muito maior: as moagens que não levantaram um único bago de trigo por razões que terão de explicar. Criaram assim um desequilíbrio que a lei previu, apenas para as competentes cominações. Esta falta criou os maiores embaraços aos manifestantes atingidos. Não podiam vender porque tinham manifestado; tinham manifestado para pagar os seus*

débitos oficiais e particulares; não podiam pagar por que lhes não levantavam os trigos. Deste «embroglio», surgiu, alfim, um solução. Por comunicação da I.T. para o Sindicato Agrícola local os trigos podem ser vendidos no mercado livre. Não sabemos, porem, a que preço...” – 23/3/1933, n°420

**“Instrução primaria** – Agora que tanto se fala na criação dos Liceus Municipais não deixa de ser sério se cuide da instrução popular. A base desta é incontestavelmente a instrução primaria. No nosso concelho a instrução esta descuradíssima; encontra-se num caos. Moura tem quatro escolas e quatro professores. É inacreditável. Urge que se trate a sério deste assunto e se vençam, com boa vontade, quaisquer possíveis dificuldades que possam surgir”. – 15/4/1933, n°423

**“Safara e Sobral da Adiça reclamam a reparação de um caminho vicinal** – Entre estas duas importantes freguesias existe um caminho vicinal que durante o inverno é completamente intransitável e que, ligando as entre si, serve igualmente para o tráfego agrícola que por ele tem que ser feito em larga escala. O arranjo deste caminho constitui, por esta razão, uma aspiração legitima das populações das duas freguesias. É necessário apenas alguém a corporise, numa palavra, congregue todas as vontades para que estas formulem as suas petições, e o concerto do caminho vicinal seja uma realidade. Não se compreende facilmente que uma petição neste sentido, não tenha já sido feita, sabendo-se de ante mão os inconvenientes que todos os anos se verificam. Mas, tudo tarda ate que chega. E pessoa, amiga informa-nos que uma comissão de indivíduos pensa solicitar das entidades competentes, o arranjo do caminho vicinal Safara – Sobral. Oxalá que a sua petição seja atendida como é de justiça, pois todas as freguesia do concelho dispõem apenas de estrada que as liga a Moura, o que, sendi alguma coisa é muito pouco para as suas necessidades de expansão e desenvolvimento que constituem justas aspirações.” – 15/4/1933, n°423

**“Crise de abundância** - A produção cerealífera do último ano ainda não foi totalmente distribuída pela moagem. Há ainda enceleirada grande porção de trigo. O novo ano agrícola, promete ser magnífico teremos, pois, um novo aspeto de crise para a lavoura - a abundância - mas... os senhores hão de ver, a tabela ficará a atual ou pouco menor, isto para patentear a chamada proteção. Porém a moagem enviara os seus agentes com ordens severíssimas. Os seus preços de oferta livre serão menores do que os de agora, que nem a um escudo já aparece comprador. O pobre Zé-pagante, a maior de todas as

*vítimas, tanto na abundância, como na escassez, continuará a pagar o quilo de mau pão a dois escudos. E não cai uma chuvinha” – 22/4/1933, n°424*

*“**Contra o analfabetismo** - Sabemos que vai constituir-se em Moura a Liga contra o Analfabetismo, a qual tomará a seu cargo todos os assuntos que se relacionem com a abertura de novas escolas na sede do concelho e freguesias, o alargamento do quadro dos professores no concelho de Moura, a fundação de uma Escola Técnica Agrícola e Industrial e muito especialmente a fundação de cursos noturnos de instrução primária para adultos e menores que já não possam frequentar as aulas diurnas matinais, por se entregarem a trabalhos de campo e outros, de que carecem para sustento de suas famílias. A liga procurará manter-se em permanente contacto com os poderes públicos, pedindo e instando por todos os melhoramentos e novas realizações que se imponham com urgência para a profilaxia escolar e combate ao analfabetismo. Na sede deste jornal recebem-se todas as adesões, das pessoas de boa vontade, que desejem fazer parte desta meritória instituição. A adesão faz-se em carta, dirigida à comissão iniciadora da Liga contra o analfabetismo», em Moura.” – 8/9/1933, n°442*

*“**A rede telefónica** – Este importantíssimo de telefónica melhoramento, que acaba de ser instalado nas importantes freguesias de Amareleja e Safara, traz satisfeitas as povoações que o usufruem. A instalação telefónica deve, porém, tornar-se extensiva às freguesias de Sobral, Póvoa, Santo Aleixo e Santo Amador. Não se explica que estas localidades tenham sido relegadas para um plano secundário. Todas elas representam aglomerados de reconhecida importância agrícola que urge valorizar, tanto mais que as nossas freguesias encontram-se a distâncias consideráveis da sede do concelho. Além disto, há uma circunstância de carácter técnico, sem dúvida, que vem corroborar a nossa lembrança, que é bem o eco do que pensam essas localidades. em os seus habitantes que. Se os postes telefónicos lhes passam a algumas dezenas de metros, mal parece que não possuam uma pequena cabine pública, que se instala certamente com pequeno dispêndio. Têm razão? Não têm? Aos técnicos competira pronunciarem-se sobre o assunto, resolvendo-o como for de justiça, tendo apenas em consideração a importância do concelho, que é um dos que mais contribuem para o erário público.”- 23/9/1933, n°444*

*“**As nossas estradas** - Moura possui uma boa rede de estradas que a ligam diretamente às suas freguesias. Careciam estas, pela situação topográfica em que se encontram, isoladas pelos seus limites fronteiriços, de uma estrada que entre si as ligasse, qual serviria admiravelmente para o desenvolvimento a que tem jus pela importância agrícola*

*que atingiram nestes últimos anos. Ouvimos algures que se pensava no alcatroamento da estrada Moura- Barrancos, que, tendo sido reconstruída há pouco, carece de ser convenientemente tratada para que se não estrague com relativa brevidade. Oxalá os factos corroborem as palavras e o melhoramento se torne extensivo às estradas de Amareleja e Sobral d'Adiça.” - 23/9/1933, nº444*

*“O problema da instrução - Há todas as esperanças de que a falta de escolas seja este ano atenuada pelo desdobramento das aulas nos estabelecimentos oficiais. A população escolar aumenta de ano para ano consideravelmente. O Município está providenciando para que sejam criados mais alguns lugares de professores. Estas medidas atenuarão o mal de que vêm sofrendo esta terra e o seu concelho? Aguardemos os acontecimentos e saibamos esperar. Quem paciência para tanto são os pais das Crianças em idade escolar, porque os anos passam e os seus filhos não são admitidos nas escolas.” - 21/10/1933, nº448*

*“Feira de Setembro - Faltam pouco mais que quarenta dias para a inauguração da feira, Feira Grande- que tem lugar em Moura. Há dois anos fez-se qualquer coisa de muito apreciável. Gastou-se algum dinheiro, mas também entrou muito dinheiro. O comércio obteve naqueles certames um grande sucesso, pode dizer-se que não voltou a ter de setembro de 1932 para cá uma temporada idêntica de negócio próspero. A vila de Moura recebeu durante esses dias festivos, que foram pelo menos seis, milhares de forasteiros, que vieram de todos os pontos do país e até de Espanha. Todas as realizações de então, se não foram notáveis, tiveram pelo menos um elevado alcance cultural e de beneficência. Um mês antes já os estabelecimentos realizavam transações fora do vulgar. A Comissão de Iniciativa, ao Município, às associações económicas e recreativas, compete de mostrar que vive ainda bem presente no seu espírito o que foi a feira de setembro de 1932 e compete lhes também o dever de fazer melhor ainda, uma grande parada de realizações uteis que atraindo os forasteiros durante o dias da feira, prestigie a gente desta terra, dando-lhe foros de civilizada e progressiva. Jornal de Moura que numa bem compreendida luta regionalista, acompanha sempre todas as iniciativas pró nosso concelho, com toda a fé e o mais decidido entusiasmo, daqui dá o seu brado de alerta e tocando o sinal de reunir, chama todos os organismos oficiais de devida competência no caso e todas as agremiações locais a trabalharem em conjunto disciplinada e proficuamente, organizando e promovendo algo de interessante que eleve ao seu justo lugar a nobre vila de Moura.” – 28/7/1934, nº481*

*“O pão passa a ser só de trigo - Por despacho do sr. Ministro da Agricultura, de 13 do corrente, foi determinado que se cumprisse o disposto no art. 58.º do Decreto n. 22.872, ficando assim revogado o despacho ministerial de 30 de outubro de 1933, que autorizou, com carácter provisório, o fabrico e venda do pão de milho, de centeio ou de mistura, às padarias legalmente estabelecidas para o fabrico e venda do pão de trigo. Ficam sujeitos às penalidades da lei os infratores do disposto no aludido artigo 58.º.” 30/3/1935, nº 507*

*“Estrada Moura-Pedrógão - A recente inauguração de carreiras periódicas entre Évora- Beja com entroncamento em Pedrógão a que noutra lugar fazemos referência sugere-nos a lembrança de que Moura muito poderia vir a lucrar, como terra alentejana de excepcionais condições turísticas, soo troço de estrada que falta para a ligação Moura-Pedrógão projetada há muitas dezenas de anos fosse concluída na pequena distância de 13 quilómetros, hoje de velha estrada, que falta para que tenhamos uma estrada macadamizada que mais facilmente tornasse acessível o trânsito que é necessário estabelecer entre a nossa vila e tantas das povoações e vilas limítrofes do distrito de Évora, cujo apatismo mais se deve à falta da conclusão de pequenos troços de estrada do que à natural expansão de terras situadas numa região fertilíssima. Falando há dias com individues interessados na ligação destas terras chegámos ao convencimento de que serão oferecidos gratuitamente quási todos os terrenos necessários para a construção do pequeno trajecto de 13 quilómetros a que fazemos referência. Tanto as povoações interessadas como as entidades desta vila devem trabalhar conjuntamente para que a nossa região, uma das mais importantes do país consiga com pequeno dispêndio ver concluídas as ligações que há bastantes anos se julgavam já indispensáveis para o seu completo desenvolvimento.” 16/4/1935, nº509*

*“Construção de Celeiros - Faz público que se acha aberto concurso para a execução das alvenarias, de rebocos e pavimentos de 10 celeiros a construir junto da Estação do Caminho de Ferro em Moura achando-se as condições patentes na sede da Delegação da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, onde se prestam outros esclarecimentos. As propostas serão entregues na sede da Delegação, em carta fechada e contra recibo até às 17horas de 11 do corrente.” – 4/5/1935 nº512*

*“Federação N. P. de Trigo - Esteve nesta vila na passada semana o sr. João António Mascarenhas Judice, inspector da F. N. P.Trigo. O sr. inspector Mascarenhas Judice veio a Moura a-fim-detratar, junto da Delegação local, da breve construção dos celeiros para recolha de trigos da próxima colheita. Ao que nos informam, a F. N. dos Trigos,*

*pensa mandar construir 6 celeiros nesta vila, 2 em Amareleja e 1 em cada uma das freguesias de Santo Aleixo e Safara. A cerca da construção dos celeiros desta vila, podemos informar os produtores de trigo que os mesmos serão edificados no recinto fronteiro às habitações do pessoal da Estação do Caminho de Ferro, ficando com acesso pelas estradas de Pias, Sobral e Safara. O local para a construção dos celeiros das freguesias será escolhida de acordo com as Comissões Administrativas das respetivas povoações.” – 25/5/1935. n°514*

*“**Celeiros de Trigo** - Causou o maior desagrado, como era de prever, em Santo Aleixo, a notícia de que não seria construído nesta freguesia um celeiro para trigo e de que o celeiro que se destina aos trigos dos pequenos produtores de Santo Aleixo seria construído em Safara. Como protesto por tão arbitraria determinação encontram-se demissionários os membros da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia e da Comissão da União Nacional local. Realmente não faz sentido que sendo Santo Aleixo a terra de maior número de pequenos produtores, de todo o concelho, se vá construir o celeiro que de direito lhe pertence noutra localidade vizinha com menosprezo e prejuízo dos seus legítimos direitos e interesses, quando é certo que a própria Delegação do F. N. P. de Trigo desta vila se interessou pelo assunto e bem assim a Comissão Concelhia da União Nacional como era da mais elementar justiça.” – 13/7/1935, n°517*

*“**Casas do Povo** - Pelo Instituto de Previdência Social foi oficiado as casas do Povo informando-as que já se encontram elaborados os projectos para as sedes destes prestantes organismos de assistência social. Sabemos que a Direcção da Casa do Povo, de Moura, possui alguns fundos apreciáveis, e está no propósito de meter ombros à tarefa de mandar edificar a sua Sede de harmonia com os projectos oficiais aprovados para esse fim, pelo que lhe não regateamos louvores. Informam-nos ainda que nos projectos de construção das Sedes se inclui uma espaçosa sala que possa servir para conferências, diversões e escola, além de outras instalações indispensáveis a uma instituição desta natureza, razões mais do que suficientes a aconselhar uma tal resolução dos dirigentes Povo da Casa do local. Moura é, por infelicidade, uma terra onde a instrução se não ministra por falta de edifícios próprios ou adaptáveis à escolas. A Casa do Povo pode vir a ser, durante o dia, uma escola para os filhos dos trabalhadores e durante a noite um centro instrutivo para adultos. Mãos à obra!” – 14/12/1935, n°528*

*“**Distribuição de farinhas** - Por intermédio da Sociedade de Moagem Serpense, Ld.", foram entregues na Secção Administrativa deste Concelho no dia 10 do corrente com*

*farinha de T. U. que a Federação Nacional de Industriais de Moagem enviou para este Concelho cuja farinha se distina ao consumo das populações rurais mais atingidas pela crise de trabalho. Pela mesma secção foram mandadas fabricar em pão três sacas da referida remessa que produziram um total de 301 pães sendo distribuído no dia 12 do corrente no mercado publico desta vila pelas classes mais necessitadas 241 pães havendo sido distribuidos também á instituição a Sopa dos Pobres 45 pães e ao hospital civil desta vila 15. Das restantes sacas de farinha foram já enviadas 2 para a freguesia de Amareleja, 1 para a freguesia de Povoia, 1 para Santo Aleixo e outra para Safara, encontrando-se as restantes depositadas na referida Secção Administrativa para oportunamente ser feita nova distribuição” . – 16/5/1936, n°539*

*“Escolas primárias - Por informações que nos foram dadas pelo sr Francisco António Baixinho, vogal da Comissão Administrativa do Municipio e vereador do pelouro da instrução vai ser iniciada, brevemente, a construção de um edificio escolar de quatro salas, pelo Municipio, em comparticipação com o Estado. Damos com o maior prazer esta noticia tanto mais que Moura apenas possui um edificio escolar digno desse nome - a Escola Conde de Ferreira - custeada pelo benemérito dêste nome, hoje insufficientíssima para uma população escolar que aumenta todos os anos consideravelmente. Todos os restantes edificios escolares, isto é, onde funciona as escolas oficiais, e não são muitos, não satisfazem às elementares condições pedagógicas modernamente estabelecidas. Oxalá o Municipio de Moura, empenhado em fazer obra acertada, possa construir, com brevidade, a nova escola de quatro salas desta vila, edificio orçado em cerca de 60.000\$00.” – 23/5/1936, n°540*

*“Crise de trabalho - Ha dias avistou-se com a Comissão Administrativa do Município desta vila e outros elementos oficiais, uma comissão de indivíduos da freguesia de Sobral d'Adiça, representando a Comissão Administrativa daquela freguesia, a quem formularam a petição de que sejam iniciados trabalhos públicos naquela freguesia onde está acentuar-se uma apremiante crise de trabalho, nas classes operária e rural, em virtude do mau ano agrícola. Oxalá a petição de Sobral d'Adiça possa ser atendida, pois trata-se de uma povoação que precisa de inúmeros melhoramentos tais como pavimentação de ruas, escolas, etc” – 5/9/1936, n°549*

*“RUMORES DE FEIRA - A Feira de Setembro - Mal despona o verão, com seu torridos calores, começam a ou vir-se, como rumores de festa ou romaria, os ecos distantes, que nos anunciam a realização das primeiras feiras alentejanas. Parece que,*

*anciosamente, qualquer coisa de novo elas nos anunciam, que vêm quebrar o ramerrão nostálgico da habitual vida dos burgos distantes, trazendo – nos como que uma aleluia de anseios, de prazeres e de esperanças, que, nesses dias - nos dias das feiras - encham de vida, de alacridade, de colorido, essas terras tranquilas, paradas, estáticas e dão vida, nova vida, aos seus habitantes, trazendo-lhes qualquer coisa de novo, de atraente, de inédito. Certo é que todos os anos, em períodos certos, o espectáculo se repete, mas nunca deixa de ter aquele interesse próprio das coisas que se esperam anciosamente e que, pela novidade, sempre igual ou semelhante, não deixa, paradoxalmente, de ser diversa ou diferente. Assim, as Feiras, apesar dos progressos da civilização, telegrafo, do telefone e dos modernos meios de locomoção que, na opinião de muitos, as torna desnecessárias e dispensáveis - reatam, quanto a nós, brilhantemente, uma tradição, que se perde na noite milenária do passado, sendo sempre um motivo de observação, uma curiosidade especial e um meio de trabalho, de ganha pão de tantos, que delas iazem o seu unico modo de vida. No Alentejo, de vastas campinas, de terras distantes, de longes incomensuráveis, as feiras atingem toda a intensidade do seu cromatismo. São a um tempo o mercado único dos produtos mais diversos; o heterogéneo amalgama das diversões mais diferentes; são ainda o ensejo necessário à sua vida económica para mostrar o que vale a sua pecuária o valor da terra e o Cerco dos incolas, Ao contacto das feiras alentejanas, os visitantes, os que a elas acorrem em busca de negócios, e os simples curiosos, sentirão abrutamente a grandiosidade do esforço dispendido, obscuramente, sem alardo, mas com a nitida compreensão de um dever que se cumpre, de um arreigamento à própria terra - que é mãe - e que, trabalhada com denodo, com vontade, uberrimamente se desentranha em frutos promissores. Este espectáculo das nossas feiras, a que acorrem vendedores os mais diversos de todo o país, prova indubitável e exuberantemente o quanto é erronea e injusta a classificação de indolentes e rotineiros com que nos apodam; pelo crasso desconhecimento da nossa vida dos campos, vista superficialmente através da pacatez virgiliana dos nossos burgos. Esse esforço apagado e ignorado obscurantismo das herdades enormes, ou na vastidão imensa dos montados, olivais e sobreirais, tem a sua parada coeva nas imponentes corredeiras dessas feiras onde os mercadores dos grandes centros vêm comprar os gados que os abastecem. Mas... a falar das feiras alentejanas, esquecemo-nos de falar da nossa própria feira. Esta, a de Moura, a da terra que nos viu nascer, tem para nós o sabor entontece de um vinho capitoso, que nos enebria e entontece, que nos faz reviver um saudoso prepassar de anos já distantes, e de feiras já vencidas. Esta, a nossa, tem a*

*garridez própria, de todas as recordações da juventude. E' sempre nova e sempre moça; é a feira de Moura! A corredoiira sumptuosa, estendendo-se pelos olivais velhinhos; as tradicionais barracas ostentando-se com todo o pitoresco da sua primitividade. Arraial e cosmopolitismo de antanho, a que não falta a nota poética, romantica, sentimental dos pares enamorados, de mãos dadas, simples e venturosos, de frases a mêdo, ciciadas em segredo, comedidos e discretos, que hão-de formar os lares pobresinhos que Deus protege e ampara na sua infinita misericórdia. Só por isto, a nossa feira – a feira de Moura-merecia que sobre ela escrevessemos estas pobres e singelas linhas!” – 5/9/1936, n°549*

*“**Instrução Primária** - Em Moura há muitas crianças sem escola porque há falta de professores e edificios próprios. Está em construção um, e sabemos que ao lado dêsse vai ser construido um outro, pelo que a C. A. do Município só merece louvores. No entanto continua por preencher o lugar masculino da escola n.º 2 de Moura, o que dá em resultado que muitos rapazitos da terceira classe, embora haja edificio para receberem as lições, continuem sem escola. E' lamentável, e por isso pedi-mos as rápidas e necessárias providências.” – 26/12/1936, n° 558*

*“**Falta de casas** - Tornamos a falar neste assunto, devido às várias reclamações que até nós têm vindo. Dia a dia sente-se cada vez mais a necessidade de se ampliarem, sem desfazer por completo o plano de urbanização da vila aprovado há anos pela Comissão Administrativa do nosso Município, alguns bairros de Moura. A não se tratar a sério e urgentemente dêste problema, os habitantes da vila chegarão a viver como sardinha em canastra. Na época de crise de trabalho que atravessamos, iniciativas desta natureza viriam melhorar a vida dos trabalhadores.” – 6/2/1937, n°561*

*“**Instrução Primária** - Estão bastante adiantadas as obras de construção do novo edificio escolar, que funcionará já no próximo ano, segundo nos informam. A nessa vila precisa que se olhe a sério, realmente, o grave problema da instrução. Moura é hoje uma terra populosissima, com mais habitantes que algumas cidades do Pais, e possui poucas escolas, dando aso a que centenas de crianças não aprendam as letras. Ainda se julgou que o lugar masculino da escola n.º 2 fôsse provido antes de Fevereiro; mas isso não aconteceu. Repetimos que é lamentável, e pedimos providências.” – 27/2/1937, n°562*

*“**Melhoramentos** - Na época que se atravessa impõe-se a necessidade de, directamente pelas entidades oficiais, com a colaboração da Casa do Povo e dos próprios particulares*

*abastados, serem abertos trabalhos em que se empreguem os braços que a escassez do ano agrícola traz paralizados. Há a fazer certas obras de interesse capital para a região, e não se fazem. Ora isto, francamente, se num período de muito trabalho nos campos não se justificava plenamente, ¿como justificá-lo agora, que existem centenas de trabalhadores rurais desempregados? Lembramo-nos especialmente da estrada Moura-Brinches e do trôço para a Barca, em que até à ceifa se podiam ocupar os mais atingidos pela crise. Não é já um simples alvitre; é uma questão de consciência, tanto mais que, como dissemos, esses melhoramentos são de urgente necessidade.” – 13/5/1937, nº563*

*“**Crise de trabalho** - No rápido de domingo partiram para Lisboa os srs. Governador civil, presidente da Câmara Municipal de Beja, um representante da Junta Provincial, presidente da Associação Comercial e Industrial, presidente da Delegação da F. N.P. de Trigo de Beja e o presidente do Sindicato Agrícola, a-fim-de solicitarem a abertura de trabalhos públicos, para melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, nos concelhos da província. O Alentejo, como é notório, sofre de crises periódicas de trabalhos e estes escasseiam principalmente no período que medeia entre a colheita e os futuros trabalhos da sementeira ou apanho de azeitona nos concelhos que possuem olival. Nos anos de escassas colheitas, em que a produção mal cobre os encargos e despesas, a falta de trabalho acentua-se, causando acentua-se, dificuldades às classes que vivem do seu esforço braco. São pois de todo o ponto justas oportunas as diligências que aquelas entidades vão fazer junto do Governo no sentido de conseguirem as verbas necessárias abertura de trabalhos.” – 7/8/1937, nº569*

*“Crise de trabalho - No passado dia 6 do corrente um numeroso grupo de trabalhadores, rurais desempregados avistou-se com o Presidente do Municipio a quem solicitou a abertura de trabalhos oficiais para atenuar a crise em que se debatem. Atendendo as queixas dos peticionários o sr. presidente do Municipio ordenou imediatamente a inscrição de trabalhadores pelos serviços municipais, para inicio, no dia seguinte, dos trabalhos de conserto das estradas, mandando ainda fazer o abono de uma pequena verba aos mais necessitados. Pelo acerto e rapidez são de louvar as medidas adoptadas pelo Municipio para atenuação da crise de trabalho.” – 9/4/1938, nº580*

*“**Estrada Moura-Brinches** - A Junta de Freguesia de Brinches e o Sindicato Agrícola daquela importante povoação oficiaram recentemente ao ex.º engenheiro director de Obras Públicas, de Beja pedindo o seu maior interesse para a conclusão da estrada Brinches-Moura, a-fim-de se debelar a crise de desemprego rural. Num officio dirigido*

*pelo Sindicato Agrícola de Brinches ao Sindicato desta vila lêm-se com prazer os seguintes periodos bem expressivos àcerca do interesse que às duas terras visinhas merece esta ligação há longos anos por concluir: <A ligação entre Brinches e a importante vila de Moura é uma velha aspiração dos dois povos que deve ser satisfeita nesta fase governativa de realizações patrióticas e utilitárias. Precisamos para isso fazer-nos lembrados e actuarmos solidariamente. Embora v. ex. com a ligação com Pias estejam bem servidos em comunicações com a margem direita, a estrada Moura-Brinches dá-lhes fácil acesso a importantes propriedades e encurtará futuramente aquelas comunicações, além de que as boas vias de comunicação entre povos são elementos essenciais para o seu fomento agrícola-comercial. Assim sempre o entenderam as antigas entidades dirigentes de Moura e assim estamos cortos, o entendem as actuais.” – 13/8/1938, nº589*

*“**Crise** - A últimas precárias colheitas cerealífera o olivícola fizeram acentuar neste concelho e em quasi todos os do Alentejo uma crise de trabalhos agrícolas que normalmente se virifica (sem tanta gravidade) nos anos produtivos. Os últimos temporais, chuvadas impertinentes, dias tristonhos, agravaram, mais ainda o quadro de desolação que nos apresentam as populações rurais, semtrabalho e conseqüentemente sem pão. E' preciso dar remédio a um tal estado de coisas? Sem dúvida. E' humano, é imprescindível acudir a quem tem carência de meios para ocorrer ao seu sustento e dos seus. A lei previu a cobrança das derramas para os momentos emergentes de crise. E' preciso que estas acudam a quem tem sede de trabalho e carência de pão nos lares desabrigados e famintos. E sem querermos pintar a tintas negras o espectáculo que nossos olhos se estadeia somos forçados, por dever de consciência, a pedir, a implorar, como um dever, como uma obrigação de humanidade, uma imperiosa aceleração na aplicação das verbas já cobra das para atenuação das crises, já antecipadamente, previstas. Esperemos, pois, confiados, que as providencias a tomar tenham aquela urgência que as tristes circunstâncias apontadas infelizmente requerem.” – 21/1/1939, nº592*

*“**CRISE DE TRABALHO** – O sr. presidente do Municipio convocou uma reunião de proprietários, para se debelar a falta de trabalho nas classes rurais A convite do presidente do Municipio sr. dr. Fialho Pinto, reuniram no passado dia 24, pelas 15horas, na Câmara Municipal os lavradores e proprietários desta vila. Assumida a presidência da reunião pelo sr. presidente do Municipio declarou éste que a Câmara abra trabalhos*

*a-fim-de debelar a crise tendo empregado a partir de 23 deste mês grande número de trabalhadores. Referiu-se ainda aos pedidos feitos junto das entidades competentes para o conseguimento da aprovação das verbas a dispender pelo fundo de desemprego e pedidas para a aplicação das verbas cobradas pela derrama. Reportando-se a esta, disse não estar ainda totalmente cobrada a taxa de 3.%% aplicada no concelho a-pesar-de ser uma das menores percentagens aplicadas nos concelhos do Alentejo. O sr. presidente do Municipio referiu-se também ao facto de alguns proprietários, por terem pago as taxas de derrama, aconselharem os trabalhadores a solicitarem trabalho ao municipio, quando este não podia pelas razões expostas, iniciar os trabalhos de modo a debelar completamente a crise. O sr. dr. Francisco Garcia y Garcia declarando ter sido um dos lavradores que aconselhou alguns trabalhadores a dirigirem-se ao Municipio, aludiu à crise que a lavoura atravessa, acrescentando que em outras épocas de crise havia esta sido debelada nos primeiros dias pelos meios de que a Camara Municipal dispõi, alvitando ainda o exemplo de que outros Municípios haviam feito, que se contraisse um empréstimo cancionado pela taxa da derrama até deferimento das participações. O sr. Armando Rosa da Silva lembrou a conveniência de se fazer uma representação junto do sr. Ministro das Obras Públicas com o fim de se conseguir a aprovação das verbas a conceder por participação do Estado. Pelo sr. Miguel Pedro Fialho Pinto foi proposta a inscrição dos individuos que quizessem tomar parte na representação a formular aos poderes públicos. Por último o sr. dr. Fialho Pinto pedindo a colaboração dos presentes, para o debelamento da crise de trabalho, deu por encerrada a reunião.”*

– 11/2/1939, n°593

*“Moura, a risonha vila da margem esquerda do Guadiana, é uma das mais lindas vilas alentejanas, santo talvez a mais bela e atraente de todas do Baixo Alentejo. Com uma população avaliada em 12.000 habitantes, é uma vila de muita importância, tanto pelas suas belezas naturais e arquitectónicas, como pela sua riqueza dos mais variados produtos, e também pela sua categoria de 2. ordem e fiscal de 2. classe, como ainda pelo seu cariz de pequena urbs, moderna, de ruas simétricas e bem alinhadas, largos passeios e prédios formosos. Moura é uma vila antiquíssima, e já nos tempos da dominação romana na península disfrutava duma grande importância, sendo conhecida então pelo nome de urbs Arucitana. Nos tempos do domínio dos árabes, Moura foi uma praça forte, e como reliquia desses tempos longínquos, podemos ainda admirar hoje o castelo mouro, meio derruido, e que, quando da tomada desta vila pelos portugueses, foi*

*teatro e testemunha da morte da lendária e formosa Castela Salúquia, que preferiu lançar-se dos muros do seu castelo a ter que entregá-lo inglóriamente. Sublime exemplo de patriotismo no peito e na alma duma mulher! Como sofreria um coração sarraceno a dor de ver o seu castelo perdido e o seu amor dilacerado atrozmente !Como esta lenda nos toca os corações! Salúquia, esperando da janela do seu castelo a vinda do desventurado moço Brafma, seu prometido, e que a essa hora, depois dum combate feroz com os cristãos, jazia morto, trespassado de lanças e espadas portuguesas, no caminho que mediava entre o seu castelo Aroche, e a da formosa Salúquia. A lenda é empolgante! Depois o estratagema dos portugueses, envergando os albornozes dos vencidos e a sua aparição junto das portas do castelo de Moura, onde entraram graças ao seu disfarce; e, depois, ao ver o dudíbrio e a viuvez na sua alma ardente de moura, a norte da bela Salúquia, lançando-se do castelo abaixo! Terra lendária, a vila de Moura! E desde então, dizem que os portugueses, em memória da formosa Salúquia, ficaram chamando Moura à antiga Arucitana. Dos tempos romanos têm-se encontrado nos seus subúrbios, muitos objectos e moedas, afora certas construções que existem, como pontes, etc. Dos árabes, alguma coisa resta. Segundo uma opinião abalizada a Mouraria ou o bairro árabe de Moura, era considerado o segundo do país, depois do de Lisboa. Conserva esta vila alguns monumentos importantes e de valor histórico e arquitectónico, como o Convento do Carmo, o primeiro que se fundou na península, e do qual mais tarde o Condestável do Reino, D. Nuno Alvares Pereira, levou os primeiros frades para povoar o seu convento do Carmo em Lisboa. Temos depois, a Igreja de S. João Bâtista, com o seu pórtico em estilo renascença, depois o Castelo, a frontaria da Câmara Municipal, o mercado moderno, em cimento armado, com primeiro andar, etc. E' Moura afamada pelas suas águas minerais e de mesa, que são conhecidas em todo o país, e possui também algumas indústrias como a dos azeites, conhecidos em toda a parte pelos azeites finos de Moura, lacticínios, preparação de carne ensacada, indústrias de barro, fabrico de carvão, cal, etc. Esta vila está ligada ao resto do país, não só por belas estradas, mas também por uma linha de caminho de ferro pela qual se fazem as exportações do concelho, como carvão vegetal, cereais, gados e grandes quantidades de cortiça proveniente quasi tôda da freguesia de Santo Aleixo. A população do concelho orça por uns 25.000 habitantes, gente laboriosa e pacífica, e compreende, além das freguesias de S. João Batista e Santo Agostinho, na sede, as de Amareleja, Póvoa, Santo Aleixo, Safara, Santo Amador e Sobral da Adiça. Na agricultura, ocupa éste concelho um dos primeiros lugares e possui extensos e riquíssimos olivais, dos quais um, nos Machados, é considerado o maior do*

*mundo em extensão e riqueza. Terra rica de tradições e de homens de raro valor, Moura pode ser considerada uma das primeiras vilas do país” – 20/5/1939, n°603.*

*“**EMPRESTIMOS PARA MONDA** - Informam-nos que, a despeito de várias diligências feitas pela direcção da Caixa de Crédito Agrícola local o por alguns senreiros que representaram a . ex.” o sr. Ministro da Agricultura, ainda não foram concedidos aos sócios daquele organismo, pela Caixa Nacional de Crédito, os empréstimos requeridos ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 26 895 e 29.941 e que se encontram nos termos do Regulamento do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas. Não sabemos em que se fundamenta o não deferimento daqueles empréstimos, nem isso interessa à nossa função jornalística, lamentamos apenas que àqueles produtores de trigo se não facultem os créditos que o Governo tão patrióticamente promulgou para serem postos à disposição de quem semeia e tem de mondar. Sabemos também, com o maior prazer em informar os interessados que não cabe aos dirigentes da Nação a culpa do cerceamento de créditos neste ou naquele ponto do País, mas tão somente àqueles funcionários que, divorciados do espírito de compreensão e auxílio a que presidiu o diploma legislativo, creador desses créditos, procuram por qualquer motivo fútil cercear esse auxílio nesta ou naquela região. E' contra esses maus servidores da Nação que protestamos em nome da lavoura associada deste concelho.” – 23/3/1940, n°640*

*“**DESEMPREGO - A CASA DO POVO pode debelar a crise de trabalho** – Somos informados pela Direcção da Casa do Povo de que os seus associados têm a maior conveniencia, quando desempregados, em fazerem a sua inscrição no cadastro existente na Séde Social, pois que só assim a Direcção daquele organismo local poderá providenciar no sentido de atenuar tanto quanto possivel as crises de trabalho, pondo ao facto delas as entidades oficiais. Esta formalidade é tanto mais necessária quanto é certo que em todas as obras comparticipadas pelo Estado só podem ser admitidos sócios desempregados da mesma Casa do Povo, que estejam inscritos no seu registo de desempregados. Daqui se depreende a vantagem que todos os rurais têm em se associarem na sua Casa do Povo, pois o sacrificio do pagamento de 1800 mensal de cotisação, que tem de fazer, dispendioso sem dúvida em relação ao seu salário reduzido, vai compensa los todavia, numa quási garantia absoluta de trabalho, em certos e determinados periodos de crise. E' pois de aconselhar a inscrição de todos os trabalhadores desta vila na Casa do Povo.” – 20/4/1940, n°644*

*“O Tempo e a Crise de Trabalho - O temporal que tem assolado o país também se fez sentir nesta região tendo chovido quasi intermitentemente nos dias da passada semana. Por vezes, fortes ventanias, seguidas de grandes aguaceiros, vêm ainda completar o quadro desolador desta invernia. Os trabalhos agrícolas estão completamente paralizados pelo que a numerosa classe dos trabalhadores rurais luta com as maiores dificuldades. Na Casa do Povo inscreveram-se cerca de 150 trabalhadores que estão em precárias circunstâncias financeiras. Por intermédio deste organismo e por anuência do industrial de moagem de ramos sr. Carlos de Carvalho Ravasco tem sido fornecida farinha a muitos trabalhadores até que o tempo permita a abertura de trabalhos públicos, pois o Município dispõe presentemente de receitas que atenuam a crise que possa vir a desenvolver-se nesta época, mas que, afinal, tem sido provocada pelo temporal que não permite qualquer espécie de trabalhos. No entanto é urgente que se acuda em quem luta com absoluta falta de recursos, de qualquer forma ou por qualquer meio.” – 25/1/1941, n°680*

*“Três problemas - O concelho de Moura possui nada menos do que três problemas instantes para os quais tem de ser chamada a atenção dos seus dirigentes ou das suas entidades mais representativas. Um importa especialmente a Moura e é a valorização da sua estância termal em bases sérias, modernas, com inteligente vi-lo de objectivos. Da valorização local, como zona turística do Baixo Alentejo, depende o desenvolvimento das termas dos Ourives, entre Povos e Amareleja, dispondo já de condições regulares para atrair aquistas esprovável valorização das águas da Ferradura, no limítrofe concelho de Serpa entre Ficalho e Sobral, de grande fama curativa e farta clientela. A estância de Moura, desenvolvendo-se com as suas atracções intra-muros, seria o ponto de apoio base das águas de características diferentes das restantes nascentes visinhas. O Município tem de enfrentar este problema que carece menos de dinheiro do que de iniciativa. Outro problema essencialissimo é o das vias de comunicação. Não se pretende criar novas estradas no concelho mas completar as existentes. Para o trafego com as terras visinhas e com o País, & urgente a construção dos poucos quilómetros que nos liguem a Pedrógão-Vidigueira e a Moura, pela Póvoa. Possuimos apenas a ligação Moura-Pias-Serpa-Beja. E' pouco, bem pouco, para a importância do nosso concelho e valorização da Margem Esquerda. As entidades oficiais tem que continuar a insistir sobre este assunto, como o fez, há bem pouco, o dr. Fialho Pinto a quem precalços imprevistos a que não soube antepor-se afastaram de uma actividade que não deixava de ser oportuna,*

*benéfica e digna de elogios. O terceiro problema é tão instante ou mais do que os anteriores. Antepõe-se até, em nossa opinião, aos dois restantes. Trata-se da iluminação das nossas aldeias. Não é crível que a façamos - em nossos dias candeeiros de petróleo, muito menos a candeias de azeite. Não é justo também que continuem sem iluminação. Impõe-se por tanto resolver este problema concelhio. ¿Como? Mandando estudar as possibilidades hidroeléctricas dos caudais permanentes dos nossos principais ribeiros: o Brenhas e Pizões, afluentes do Ardila e do Guadiana. Neles, estamos disso certos, encontrarão os técnicos ensejo de conseguir a energia eléctrica que baste. As exigências do concelho em instalações não muito dispendiosas. A iluminação das freguesias será um dos actos políticos mais importantes para a valorização do Concelho que dispõe de recursos para empreender uma tão interessante iniciativa. E' preciso apenas que deixemos a apatia sonolenta em que temos vivido e chamemos ao estudo das possibilidades naturais que possuímos, como poucas regiões do País, os técnicos sabedores e indispensáveis, a-fim-de podermos tirar delas o melhor partido possível, interessando, em realizações de inteligência e de boa política local o regional as esquecidas e adormecidas populações do concelho.” – 1/3/1941, n°685*

*“**Racionamento de Gazolina** - Um despacho recente do sr. Ministro da Economia fixou as regras a que deve obedecer o racionamento da gazolina, com distribuição de livretes de consumo que contêm senhas para três meses. As regras agora adoptadas, em substituição do sistema utilizado até há pouco como regime provisório, são simples, de fácil compreensão e equitativas de modo a obter-se um racionamento justo, que tenha em conta as legítimas necessidades dos consumidores, integradas no interesse nacional. As normas estabelecidas para o racionamento e para a competente fiscalização oferecem todas as garantias aos que respeitem as condições excepcionais em que, por virtude dos reflexos da guerra, somos forçados a viver. O Governo cumpre o seu dever de orientador e fiscalizador das actividades, e cumpre-o com justiça e equilíbrio. Impõe se ao público a mesma directriz de conduta, no sentido de auxiliar os dirigentes na sua tarefa difícil de poupar o país- quanto possível às dificuldades económicas que outros criaram.” – 10/1/1942, n°728*